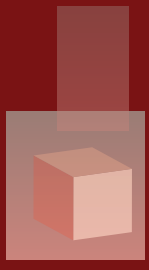
TJMG
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

HIPÁTIA
MODELO DE PRESERVAÇÃO

RDC-ARq: A jornada do TJMG com o Modelo Hipátia

Brasília, 2026





ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Editora Ibict

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

RDC-ARq:
A jornada do TJMG com o Modelo Hipátia

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Diretoria

Carlos André Amaral de Freitas
Coordenação de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta
Coordenação de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia - COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Cecília Leite Oliveira
Coordenação-Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo
Coordenação-Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Alexandre Faria de Oliveira
Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku
Coordenação de Tecnologias para Informação - COTEC

Rodrigo de Freitas Nogueira
Coordenação de Governança em Tecnologias para Informação e Comunicação - COTIC

RDC-ARq: A jornada do TJMG com o Modelo Hipátia

Tauane Fonseca Esteves
Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Júnior
Marcelo Moro Brondani
Marilete Pereira da Silva
Tatiana Canelhas Pignataro
Raul Neres Carlos
Marcos Sigismundo da Silva
Ívina Flores Melo Kuroki
Alex Pereira de Holanda
Jamal Abdel Ghani

ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Editora Ibict

TJMG
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

HIPÁTIA
MODELO DE PRESERVAÇÃO

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Brasília, 2026

©2026 INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Este obra é licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.

EQUIPE TÉCNICA
Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)
Alexandre Faria de Oliveira

Coordenador do Projeto
Alexandre Faria de Oliveira

Gerente de Arquivo e Gestão Documental da Secretaria do Tribunal de Justiça e Gestão de Documentos Eletrônicos e Permanentes
Simone Meireles

Coordenadora de Gestão de Documentos Eletrônicos
Bárbara Maria Wacha de Melo

Gerente de Sistemas Administrativos
Carlos André Amaral de Freitas

Coordenação institucional
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)
Coordenadores do projeto
Alexandre Faria de Oliveira
Simone Meireles Chaves
Bárbara Maria Wacha de Melo
Rogério Luís Massensini

Conselho Editorial
Gustavo Silva Saldanha
Luana Farias Sales
Milton Shintaku
Franciele Garcês
Leyde Klébia Rodrigues da Silva
Stella Moreira Dourado
Daniel Strauch

Comitê Editorial
Tiago Braga
Milton Shintaku
Henrique Denes
Cecília Leite Oliveira
Ricardo Pimenta
Leda Cardoso Sampson Pinto
Carlos André Amaral de Freitas
Marcel Souza
Alexandre Oliveira
Washington Segundo
Alexandre Faria de Oliveira
Emanuelle Torino

Comitê Científico
Ania Rosa Hérnandez Quintana
Fernanda do Valle
María Arminda Damus
Martha Sabelli
Natalia Duque Cardona
Vinicios Menezes
Carlos Alberto Ávila Araújo
Murilo Silveira
Sonia Caregnato
Marcia Regina

Autores
Tauane Fonseca Esteves
Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira Júnior
Marcelo Moro Brondani
Marilete Pereira da Silva
Tatiana Canelhas Pignataro
Raul Neres Carlos
Marcos Sigismundo da Silva
Ívina Flores Melo Kuroki
Alex Pereira de Holanda
Jamal Abdel Ghani

Equipe de apoio do TJMG
Gustavo Leal
Izabela Mirna Pinto Maluf
Leonardo Rocha Barbosa
Mateus Sonegheti do Nascimento
Rogério Luis Massensini
Sebastião Mendes Neto

Normalização
Tauane Fonseca Esteves

Revisão ortográfica
Rafael Teixeira de Souza

Diagramação
Alisson Eugênio Costa

Este livro é um produto do projeto Preservação do Acervo Arquivístico Digital do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

RDC-Arq : a jornada do TJMG com o Modelo Hipátia / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ; Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. – Brasília : Ibict, 2026.

231 p. : il. color.

ISBN: 978-85-7013-206-2

DOI: 10.22477/9788570132062

1. Preservação digital. 2. Arquivologia digital. 3. Repositórios digitais confiáveis. 4. Gestão de documentos arquivísticos. 5. Documentos digitais – Preservação. 6. Poder Judiciário – Minas Gerais. I. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. II. Título.

CDU: 930.25:004

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Tauane Fonseca Esteves – CRB 1/3457

Bibliotecário: Tauane Fonseca Esteves - CRB 1/3457

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Endereço:
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5o andar
CEP: 70.070-912 - Brasília, DF

Como citar:
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **RDC-Arq:** a jornada do TJMG com o Modelo Hipátia. Brasília, DF: Ibict, 2026. 232 p.

Prefácio

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

A publicação da obra “RDC-Arq: a jornada do TJMG com o Modelo Hipátia” representa um marco fundamental na consolidação da política de gestão documental e de memória deste Tribunal. O livro materializa, sob os aspectos técnico e intelectual, um percurso desafiador, simbolizando a conclusão do projeto de pesquisa “Preservação do Acervo Arquivístico Digital do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”, desenvolvido sob a égide do planejamento estratégico institucional.

A transição para o ambiente digital trouxe ao Poder Judiciário o desafio de conciliar o amplo acesso aos documentos digitais com a necessidade de enfrentar a obsolescência tecnológica, garantindo sua preservação ao longo do tempo. Nesse contexto, este Tribunal assumiu o compromisso de assegurar que os registros produzidos e acumulados em sistemas como o PROJUDI e o DJe, essenciais para a história da Justiça mineira, permaneçam íntegros, autênticos e acessíveis às futuras gerações.

O êxito desta iniciativa decorre, em grande medida, do esforço sinérgico e da excelência técnica das equipes envolvidas. O trabalho foi desenvolvido no âmbito da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (DIRGED), conduzido pela Gerência de Gestão de Documentos da Segunda Instância, Eletrônicos e Permanentes (GEDOC) e pela Coordenação de Gestão de Documentos Eletrônicos (COGEDE), com apoio fundamental da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (DIRTEC). A atuação coordenada entre essas áreas possibilitou a superação de limitações estruturais de sistemas legados, viabilizando a implementação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) plenamente alinhado às diretrizes da Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Cumpre registrar, ainda, a relevância da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como instituição de referência na promoção da preservação digital no Brasil, o IBICT contribuiu com base científica e expertise prática essenciais, por meio da integração dos sistemas que compõem o escopo do projeto ao Modelo Hipátia. Essa colaboração institucional não apenas fortaleceu a segurança da preservação digital de nossos acervos, em conformidade com as melhores práticas internacionais, como também posicionou este Tribunal como referência técnica para o Poder Judiciário nacional, ao adotar soluções de código aberto, como o Archivematica e o AtoM.

Esta obra documenta, portanto, resultados concretos de uma pesquisa colaborativa que ultrapassa a dimensão técnica: trata-se de expressão do compromisso ético com a preservação da memória institucional e social de Minas Gerais. Ao detalhar fluxos de preservação e a integração de tecnologias inovadoras, como o barramento BarraPres, oferece-se um guia valioso para que outras instituições avancem na consolidação da segurança jurídica e documental no ambiente digital.

Expressamos nossa profunda satisfação com os resultados alcançados e desejamos que esta obra inspire novas iniciativas voltadas à salvaguarda do patrimônio público.

Apresentação

Alexandre Faria de Oliveira
Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)
Coordenador do Modelo Hipátia

A preservação digital no âmbito do Poder Judiciário deixou de ser um desiderato para se tornar uma necessidade premente diante do volume e da relevância dos documentos eletrônicos que sustentam a prestação jurisdicional. Não se trata apenas de armazenar arquivos, mas de assegurar que a memória institucional permaneça acessível, autêntica e compreensível por décadas, independentemente das transformações tecnológicas. É nesse contexto que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais assumiu o desafio de construir um Repositório Digital Confiável para Documentos Arquivísticos, iniciativa que este livro documenta com transparência e rigor.

A jornada aqui narrada nasce da confluência entre a experiência prática do TJMG e a solidez acadêmica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia — Ibict. Essa cooperação técnica, firmada em 2022, não foi um mero ajuste formal entre instituições, representou o reconhecimento de que a preservação digital exige tanto conhecimento teórico quanto capacidade de execução. O Ibict trouxe a tradição de pesquisa em ciência da informação, e o TJMG contribuiu com o conhecimento concreto dos sistemas judiciais, das rotinas cartorárias e das urgências da gestão documental em grande escala.

O arcabouço técnico que sustenta o projeto é apresentado de forma acessível ao longo dos capítulos. O leitor encontrará a referência ao Modelo de Referência OAIS, que estabelece as funções e responsabilidades de um repositório digital confiável, e conhecerá o Modelo Hipátia, metodologia desenvolvida pelo Ibict que orienta a implementação prática desse padrão internacional. As ferramentas de código aberto, Archivematica para o processamento e preservação dos objetos digitais, AtoM para a descrição e difusão dos acervos, e a plataforma BarraPres, que integra esses sistemas ao ecossistema do TJMG, são descritas em seu papel concreto, sem teorizações abstratas.

Um dos méritos deste livro é não ocultar as dificuldades do percurso. A implantação de um RDC-Arq não se faz por decreto ou por aquisição de *software*, ela exige uma atenção especial com os sistemas legados que não foram projetados para dialogar com padrões arquivísticos. O PROJUDI, sistema de tramitação processual adotado por dezenas de tribunais, e o DJe, plataforma de publicação de decisões, impuseram desafios específicos de interoperabilidade, formatação e captura de metadados. Cada obstáculo técnico exigiu estudo, adaptação e, em alguns casos, a construção de pontes entre linguagens de programação e lógicas documentais distintas.

Os resultados obtidos, entretanto, transcendem a esfera tecnológica. Ao estruturar um repositório digital confiável, o TJMG cria as condições para que a memória documental da Justiça mineira seja preservada com integridade e acessibilidade. Isso tem implicações diretas na governança institucional: processos que hoje tramitam em meio eletrônico precisam permanecer compreensíveis para as próximas gerações de servidores, magistrados e cidadãos. A preservação digital, nesse sentido, é um ato de responsabilidade administrativa e de compromisso com a transparência pública.

Mais do que um relato técnico, este livro é testemunho do que a cooperação institucional pode produzir quando há visão de longo prazo. A parceria TJMG-Ibict demonstrou que a preservação digital não é tarefa solitária de um setor de tecnologia, mas empreendimento que mobiliza arquivistas, analistas de sistemas, gestores e acadêmicos em torno de um objetivo comum: garantir que a história da Justiça mineira não se perca na obsolescência dos formatos ou na fragilidade dos suportes.

Convidamos o leitor a percorrer as páginas seguintes com a curiosidade de quem sabe que a preservação digital é, em última análise, uma forma de respeito ao direito de acesso à informação e ao exercício pleno da cidadania. Que esta obra inspire outros tribunais, instituições públicas e organizações a empreenderem jornadas semelhantes, construindo pontes entre o presente digital e o futuro da memória institucional. A leitura completa revelará não apenas soluções técnicas, mas o aprendizado coletivo que só a prática reflexiva pode oferecer.

Boa leitura!

Sumário

1 Introdução 12

1.1 Objetivo Geral 14
1.2 Objetivos Específicos 15
1.3 Glossário 15

2 DIRETRIZES E MODELO DE PRESERVAÇÃO 25

2.1 Diretrizes para o modelo de preservação digital nos sistemas PROJUDI e DJe 26
2.1.1 Contexto normativo do poder judiciário e TJMG 27
2.1.2 Definição dos sistemas escopo do projeto 30
2.2 Proposta de modelo de preservação para o RDC-Arq 32
2.2.1 Modelo Hipátia 33
2.2.2 Fluxo de preservação digital para o sistema PROJUDI 36
2.2.3 Fluxo de preservação digital para o DJe 39

3 ANÁLISE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS DO DJe 41

3.1 Processo de análise dos documentos no sistema DJe 43
3.2 Levantamento de metadados e requisitos DJe 46
3.3 Estudos e análises para identificar demandas de gestão e preservação 80

4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS DO PROJUDI 82

4.1 Processo de análise dos documentos no sistema PROJUDI 83
4.2 Levantamento de metadados e requisitos PROJUDI 84
4.3 Estudos e análises das demandas de preservação 206

5 INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ARCHIVEMATICA E AtoM 209

5.1 Avaliação do escopo informacional, tecnológico e computacional do TJMG 210
5.2 Instalação do Archivematica e AtoM, em modo de homologação, no ambiente tecnológico institucional 210

6 EXPERIÊNCIA COM O BARRAPRES PARA O DJe 212

7 INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO BARRAPRES PARA O PROJUDI 214

7.1 Análise computacional do PROJUDI 215
7.2 Instalação e configuração do BarraPres para o PROJUDI 215
7.2.1 Guia de instalação do BarraPres no TJMG configurando PROJUDI 216

8 VALIDAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO MODELO DE PRESERVAÇÃO 217

8.1 Plano de aplicação do modelo de preservação para o PROJUDI 218
8.2 Validação da arquitetura informacional do modelo 219
8.3 Efetivação do modelo na infraestrutura do TJMG 220

9 RELATÓRIOS E RESULTADOS OBTIDOS 221

9.1 Apresentação dos resultados das etapas realizadas 222
9.2 Dificuldades e soluções encontradas 222

10 REFLEXÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS 224

10.1 Abordagem do Ibict na preservação da memória científica 225
10.2 Visão estratégica do Ibict para um ecossistema nacional de Preservação Digital 226

REFERÊNCIAS 227

1

Introdução

No contexto digital, preservar registros tornou-se indispensável para manter a memória coletiva e institucional. Embora registros históricos fossem conservados com métodos físicos rigorosos, o ambiente digital introduziu um paradoxo: enquanto permite acesso amplo a dados, impõe também desafios, como a efemeridade das mídias e a rápida obsolescência tecnológica. Isso torna necessário o desenvolvimento de estratégias eficazes de preservação digital (Lavoie; Dempsey, 2004).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) tem sido uma entidade central na promoção e estabelecimento de diretrizes para a preservação digital no Brasil. Desde o início dos anos 2000, o Ibict tem liderado esforços para enfrentar os desafios da preservação digital, assegurando a preservação da memória coletiva do país. Em 2006, o Ibict consolidou esse compromisso com o lançamento do Plano Diretor, que estabeleceu metas claras e abrangentes, incluindo a adoção de padrões internacionais e a criação de políticas voltadas à preservação digital por meio do modelo *Open Archival Information System* (OAIS) (Márdero Arellano, 2008).

Uma das iniciativas mais significativas promovidas pelo Ibict foi a criação da Rede Cariniana em 2013, uma rede nacional de preservação digital. Essa rede foi concebida para coordenar e promover ações de preservação digital em todo o país, promovendo a colaboração entre instituições públicas e privadas. A Rede Cariniana desempenha um papel crucial na disseminação de boas práticas e na promoção de uma cultura de preservação digital no Brasil. Inicialmente, o foco estava na preservação de publicações científicas, mas, com o tempo, o Ibict expandiu seu escopo de atuação para incluir a preservação arquivística. Essa mudança refletiu uma crescente conscientização sobre a necessidade de salvaguardar não apenas o conhecimento acadêmico, mas também a memória cultural e institucional do país (Tavares; Márdero Arellano, 2022).

A preservação digital arquivística tornou-se uma prioridade estratégica para o Ibict, impulsionada pela necessidade de garantir a integridade e a autenticidade dos documentos em um ambiente digital em constante mudança. O desenvolvimento do modelo Hipátia exemplifica essa estratégia, sendo concebido como uma solução que utiliza tecnologias de código aberto para assegurar a autenticidade e a integridade dos documentos digitais (Braga, 2022). A adoção do modelo pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) representa um avanço importante, evidenciando o papel das colaborações institucionais nas iniciativas de preservação digital.

O TJMG, sendo o terceiro órgão a estabelecer uma parceria para a implementação do Hipátia, reflete a confiança no modelo e sua eficácia na preservação digital. A colaboração entre o Ibict e o TJMG teve como objetivo principal consolidar as demandas de gestão e preservação dos documentos digitais e seus metadados, adaptando o modelo de preservação digital às especificidades dos documentos do Processo Judicial Digital (PROJUDI) e do Diário do Judiciário eletrônico (DJe).

Este livro técnico-científico é o resultado de uma pesquisa colaborativa entre o Ibict e o TJMG, conforme o contrato nº CT. 057/2022, documentando os processos e resultados da implementação de sistemas de preservação digital. Com um estudo que abrange desde a integração dos sistemas PROJUDI e DJe com o RDC-Arq até o uso de soluções como BarraPres, Archivematica e AtoM, esta obra serve como referência valiosa para tribunais e instituições que buscam aprimorar suas práticas de preservação digital.

O AtoM foi a primeira aplicação implementada no TJMG e, desde 2022, a difusão de acervos arquivísticos é viabilizada por meio da Plataforma Acervo Minas Justiça (AMJ). A plataforma reúne descrições de documentos de guarda permanente custodiados pela Coordenação de Arquivo Permanente (COARPE) e pelo Museu do Judiciário Mineiro (MEJUD), abrangendo registros históricos de grande relevância para a memória institucional e social de Minas Gerais. Embora tenha sido definido pelo Tribunal que, em um primeiro momento, o acesso aos documentos de guarda permanente do PROJUDI e DJe não será realizado por meio do AtoM, o AMJ cumpre um importante papel na disponibilização de descrições de documentos como autos manuscritos de inventários de bens, juramentos de alma e ações de liberdade, que ilustram diferentes períodos e práticas jurídicas ao longo da história do Estado.

O processo de desenvolvimento de uma estrutura de preservação digital no TJMG envolveu uma análise minuciosa dos documentos, requisitos e metadados gerados pelo sistema PROJUDI e pela aplicação informatizada DJe.

O PROJUDI, sistema mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e introduzido no TJMG em agosto de 2007, foi utilizado para realizar a tramitação eletrônica de processos nos Juizados Especiais e outras áreas do Tribunal, tendo sido posteriormente substituído pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 2018. No entanto, a transição para o PJe destacou a necessidade de lidar com o legado de processos ainda presentes no sistema, exigindo uma estratégia sólida para a preservação desses registros.

A construção do ambiente de preservação digital para os DJes e seus metadados foi uma prioridade na iniciativa implementada no TJMG, conforme exigido pela Lei nº 11.419/2006. Esses documentos, embora digitais, não eram originalmente geridos em um sistema informatizado, no entanto, o desenvolvimento de fluxos e mecanismos voltados à garantia de sua integridade e a autenticidade foi fundamental para preparar o Tribunal para futuras estratégias de preservação e para assegurar a confiabilidade dos registros judiciais.

A jornada de pesquisa e implementação documentada revela a complexidade e a importância crescente da preservação digital, especialmente no contexto jurídico. Os desafios enfrentados exigem uma abordagem multifacetada e colaborativa, na qual a integração de tecnologias inovadoras e práticas sólidas de gestão documental são fundamentais. Ao detalhar os desafios e as soluções, esta obra contribui para o campo da preservação digital, estabelecendo bases para futuras inovações e colaborações.

1.1 Objetivo Geral

Documentar os resultados da implementação de sistemas informacionais destinados à preservação e ao acesso a documentos digitais no TJMG. A obra visa explorar a integração dos sistemas produtores de documentos, como o PROJUDI e o DJe, ao Modelo Hipátia por meio das tecnologias do BarraPres, Archivematica e AtoM, enfatizando a importância de soluções tecnológicas inovadoras para a manutenção da integridade e acesso aos registros.

1.2 Objetivos Específicos

1) Implementar o barramento tecnológico BarraPres.
2) Integrar os sistemas PROJUDI e DJe ao BarraPres.
3) Configurar e implementar o Archivematica e o AtoM.
4) Integrar o BarraPres ao Archivematica.
5) Realizar o repasse técnico e a capacitação das equipes do TJMG.
6) Desenvolver um modelo de preservação digital robusto.
7) Propor uma infraestrutura informacional e computacional adequada.
8) Disseminar o conhecimento adquirido ao longo do projeto.

1.3 Glossário

Termo	Definição	Referência
Português: Acervo **Inglês:** Holdings **Espanhol:** Colección	Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora.	Arquivo Nacional, 2005
Inglês: Access to Memory (AtoM)	Sistema robusto de descrição arquivística baseado em normas internacionais, com configurações compatíveis com o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq).	Oliveira; Shintaku; Silva, 2022
Português: Ambiente de homologação **Inglês:** Staging environment **Espanhol:** Entorno de homologación	Ambiente de testes utilizado para validar a aplicação ou sistema antes de sua liberação para o ambiente de produção. Nesse ambiente, são realizados testes que simulam o uso real do *software*, incluindo testes funcionais, de desempenho, segurança e usabilidade. O objetivo é garantir que o sistema esteja em conformidade com os requisitos acordados e livre de erros críticos.	Galin, 2004
Português: Ambiente de produção **Inglês:** Production environment **Espanhol:** Entorno de producción	Ambiente real onde o sistema ou aplicação está disponível para uso pelos usuários finais. Nesse ambiente, a aplicação já passou pelos testes necessários e está sendo utilizada em operações diárias. Ele requer maior controle e monitoramento, pois erros ou falhas podem impactar diretamente os negócios e os usuários.	Pressman, 2005

Termo	Definição	Referência
Inglês: Archivematica	O Archivematica é um *software* de preservação digital com uma arquitetura sólida e uma comunidade ativa, o que garante sua evolução contínua. Ele implementa o modelo de referência OAIS (Open *Archival* Information System), que organiza o processo de preservação em três tipos de pacotes de informação: o Pacote de Submissão de Informação (SIP), o Pacote de Informação Arquivística (AIP) e o Pacote de Disseminação de Informação (DIP). Essa abordagem de empacotamento é amplamente reconhecida como uma das melhores práticas para a preservação digital, pois oferece flexibilidade e segurança para o gerenciamento de dados e informações ao longo do tempo.	Braga, 2022
Português: Autenticidade **Inglês:** Authenticity **Espanhol:** Autenticidad	Comprovação de autoria do documento por meio de mecanismos de verificação, como o layout, tipologia de fontes de vocabulários controlados da época e assinatura digital.	IBICT, c2022
	Credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção. A autenticidade é composta de identidade e integridade.	Conarq, 2020
Inglês: *Backup*	Cópia de dados de um dispositivo de armazenamento a outro para que possam ser restaurados em caso da perda dos dados originais.	IBICT, c2022
	Cópia feita com vistas a restaurar as informações no caso de perda ou destruição do original.	Conarq, 2020
Português: Banco de Dados **Inglês:** Database **Espanhol:** Base de Datos	Conjunto de dados relacionados entre si, estruturados em forma de base de dados, gerenciado por programa específico.	Arquivo Nacional, 2005
	Conjunto de informações relacionadas que são reunidas de forma organizada e categorizada, assim como os "arquivos tradicionais em forma de fichas", porém armazenados em meio magnético (disco de computadores) e que são "Gerenciados" por "Sistemas Especializados", ou, os chamados "Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados" (ex: MySQL, SQL Server, Oracle, DB2, IMS/DLI, ADABAS, etc.), que permitem armazenagem, atualização e recuperação dessas informações de forma eficiente (fácil, rápida e precisa) independente do volume.	ITI, 2023

Termo	Definição	Referência
Inglês: BagIt	Formato padronizado de empacotamento utilizado pelo Archivematica, criado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sob licença pública. Ele organiza documentos digitais e seus metadados de forma hierárquica, permitindo a criação de um Pacote de Submissão de Informação (SIP, da sigla em inglês "Submission Information Package"), que é enviado a um repositório de preservação, como o Archivematica.	Oliveira; Shintaku; Silva, 2022
Português: BarraPres	*Software* desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que permite a interação entre sistemas heterogêneos dentro de um ecossistema de preservação digital. Funciona como uma camada de integração entre os sistemas produtores de conteúdo e o sistema de preservação, recebendo conteúdos dos sistemas fonte, convertendo-os em pacotes no formato BagIt. Esses pacotes contêm metadados de conservação de acordo com a política de preservação definida.	Oliveira; Shintaku; Silva, 2022
Português: Cadeia de Custódia **Inglês:** Chain of Custody **Espanhol:** Cadena de Custodia	Linha contínua de custodiadores de documentos arquivísticos (desde o seu produtor até o seu legítimo sucessor) pela qual se assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhum processo de alteração e, portanto, são autênticos.	Conarq, 2020
Português: Ciclo vital do documento **Inglês:** Document life cycle **Espanhol:** Ciclo vital del documento	Sucessivas fases pelas quais passam os documentos arquivísticos, da sua produção à guarda permanente ou eliminação.	Conarq, 2020
Português: Criptografia **Inglês:** Encryption **Espanhol:** Cifrado/Criptografía	Método de codificação de dados segundo algoritmo específico e chave secreta, de forma que somente os usuários autorizados possam restabelecer sua forma original.	Conarq, 2020
Português: Diário do Judiciário eletrônico (DJe)	O Diário do Judiciário eletrônico (DJe) foi instituído no âmbito do TJMG pela Portaria-Conjunta nº 119/2008, em conformidade com a Lei nº 11.419/2006, que regulamenta a comunicação eletrônica dos atos processuais. No TJMG, o DJe não se configura como um sistema digital propriamente dito, mas como um conjunto de documentos digitais em formato PDF, assinados eletronicamente e publicados por meio de uma aplicação informatizada. A versão em HTML está disponível para consulta facilitada, mas não possui validade legal.	Oliveira; Shintaku; Silva, 2022

Termo	Definição	Referência
Português: Dicionário de dados **Inglês:** Data dictionary **Espanhol:** Diccionario de datos	Repositório central que contém definições detalhadas sobre os dados de um sistema, incluindo seus tipos, estruturas, fontes, restrições e relacionamentos. Ele serve como uma documentação oficial para desenvolvedores e outros stakeholders, garantindo consistência e clareza no uso dos dados.	Silberschatz; Korth; Sudarshan, 2019
Inglês: Dublin Core	Esquema de descrição de metadados para descoberta de recursos on-line.	IBICT, c2022
Português: Linguagem de Marcação Extensível (XML) **Inglês:** Extensible Markup Language (XML) **Espanhol:** Lenguaje de Marcado Extensible (XML)	Linguagem para descrição de documentos eletrônicos e estrutura sintática para descrição de dados entre aplicações de informática em formato de texto. Trata-se de um formato padrão para publicação, armazenamento e transferência de documentos por via eletrônica, independente dos fabricantes de *software*, facilmente interpretável por múltiplas aplicações e, de certa forma, auto-explicativo.	IBICT, c2022
Português: Estratégia de preservação digital **Inglês:** Digital preservation strategy **Espanhol:** Estrategia de preservación digital	Tipo de abordagem que permite o acesso contínuo à informação em formato digital. Esquemas técnicos e conceituais que permitem identificar as partes integrantes do processo de preservação digital assim como sua padronização em modelos de referência.	IBICT, c2022
Português: Gestão documental **Inglês:** Records Management **Espanhol:** Gestión documental	Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.	Conarq, 2020
Português: Guarda integral **Inglês:** Total retention **Espanhol:** Retención integral	Refere-se ao arquivamento completo de processos após a avaliação e definição de sua destinação final. Isso inclui a preservação de todos os documentos e informações associadas ao processo. Exemplos desse tipo de guarda são os processos com temas de guarda permanente, conforme as diretrizes estabelecidas pelas Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) do CNJ.	Bernardes; Delatorre, 2007
Português: Guarda parcial **Inglês:** Partial retention **Espanhol:** Retención parcial	Arquivamento de processos que, após avaliação, são selecionados para eliminação de parte de seus documentos, mantendo apenas aqueles considerados essenciais. De acordo com a Resolução 324/2020 do CNJ, certos documentos e metadados devem ser preservados em RDC-Arq, independentemente da destinação final dos processos.	Bernardes; Delatorre, 2007

Termo	Definição	Referência
Português: Guarda permanente **Inglês:** Permanent retention **Espanhol:** Retención permanente	Os documentos destinados à guarda permanente são aqueles cujas informações são consideradas imprescindíveis ao órgão produtor e para a comunidade. Esses documentos, além do valor administrativo, legal e fiscal, encerram também valor de prova e como fonte para a pesquisa e, portanto, devem ser definitivamente preservados.	Bernardes; Delatorre, 2007
Português: Protocolo Seguro de Transferência de Hipertexto (HTTPS) **Inglês:** Hypertext Transfer Protocol Secure (HTTPS) **Espanhol:** Protocolo Seguro de Transferencia de Hipertexto (HTTPS)	O https (Hypertext Transfer Protocol Secure – protocolo seguro de transferência de hipertexto) é uma implementação do protocolo https sobre uma camada adicional de segurança que utiliza o protocolo SSL/TLS (protocolos de segurança que protegem as telecomunicações via internet para serviços de transferência de dados). Essa camada adicional permite que os dados sejam transmitidos por meio de uma conexão criptografada e que se verifique a autenticidade do servidor e do cliente por meio de certificados digitais.	Tebaldi, 2016
Português: Integridade **Inglês:** Integrity **Espanhol:** Integridad	Estado dos documentos que se encontram completos e que não sofreram nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem documentada.	Conarq, 2020
	Condição dada quando os dados não são alterados a partir de sua origem e não foram acidentalmente ou maliciosamente modificados, alterados ou destruídos.	IBICT, c2022
Português: Integridade arquivística **Inglês:** *Archival* integrity **Espanhol:** Integridad archivística	Consiste em resguardar um fundo de misturas com outros fundos, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas.	Arquivo Nacional, 2005, p. 108
Português: Notação de Objetos JavaScript (JSON) **Inglês:** JavaScript Object Notation (JSON) **Espanhol:** Notación de Objetos de JavaScript (JSON)	Formato de intercâmbio de dados leve e de fácil leitura para humanos e máquinas. Ele organiza as informações em uma estrutura composta por pares chave-valor e listas ordenadas de dados, facilitando o processamento e a transmissão entre diferentes sistemas. JSON é amplamente utilizado em APIs e *web services* para o envio e recebimento de dados entre servidores e aplicações.	Oliveira; Shintaku; Silva, 2022
Português: Metadados **Inglês:** Metadata **Espanhol:** Metadatos	Dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.	Conarq, 2020

Termo	Definição	Referência
Português: Metadados de gestão **Inglês:** Management metadata **Espanhol:** Metadatos de gestión	São dados que descrevem outros dados, fornecendo informações contextuais importantes sobre a origem, estrutura, e forma de manipulação de dados dentro de um sistema. Eles facilitam a organização, integração e gestão de grandes volumes de informações, além de ajudar no controle de acesso e monitoramento.	Kimball; Ross, 2013
Português: Metadados de preservação **Inglês:** Preservation metadata **Espanhol:** Metadatos de preservación	Atributos especiais de dados e documentos, geralmente descritivos, relacionados ao conteúdo do documento, ao seu contexto e à estrutura no momento de sua criação, assim como das mudanças acontecidas em todo o seu ciclo de vida.	IBICT, c2022
	Informação sobre um objeto usado para proteger o objeto de danos, ferimentos, deterioração ou destruição.	Pearce-Moses, 2005
Português: Metadados descritivos **Inglês:** Descriptive metadata **Espanhol:** Metadatos descriptivos	Informações que ajudam a identificar e descrever o conteúdo de um documento ou conjunto de dados. Esses metadados fornecem detalhes como título, autor, data de criação, resumo e palavras-chave, facilitando a busca e a recuperação da informação. Eles desempenham um papel crucial na organização e no gerenciamento de informações em bibliotecas, arquivos e repositórios digitais.	Pearce-Moses, 2005
Português: Modelo de Requisitos para Sistemas informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ)	Especificação de requisitos a serem cumpridos pela entidade titular do arquivo, pelo sistema de gestão arquivística e pelos documentos com a finalidade de garantir a confiabilidade, autenticidade e acesso aos documentos. Tem por objetivos orientar a implantação da gestão documental em acervos híbridos e fornecer especificações técnicas e funcionais e metadados para orientar avaliação/aquisição de sistema pré-existente, a especificação de um sistema e o desenvolvimento de um sistema.	Conarq, 2020
Português: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus)	MoReq-Jus: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 91/2009. Estabelece diretrizes, padrões e requisitos técnicos e funcionais que devem ser observados pelos sistemas do Poder Judiciário, visando assegurar a organização, autenticidade, integridade, preservação e acessibilidade de processos e documentos eletrônicos ao longo do tempo, além de padronizar práticas de gestão documental e preservação digital no âmbito judicial.	TJMG, 2023

Termo	Definição	Referência
Português: Modelo Hipátia **Espanhol:** Modelo Hipatia	O modelo Hipátia surgiu em 2018, como parte de um projeto entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e o Ibict para implantar um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq). O objetivo era criar uma camada tecnológica para garantir a segurança e o acesso aos documentos digitais, automatizando a preservação. Com o tempo, o Hipátia evoluiu para se tornar a proposta do Ibict para repositórios arquivísticos digitais, adaptável a qualquer sistema de gestão de processos e objetos digitais.	Braga, 2022
Português: Minuta **Inglês:** Draft **Espanhol:** Minuta	Versão preliminar de documento sujeita à aprovação.	Arquivo Nacional, 2005
Inglês: MySql	O MySQL é um SGBD (Sistema de Gestão de Banco de Dados) que utiliza a linguagem SQL como interface.	Tebaldi, 2016
Português: Pacote de informação (OAIS) **Inglês:** Information Package (OAIS) **Espanhol:** Paquete de información (OAIS)	Contêiner conceitual definido no modelo OAIS, formado pelos seguintes objetos de informação: informação de conteúdo (objeto de informação a ser preservado e a informação de representação), informação descritiva de preservação (informação necessária para preservar a informação de conteúdo), informação de empacotamento (mantém os componentes do pacote de informação unidos) e informação descritiva (metadados que apoiam a futura localização do objeto de informação por meio de funções de busca e recuperação).	Conarq, 2020
	Esquema conceitual que disciplina e orienta um sistema para a preservação e a manutenção de acesso à informação digital por longo prazo. Contém o termo *archival* para distingui-lo de outros usos do termo arquivo. Arquivo no OAIS consiste em uma organização de pessoas e sistemas que aceitam a responsabilidade de preservar a informação e torná-la disponível.	IBICT, c2022

Termo	Definição	Referência
Português: Pacote de Informação para Arquivamento (AIP) **Inglês:** *Archival* Information Package (AIP) **Espanhol:** Paquete de Información para Archivo (AIP)	Pacote de informação preservado pelo repositório, gerado a partir do SIP. É constituído pela informação de conteúdo e pelos metadados que lhes foram atribuídos pelo produtor e pelo repositório ao longo do tempo.	Conarq, 2020
	Informação de conteúdo e sua descrição de preservação necessária para preservá-la dentro de um pacote de informação por longo prazo.	IBICT, c2022
Português: Pacote de Informação para Disseminação (DIP) **Inglês:** Dissemination Information Package (DIP) **Espanhol:** Paquete de Información para Difusión (DIP)	Pacote de Informação gerado a partir de um ou mais Pacotes de Informação para Arquivamento/AIP, enviado pelo Repositório para o usuário, atendendo a sua solicitação.	Conarq, 2020
	Pacote de informação que contém partes de um AIP que são distribuídas a um Cliente/Usuário quando solicitado.	IBICT, c2022
Português: Pacote de Informação para Submissão (SIP) **Inglês:** Submission Information Package (SIP) **Espanhol:** Paquete de Información para Presentación (SIP)	Pacote de informação submetido ao repositório pelo produtor, constituído pela informação de conteúdo e pelos metadados atribuídos pelo produtor, para construção ou atualização de um ou mais Pacotes de Informação para Arquivamento/AIP e/ou da informação descritiva associada.	Conarq, 2020
	Pacote de informação identificado pelo produtor no acordo de submissão na estrutura conceitual do OAIS.	IBICT, c2022
Português: Pacote de Transferência Inicial (PTI) **Inglês:** Preliminary Transfer Package (PTP) **Espanhol:** Paquete de Transferencia Inicial (PTI)	Conjunto de informações e documentos que são transferidos de um sistema de origem para um repositório de preservação, com o objetivo de garantir que os dados sejam recebidos de maneira adequada e que todas as informações necessárias para a gestão e preservação futura sejam incluídas.	IBICT, c2022
Português: Planejamento de Preservação **Inglês:** Preservation Planning **Espanhol:** Planificación de Preservación	Um processo contínuo que tem como objetivo planejar a preservação de documentos ao longo de seu ciclo de vida. As ações de preservação devem ser planejadas – e depois realizadas – para assegurar que a autenticidade do documento digital seja protegida em longo prazo. Tais ações incluem validação, atribuição de metadados de preservação, atribuição de informações de representação e garantia de estruturas de dados aceitáveis ou formatos de arquivos.	IBICT, c2022

Termo	Definição	Referência
Português: Preservação digital **Inglês:** Digital Preservation **Espanhol:** Preservación Digital	Conjunto de ações que engloba tanto os procedimentos técnicos, quanto os aspectos políticos e administrativos que são condicionantes para propiciar sua execução, destinadas a manter os pressupostos de autenticidade, confiabilidade e acessibilidade dos acervos digitais ao longo do tempo com todas as suas características físicas, lógicas e conceituais.	Fiocruz, 2018
	O conjunto de processos, atividades e gerenciamento de informações digitais ao longo do tempo para garantir acessibilidade em longo prazo. Devido ao ciclo de vida relativamente curto da informação digital, a preservação é um processo contínuo.	IBICT, c2022
Português: Preservação de documentos arquivísticos digitais **Inglês:** Preservation of Digital *Archival* Documents **Espanhol:** Preservación de Documentos Archivísticos Digitales	Deve contemplar o planejamento quanto às potencialidades das tecnologias de informação e comunicação envolvidas e os procedimentos necessários à conformidade legal e normativa institucional dos documentos produzidos, aí incluídos os sistemas informatizados que gerenciarão esses documentos.	Santos, 2012
Português: Processo Judicial Digital (PROJUDI)	Plataforma on-line desenvolvida para permitir a tramitação eletrônica de processos nos Juizados Especiais, sem a necessidade de papéis físicos. Ele facilita a petição inicial, acompanhamento processual, juntada de documentos e manifestações de partes, advogados, defensores e magistrados. Seu objetivo principal é proporcionar maior celeridade, transparência e eficiência ao fluxo processual, além de reduzir custos operacionais e de infraestrutura.	TJMG, [2024]
Inglês: Python	Linguagem de programação muito utilizada para desenvolvimento de *scripts* focados em Data Science e *Machine Learning*. Permite desde cálculos simples, como calcular o desvio padrão de um conjunto de dados, até predições mais elaboradas com aprendizado de máquina.	Tebaldi, 2016
Inglês: *Query*	*Query* é o processo de extração de dados de um banco de dados e sua apresentação em uma forma adequada ao uso.	Tebaldi, 2016

Termo	Definição	Referência
Português: Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)	Resultado da associação de repositórios institucionais, serviços de preservação e arquivos por área de conhecimento. Tem como missão prover acesso de longo prazo confiável a recursos digitais gerenciados para suas comunidades alvo hoje e no futuro.	IBICT, c2022
Português: Repositório arquivístico digital Inglês: *Archival* Repository Espanhol: Repositorio Archivístico	Repositório digital que armazena e gerencia documentos arquivísticos, seja nas fases corrente e intermediária, seja na fase permanente.	Conarq, 2014
Português: Repositório digital **Inglês:** Digital Repository **Espanhol:** Repositorio Digital	Plataforma tecnológica que apoia o gerenciamento dos materiais digitais pelo tempo que for necessário. É formado por elementos de *hardware*, *software* e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos.	Conarq, 2014

2

DIRETRIZES E MODELO DE PRESERVAÇÃO

Preservar os documentos digitais é imprescindível para garantir a continuidade e a segurança da memória institucional, especialmente em ambientes jurídicos, onde a integridade e autenticidade dos registros são fundamentais. Neste capítulo, abordaremos as diretrizes e modelo de preservação adotados pelo TJMG, destacando a importância de estratégias consistentes para garantir a integridade e acessibilidade do acervo documental ao longo do tempo.

Desde a introdução do PROJUDI no TJMG, em 2007, até sua descontinuação, em 2018, o Tribunal acumulou um volume significativo de processos judiciais e documentos digitais. Esse contexto torna urgente o estabelecimento de diretrizes claras para a preservação desses documentos conforme as normativas estabelecidas pelo CNJ, as boas práticas da Arquivística e as necessidades próprias da instituição.

Em colaboração com o Ibict, o TJMG adotou o Modelo Hipátia, que se destaca por sua abordagem aberta, utilizando *softwares* livres e de código aberto para garantir a preservação do acervo documental.

2.1 Diretrizes para o modelo de preservação digital nos sistemas PROJUDI e DJe

A preservação digital é uma tarefa contínua e complexa, fundamental para a gestão de documentos e informações em instituições como o TJMG, onde a integridade e a autenticidade dos registros são fundamentais para sustentar a confiança pública no sistema judiciário. A crescente dependência de documentos digitais em diversos setores – da administração pública à ciência e à cultura – exige estratégias bem estruturadas para assegurar que esses materiais permaneçam acessíveis e confiáveis a longo prazo. No TJMG, essas diretrizes de preservação digital buscam equilibrar as necessidades de segurança, acesso e durabilidade dos dados, reconhecendo os desafios específicos do ambiente jurídico e a natureza dos sistemas PROJUDI e DJe.

As diretrizes para preservação digital dos documentos do PROJUDI e do DJe no TJMG foram desenvolvidas com base em práticas arquivísticas avançadas, adotando o modelo Hipátia como *framework* central. A integração desses sistemas com o RDC-Arq é uma etapa fundamental que permite o gerenciamento centralizado dos documentos e seus metadados, assegurando que ambos estejam preservados de forma sincronizada.

A abordagem também envolve diretrizes específicas para garantir que os metadados sejam preservados junto aos documentos, mantendo, assim, o contexto completo e a rastreabilidade dos registros. Essa preservação detalhada dos metadados é necessária para garantir que a autenticidade e a integridade dos documentos possam ser verificadas ao longo do tempo, contribuindo para a transparência e confiabilidade dos registros judiciais e administrativos. O modelo proposto prevê atualizações periódicas e avaliações contínuas do sistema de preservação para acompanhar as inovações tecnológicas e as mudanças nas normas arquivísticas, garantindo que o TJMG esteja sempre alinhado com as melhores práticas internacionais de preservação digital.

2.1.1 Contexto normativo do poder judiciário e TJMG

A transformação digital no poder judiciário brasileiro, iniciada no começo dos anos 2000, e fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quando da sua criação em 2005, representou um marco significativo na modernização e eficiência na produção e tramitação dos processos judiciais. Este movimento foi impulsionado pela necessidade de enfrentar a morosidade e a complexidade do sistema judicial, além de melhorar o acesso à justiça e a transparência dos procedimentos.

Nesse cenário de transformação digital, torna-se imprescindível destacar o papel das normativas legais e regulamentares que fundamentam e orientam a atuação dos órgãos públicos no que tange à gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais. A construção de um arcabouço normativo bem fundamentado visa garantir não apenas a eficiência administrativa, mas também a segurança, a autenticidade e o acesso contínuo à informação pública. No contexto do Poder Judiciário, essas normativas refletem a necessidade de compatibilizar os avanços tecnológicos com os princípios constitucionais da administração pública, assegurando que a produção documental digital ocorra em conformidade com os direitos de acesso à informação e preservação da memória institucional.

A Constituição Federal de 1988 estabelece fundamentos essenciais para a gestão documental e o acesso à informação no Brasil. O Art. 216, §2º, determina que "compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, 1988), atribuindo aos órgãos públicos a responsabilidade pela guarda, organização e disponibilização dos documentos produzidos no exercício de suas funções. Já o Art. 5º, incisos XIV e XXXIII, assegura o acesso à informação como direito fundamental dos cidadãos, tanto em casos de interesse particular quanto coletivo ou geral. Esses dispositivos reforçam a ideia de que os documentos públicos não pertencem às instituições que os produzem, mas à sociedade, devendo ser geridos de forma que garantam transparência, controle social e o exercício pleno da cidadania.

No contexto da transformação digital, esses princípios adquirem ainda maior relevância. A migração dos fluxos documentais para meios digitais exige não apenas a adoção de tecnologias adequadas, mas também a implementação de políticas que assegurem a integridade, autenticidade e acessibilidade dos documentos ao longo do tempo. O direito constitucional de acesso à informação, portanto, não se limita ao conteúdo dos documentos, mas abrange também sua preservação em condições que permitam consulta e comprovação de direitos, o que torna a gestão documental e a preservação digital elementos centrais na atuação dos órgãos públicos, inclusive no Poder Judiciário.

Considerando esses preceitos constitucionais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pelo planejamento central e gestão do Poder Judiciário, instituiu, em dezembro de 2008, o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). A criação do programa ocorreu a partir da celebração de um Termo de Cooperação entre o CNJ e o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). No ano seguinte, 2009, foi constituído o Comitê Gestor do Proname, que iniciou suas atividades com a proposição de instrumentos de gestão documental e a definição de normas operacionais, buscando incorporar as melhores práticas já existentes.

O Proname teve seu caráter normativo fortalecido a partir da Resolução n° 324/2020, que instituiu a Política Nacional de Gestão Documental e Preservação Digital do Poder Judiciário, definindo princípios, diretrizes, normas e conceitos aplicáveis de gestão documental, os quais devem ser observados pelas instituições do Poder Judiciário na formulação e implementação de suas políticas e procedimentos de gestão documental.

Em seu Capítulo VI, a Resolução n° 324/2020 apresentou a necessidade de implantação da gestão de documentos digitais pelos órgãos do Judiciário, visando a aplicação de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de processos e documentos no meio digital:

> Art. 31. Cada órgão do Poder Judiciário deverá elaborar e publicar sua política de gestão documental de processos e documentos em meio digital de acordo com a presente Resolução e normativas do CNJ.
>
> § 1º Entende-se por gestão documental de processos e documentos em meio digital o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento em fases corrente e intermediária, visando ao recolhimento para guarda permanente ou à eliminação.
>
> § 2º Entende-se por documento arquivístico digital aquele produzido ou recebido no curso de uma atividade, como seu instrumento ou resultado, em suporte digital dotado de organicidade.

O Art. 5º da Resolução 324/2020 define quais são os instrumentos que integram o Proname. Entre eles está o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário, que foi instituído pela Portaria CNJ nº 295/2020, e tem por função especificar as diretrizes, os princípios e as normas de Gestão Documental no âmbito do judiciário, as quais orientam o planejamento, implementação e execução das ações de preservação digital no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). O manual aborda questões como a estruturação de procedimentos de gestão documental, a classificação, avaliação e destinação de documentos, a conservação preventiva de documentos em suporte físico, a conversão de suporte, bem como a gestão e preservação de documentos digitais.

Considerando o contexto da virtualização e transformação digital dos serviços judiciários por meio do Programa Justiça 4.0; a necessidade de uniformizar critérios mínimos a serem cumpridos pelos sistemas de gestão de processos e documentos (digitais, não digitais ou híbridos) utilizados pelos órgãos do Poder Judiciário; bem como a necessidade de os sistemas informatizados utilizados atenderem a requisitos de desempenho, disponibilidade, manutenção, evolução, interoperabilidade, usabilidade e segurança, com garantia de confiabilidade, autenticidade e acesso pelo tempo necessário, o CNJ atualizou o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), e disciplinou a obrigatoriedade de sua utilização no desenvolvimento e na manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Judiciário, através da Resolução nº 522/2023.

A conformidade com o MoReq-Jus é essencial para assegurar que os sistemas utilizados pelo TJMG sejam capazes de suportar as demandas de preservação digital, uma vez que o modelo estabelece os requisitos mínimos de Gestão Documental para os sistemas

informatizados do Poder Judiciário, de forma a garantir a confiabilidade, a autenticidade e a acessibilidade dos documentos e processos geridos por referidos sistemas pelo prazo necessário ao atendimento da legislação.

Visando a uniformização dos procedimentos de avaliação arquivística e também a colaboração entre as unidades produtoras, as áreas de Arquivo e de Tecnologia da Informação de todo o Poder Judiciário no momento de seleção e destinação dos processos judiciais, o CNJ publicou, ao final do ano de 2023, o Guia de Aplicação da Tabela de Temporalidade da Documentação Unificada – Área Fim (TTDU), que tem por objetivo orientar a aplicação da Tabela de Temporalidade dos processos judiciais dos diversos órgãos do Poder Judiciário e se configura como um instrumento norteador para a definição de fluxos e rotinas a serem implantados nos sistemas informatizados para destinação dos processos e documentos.

Nesse processo contínuo de normatização e aprimoramento da gestão documental no Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais também tem se dedicado à consolidação de orientações próprias voltadas para a organização e destinação dos documentos produzidos durante a execução de suas atividades. Um marco importante nessa trajetória foi a publicação da Portaria Conjunta nº 131/2008, que instituiu o **Manual de Gestão dos Documentos Administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais**. Este Manual estabeleceu diretrizes para a classificação, avaliação e destinação dos documentos administrativos produzidos e recebidos no âmbito da Secretaria do TJMG, com o objetivo de padronizar procedimentos e promover maior racionalidade na gestão da informação.

Na sequência dos dispositivos normativos voltados ao aperfeiçoamento da gestão documental no Tribunal, a Resolução nº 749/2013 institui o Programa de Gestão Documental do TJMG, estabelecendo diretrizes para a organização, classificação, avaliação, destinação e preservação dos documentos produzidos e recebidos no exercício das atividades judiciais e administrativas. Com a implementação do Programa, o Tribunal buscou promover maior eficiência administrativa, transparência e preservação da memória institucional, além de normatizar a elaboração e aplicação de instrumentos técnicos essenciais, como o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade. A Resolução antecipou preocupações que se intensificariam com a transformação digital, ao propor um modelo de gestão que pudesse ser continuamente adaptado às mudanças tecnológicas e às novas exigências legais.

Como desdobramento das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 749/2013, o TJMG instituiu, por meio de dois importantes dispositivos normativos, os principais instrumentos de gestão documental atualmente vigentes na instituição: o **Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade** (PCTT). A Portaria Conjunta nº 330/2014 estabeleceu o PCTT para os processos judiciais de primeiro e segundo graus, definindo critérios de organização, prazos de guarda e destinação dos documentos conforme o valor administrativo, legal e probatório dos autos. Já no âmbito dos documentos administrativos, a Portaria Conjunta nº 417/PR/2015, recentemente atualizada pela Portaria Conjunta nº 1656/PR/2025, institui o PCTT para os documentos produzidos e recebidos no exercício das atividades-meio do Tribunal, buscando assegurar a racionalização dos fluxos e o uso eficiente dos recursos. Juntas, essas normativas representam a consolidação de uma política institucional

de gestão documental, tanto para os documentos de natureza finalística quanto para os documentos que dão suporte à atividade judicial.

Nesse processo de consolidação normativa, voltado à institucionalização da gestão documental no TJMG, a transição para o meio digital exigiu também o estabelecimento de parâmetros específicos para o gerenciamento dos documentos eletrônicos. Atento a esse cenário, o Tribunal publicou a Portaria Conjunta n° 728/PR/2018, que dispõe sobre as diretrizes e estratégias para a manutenção de documentos eletrônicos produzidos ou recebidos no âmbito de suas atividades.

Essa normativa representa um marco ao reconhecer a especificidade dos documentos digitais e a necessidade de assegurar sua integridade, acessibilidade e autenticidade ao longo do tempo, inclusive diante da obsolescência tecnológica. A Portaria estabelece princípios orientadores para o armazenamento, a recuperação e a destinação de documentos eletrônicos, com ênfase em critérios técnicos que viabilizem a gestão adequada durante todo o seu ciclo de vida. Além disso, reforça a importância de ações coordenadas entre as áreas de Tecnologia da Informação e Gestão Documental para garantir que as soluções tecnológicas adotadas atendam aos requisitos arquivísticos essenciais à preservação digital a longo prazo.

Neste contexto, se insere o Projeto de Preservação do Acervo Arquivístico Digital do TJMG, desenvolvido no âmbito da Iniciativa Estratégica n° 19, que versa sobre a Gestão de Documentos Eletrônicos do TJMG. Alinhado às diretrizes institucionais voltadas à preservação digital, o Projeto visa implementar uma infraestrutura arquivística especializada para a guarda de documentos digitais em fase permanente. Para isso, foi firmado com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e o Ibict, por meio do Contrato CT. 057/2022, o Projeto de Pesquisa "Preservação do Acervo Arquivístico Digital do TJMG", com foco na implantação de Repositório Digital Confiável Arquivístico (RDC-Arq) no Tribunal. Inicialmente, o projeto contempla a preservação de documentos digitais produzidos em duas aplicações informatizadas do TJMG: o Diário do Judiciário Eletrônico (DJe) e o sistema Processo Judicial Digital (PROJUDI), através da aplicação do Modelo de Preservação Hipátia. Trata-se de um passo fundamental para assegurar a continuidade do acesso e a salvaguarda da memória institucional, reafirmando o compromisso do TJMG com a gestão arquivística responsável e a valorização do patrimônio documental em ambiente digital.

2.1.2 Definição dos sistemas escopo do projeto

A definição clara e detalhada das aplicações que fazem parte do escopo do projeto de preservação digital do TJMG é determinante para garantir o sucesso da estratégia adotada. O PROJUDI e o DJe, ambos de extrema importância para o funcionamento do Tribunal, foram escolhidos como foco deste projeto devido à sua relevância histórica e operacional.

Processo Judicial Digital (PROJUDI):

Introduzido no TJMG em 2007, o PROJUDI foi um dos primeiros sistemas de tramitação eletrônica de processos judiciais adotados pelo Tribunal. Durante mais de uma década, desempenhou um papel importante na transformação digital do Judiciário mineiro, permitindo a gestão e movimentação de processos judiciais de forma mais ágil e eficiente. Esse

sistema foi utilizado principalmente para a administração de processos nos Juizados Especiais Cíveis (JESPs) da Comarca de Belo Horizonte, onde sua capacidade de processar grandes volumes de casos de baixa complexidade era particularmente valorizada.

Com o PROJUDI, o TJMG acumulou uma vasta quantidade de processos judiciais digitais, totalizando cerca de 1 milhão de processos até sua descontinuação em 2018, quando foi substituído pelo PJe. Esse legado digital, composto por uma ampla diversidade de documentos, incluindo petições, sentenças, decisões e outros registros processuais, representa um desafio significativo em termos de preservação digital. A descontinuação do PROJUDI não significa que os documentos gerados por ele perderam relevância. Pelo contrário, a preservação desses documentos é indispensável para garantir a continuidade do acesso à informação e a integridade histórica dos registros judiciais.

A estratégia de preservação digital para o PROJUDI no TJMG prevê a migração dos documentos de guarda permanente para o RDC-Arq, garantindo sua manutenção segura e acessível ao longo do tempo. Além disso, a adoção de *softwares* como o Archivematica assegura o tratamento dos documentos conforme as melhores práticas arquivísticas. Esse processo inclui a criação de Pacotes AIP, que contêm tanto os documentos quanto os metadados necessários para garantir sua autenticidade e integridade.

Diário do Judiciário Eletrônico (DJe):

O DJe foi o meio oficial de publicação de atos judiciais e administrativos no TJMG até janeiro de 2025. Instituído no Tribunal em maio de 2008, pela Portaria-Conjunta nº 119/2008, em substituição ao Diário Oficial do Estado de Minas Gerais impresso, o DJe tem função central para a transparência e acessibilidade das informações judiciais. O DJe não se configura como um sistema digital propriamente dito, mas como um conjunto de documentos digitais, publicados por meio de uma aplicação informatizada em formato PDF, com assinatura eletrônica para garantir sua integridade e autenticidade. Embora também haja uma versão em HTML para facilitar a consulta, apenas a publicação em PDF possui validade legal.

A partir de 27 de janeiro de 2025, com a publicação do Aviso Conjunto nº 138/PR/2025, que teve como objetivo regulamentar o disposto na Resolução CNJ nº 455/2022, o DJe foi substituído pelo Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), o qual foi instituído como instrumento de publicação oficial dos atos judiciais para os órgãos do Poder Judiciário. No âmbito do TJMG, as publicações no DJEN serão, inicialmente, referentes aos processos que tramitam e vierem a tramitar nos sistemas Processo Judicial eletrônico (PJe), Processo Eletrônico da 2ª Instância (JPe), Sistema de Acompanhamento Processual da 2ª Instância (SIAP) e Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (SISCOM). Os atos administrativos, editais administrativos e as intimações relativas aos autos que tramitam nos demais sistemas processuais seguem, inicialmente, sendo publicados no DJe.

O DJe não só modernizou a forma como as informações judiciais são disseminadas, mas também criou novos desafios em termos de preservação digital. Cada publicação no DJe é um documento oficial, que deve ser preservado como prova de sua existência e conteúdo no momento da publicação. Isso significa que a integridade e a autenticidade dos documentos publicados no DJe são de importância crítica, tanto para o funcionamento do judiciário quanto para a proteção dos direitos das partes envolvidas.

Para garantir a preservação dos documentos do DJe, o TJMG adotou uma abordagem que combina o uso do RDC-Arq para armazenamento seguro com a aplicação de normas e técnicas de preservação digital. Entre essas práticas, destacam-se a adoção de formatos de arquivo padronizados, a implementação de mecanismos de auditoria e verificação da integridade dos documentos ao longo do tempo e o uso de metadados detalhados, fundamentais para assegurar que cada publicação no DJe possa ser facilmente recuperada e verificada, mesmo décadas após sua publicação original.

Entretanto, após criteriosa análise realizada pela equipe técnica do TJMG, responsável pela execução do Projeto, foi identificada a necessidade de reduzir o escopo da iniciativa. Essa decisão considerou fatores técnicos, operacionais, tecnológicos, estratégicos e financeiros. Assim, a implantação da arquitetura de sistemas voltada à preservação dos documentos digitais produzidos e acumulados no DJe foi temporariamente suspensa, com o objetivo de garantir a viabilidade e a continuidade do Projeto no âmbito do Tribunal. Ao longo deste livro, serão apresentados os resultados, decisões, fluxos, e as estruturas de preservação digital desenvolvidos para o DJe, como forma de registro técnico e compartilhamento do conhecimento produzido. A entrada em produção do ambiente de preservação digital para o DJe ocorrerá em momento oportuno, conforme sejam definidas novas diretrizes institucionais.

Integração com o Modelo Hipátia:

Tanto o PROJUDI quanto o DJe foram integrados ao Modelo Hipátia, que adota uma abordagem baseada em *softwares* livres e de código aberto, como o BarraPres, o Archivematica e o AtoM. Essa integração estabelece uma base confiável para a preservação dos documentos judiciais digitais produzidos pelo TJMG.

Dessa forma, os documentos gerados pelos sistemas produtores passam a ser preservados de forma eficiente e segura, garantindo que estejam acessíveis e utilizáveis no futuro, mesmo diante de mudanças tecnológicas ou organizacionais. O Modelo Hipátia também assegura a conformidade com as normativas estabelecidas pelo CNJ e com as melhores práticas arquivísticas, fortalecendo a estratégia de preservação digital no TJMG.

2.2 Proposta de modelo de preservação para o RDC-Arq

O Modelo Hipátia oferece uma solução inovadora para a preservação de documentos arquivísticos digitais em sistemas críticos como o PROJUDI e o DJe. Com base em diretrizes reconhecidas, como o Modelo de Referência OAIS (ISO 14721) e as Resoluções 43 e 51 do Conarq, o Hipátia foi projetado para atender às especificidades dos documentos digitais no contexto judiciário.

A implementação do Modelo no TJMG demandou ajustes na infraestrutura tecnológica, envolvendo a adaptação e integração dos *softwares* BarraPres, Archivematica e AtoM, além de capacitações específicas para a equipe técnica. Esses sistemas são fundamentais para estruturar o fluxo de trabalho, desde a extração dos documentos nos sistemas de origem até sua adequada preservação e disponibilização ao público.

Um dos aspectos centrais do Modelo Hipátia é a criação de um fluxo de recolhimento de processos que esteja rigorosamente alinhado ao dicionário de dados e metadados. Isso é essencial para manter a coesão entre os documentos oriundos de diferentes sistemas, garantindo que todos os metadados relevantes sejam capturados e preservados. Esse fluxo, além de manter a integridade e autenticidade dos documentos, facilita a futura recuperação e acessibilidade dos registros preservados.

A estrutura de pacotes de informação do Modelo Hipátia é projetada para ser compatível com as diretrizes do OAIS, assegurando que os objetos digitais sejam preservados de forma confiável e padronizada. A interação contínua e dinâmica entre as equipes de TI e Arquivologia é um diferencial desse modelo, promovendo uma colaboração estreita que é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação digital.

O BarraPres, em conjunto com o Archivematica, constitui uma solução completa e integrada para a preservação digital. Enquanto o BarraPres atua como uma interface integradora, coletando metadados e arquivos dos sistemas de origem e convertendo-os em pacotes de informação padronizados (BagIt), o Archivematica processa esses pacotes, assegurando a preservação de longo prazo. A interoperabilidade entre esses sistemas permite uma gestão eficiente dos documentos digitais, desde a sua produção até a disseminação pública por meio de plataformas como o AtoM.

O BarraPres é uma relevante ferramenta para a preservação digital, oferecendo flexibilidade e modularidade na integração de diferentes sistemas de informação. Ele permite que instituições com diferentes sistemas de gestão documental implementem um RDC-Arq eficaz, garantindo a preservação e o acesso futuro aos seus documentos digitais. Ademais, sua capacidade de realizar a extração de metadados, empacotamento e depósito de forma automatizada assegura a continuidade e segurança da cadeia de custódia dos documentos digitais.

Em resumo, o Modelo Hipátia, juntamente com o BarraPres e outros componentes tecnológicos, representa um avanço significativo na preservação digital arquivística no Brasil. Ele não só oferece uma solução técnica eficiente, mas também estabelece um *framework* teórico e prático para a gestão e preservação da informação digital, assegurando a salvaguarda da memória institucional e nacional.

Para compreender plenamente a profundidade e a eficácia do modelo Hipátia na preservação digital arquivística, é fundamental explorar suas origens e trajetória de desenvolvimento. O histórico desse modelo revela como ele foi moldado por diversas necessidades, influências e colaborações institucionais ao longo do tempo. A seguir, será apresentada uma análise aprofundada sobre a evolução do Hipátia, desde suas concepções iniciais até as implementações que o consolidaram como uma referência na preservação digital no Brasil.

2.2.1 Modelo Hipátia

O Modelo Hipátia de preservação digital arquivística foi concebido no contexto de um esforço contínuo do Ibict para responder à crescente necessidade de preservação de documentos digitais arquivísticos no Brasil. Esse modelo surge em um cenário de transformação digital acelerada, onde a preservação de documentos arquivísticos, devido à sua

natureza única e à importância histórica, tornou-se uma preocupação central tanto para instituições públicas quanto privadas.

A história do Modelo Hipátia remonta aos primeiros anos do século XXI, quando o Ibict começou a se aprofundar na pesquisa sobre preservação digital, influenciado por padrões e modelos internacionais como o OAIS, que foi adotado por diversas instituições ao redor do mundo. A partir de 2006, o Ibict incorporou formalmente a preservação digital em seu Plano Diretor (PDU), estabelecendo metas específicas para garantir a preservação de documentos arquivísticos digitais, o que culminou em avanços significativos nos anos subsequentes.

Uma das realizações notáveis foi a criação da Rede Cariniana, em 2013, um marco na história da preservação digital no Brasil. Essa rede coordenada pelo Ibict foi fundamental para centralizar e organizar as ações de preservação digital que estavam sendo conduzidas por diferentes instituições no país. No entanto, o desafio de criar um modelo nacional capaz de implementar diretrizes para RDC-Arq permaneceu, levando o Ibict a iniciar um novo ciclo de pesquisa e desenvolvimento.

O nome do modelo é uma homenagem a Hipátia de Alexandria, uma das mais influentes filósofas e cientistas da antiguidade. Hipátia viveu em Alexandria, no Egito, durante os séculos IV e V, e destacou-se em áreas como Matemática, Filosofia, Astronomia e Física. Ela foi a primeira mulher cientista conhecida e se tornou uma figura icônica devido à sua dedicação ao conhecimento e à busca pela verdade, recusando-se a comprometer suas crenças e seus valores, mesmo diante da pressão social e religiosa (Nascimento, 2022).

Hipátia é lembrada não apenas por suas contribuições científicas, mas também por sua trágica morte, resultante de conflitos políticos e religiosos. Seu legado foi, por muito tempo, obscurecido pela História, mas, eventualmente, suas descobertas e seus ensinamentos foram resgatados e reconhecidos pela sociedade moderna. O nome Hipátia foi escolhido para o modelo de preservação digital do Ibict como um símbolo de resistência, persistência e dedicação ao conhecimento, refletindo o compromisso do modelo com a preservação da memória e do legado cultural armazenado digitalmente, como esclarece Nascimento (2022).

O processo de criação do Modelo Hipátia envolveu várias etapas, desde o levantamento teórico até a definição de requisitos informacionais, computacionais e conceituais. O objetivo era desenvolver um modelo que pudesse ser implementado em diferentes ambientes informacionais, independentemente da infraestrutura tecnológica de cada instituição. Essa abordagem abrangente garantiu que o modelo fosse interoperável, capaz de se adaptar a diferentes sistemas e tecnologias, e pudesse ser personalizado para atender às necessidades específicas de cada instituição (Braga, 2022).

Um dos principais desafios enfrentados durante o desenvolvimento do modelo foi a integração dos conhecimentos da área de arquivologia com as demandas técnicas da computação. Para superar isso, foi necessário um esforço conjunto entre arquivistas e especialistas em tecnologia da informação, garantindo que o modelo fosse tecnicamente viável e, ao mesmo tempo, fiel aos princípios arquivísticos.

A eficácia do Hipátia foi comprovada em duas implementações de grande sucesso: no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e no Arquivo Nacional (AN).

Essas implementações demonstram como o Hipátia pode ser utilizado para preservar documentos digitais de forma confiável, seguindo padrões internacionais como o Modelo de Referência OAIS.

No TJDFT, o Hipátia foi inicialmente aplicado para integrar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ao sistema de preservação digital Archivematica. Um dos primeiros focos deste projeto foi a preservação do DJe. Uma equipe multidisciplinar do Ibict e do TJDFT trabalhou na definição das informações a serem coletadas e preservadas, garantindo que cada unidade informacional fosse capturada com todas as suas características essenciais.

A integração automatizada entre o DJe e o RDC-Arq, utilizando o Hipátia, permitiu que os documentos fossem coletados, empacotados e enviados ao Archivematica sem intervenção humana, mantendo a cadeia de custódia intacta. O sucesso dessa implementação levou o TJDFT a expandir o uso do Hipátia para outros sistemas, incluindo o PJe. A segunda fase do projeto envolveu o uso de tecnologias avançadas, como programação orientada a eventos e a plataforma de serviços em contêineres OpenShift®, ampliando ainda mais a eficiência e a capacidade do sistema.

No Arquivo Nacional, o Hipátia foi utilizado para integrar o SEI ao Archivematica, visando à preservação dos documentos tramitados naquele sistema. Esse projeto envolveu a criação de um modelo de integração sólido, utilizando o *web service* nativo do SEI para coletar as informações necessárias diretamente do banco de dados. O Hipátia demonstrou sua flexibilidade ao adaptar-se ao contexto específico do AN, permitindo a coleta automatizada de informações e a geração de pacotes BagIt conforme as normas arquivísticas. O projeto resultou no desenvolvimento de um *software* livre de alta qualidade, que automatiza etapas críticas do processo de preservação digital.

A implementação do Hipátia nessas duas instituições serve como exemplo de como a tecnologia pode ser utilizada para resolver desafios complexos na preservação digital, assegurando que documentos vitais à história e ao funcionamento das instituições sejam mantidos de forma segura e íntegra ao longo do tempo (Oliveira; Shintaku; Sigismundo, 2022).

Desde sua concepção, o Modelo Hipátia tem sido considerado um avanço significativo no campo da preservação digital no Brasil. Ele não apenas oferece uma solução prática e escalável para a preservação de documentos arquivísticos digitais, mas também estabelece um padrão para futuras iniciativas na área. O modelo tem o potencial de ser adotado por diversas instituições, contribuindo para a construção de uma infraestrutura nacional robusta de preservação digital.

Além disso, o Modelo Hipátia mostra como a colaboração entre diferentes disciplinas e instituições pode levar ao desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios complexos. O Ibict, ao liderar o desenvolvimento do modelo, demonstrou seu compromisso com a preservação da memória nacional e com a promoção do acesso contínuo ao conhecimento armazenado digitalmente.

No futuro, espera-se que o Modelo Hipátia continue a evoluir, incorporando novas tecnologias e práticas à medida que surgirem, mantendo-se relevante e eficaz diante das mudanças constantes no cenário digital. A história de Hipátia de Alexandria, de como seu legado foi preservado e recuperado ao longo dos séculos, continuará a inspirar aqueles

que trabalham com a preservação digital, lembrando-os da importância de proteger o conhecimento e a memória para as gerações futuras.

A implementação bem-sucedida do Modelo Hipátia no TJDFT e no Arquivo Nacional ilustra a eficácia e a flexibilidade dessa abordagem na preservação digital, demonstrando seu potencial para integrar sistemas variados e garantir a integridade dos documentos ao longo do tempo. Com base nesses casos de sucesso, o próximo capítulo se dedicará a explorar os fluxos de preservação digital específicos para duas aplicações informatizadas de grande relevância: o PROJUDI e o DJe. Analisaremos como as técnicas e tecnologias do Hipátia podem ser adaptadas e aplicadas a essas aplicações, destacando os desafios e as soluções para assegurar a preservação digital eficiente e eficaz desses importantes repositórios de documentos judiciais. Este exame aprofundado permitirá entender melhor como o Modelo Hipátia pode evoluir para atender às necessidades específicas de diferentes plataformas e continuar a promover a integridade e a acessibilidade dos registros digitais.

2.2.2 Fluxo de preservação digital para o sistema PROJUDI

Embora o PROJUDI seja um sistema legado, que não está mais em uso para a produção de processos judiciais eletrônicos, ele contém um acervo documental significativo, que exige tratamento adequado para garantir a preservação dos documentos de guarda permanente. Para isso, com base nas diretrizes do modelo de preservação adotado, foram estabelecidos fluxos específicos para a gestão dos processos remanescentes nesse sistema.

A abordagem arquivística desses processos apresenta desafios adicionais em relação ao DJe, especialmente devido à diversidade de classificações fundamentadas nas Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) do CNJ. Isso requer a definição de um único critério de classificação para organizar os processos de forma acessível. No caso do TJMG, optou-se pela classificação dos processos com base no assunto principal, conforme definido nas TPUs, assegurando uma padronização que facilita o acesso e a gestão arquivística.

Os assuntos servem também como critério para definir temporalidade e destinação, o que permite uma avaliação e destinação mais simplificada de determinados conjuntos processuais. No entanto, como o PROJUDI não possui módulo de gestão documental, foi solicitada a inclusão de uma tabela no banco de dados do sistema, que indicasse a destinação dos assuntos registrados, possibilitando uma primeira seleção de documentos de guarda permanente. Outro ponto importante é a ausência de uma API que permita a interoperabilidade entre sistemas. Por essa razão, a extração de metadados e documentos ocorre por meio de acesso direto ao banco de dados do PROJUDI.

Considerando as restrições de acesso aplicáveis às informações pessoais contidas em alguns dos documentos que compõem os processos do Juizado Especial Cível tramitados no PROJUDI, o TJMG definiu que estes processos não serão disponibilizados para acesso público por meio do AtoM, num primeiro momento, uma vez que a publicização dessas informações poderia incorrer na inobservância dos dispositivos legais que normatizam o acesso à informação e a proteção a dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, tais como a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Resolução CNJ nº 215/2015 e a Resolução nº 731/2013, que regulamentam a LAI no âmbito do Poder Judiciário e do TJMG respectivamente, além da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

No entanto, os fluxos de disseminação foram construídos, de forma que seja possível a implementação futura do envio de DIPs ao AtoM, conforme as necessidades e diretrizes do Tribunal.

Os processos judiciais analisados para a definição do fluxo de preservação e implementação de recolhimento ao RDC-Arq incluem aqueles que tramitavam junto ao Juizado Especial Cível, mas atualmente estão arquivados. Com base, principalmente, na Resolução nº 324/2020 do CNJ, esses processos foram organizados em dois fluxos de preservação: o de guarda integral e o de guarda parcial.

- **Guarda integral:** inclui os processos que, após avaliação e determinação da destinação final, devem ser recolhidos integralmente. Processos de assuntos classificados como de guarda permanente, de acordo com as TPUs, são exemplos desse grupo. A própria Resolução nº 324/2020 estabelece os critérios a serem considerados na avaliação dos processos judiciais. Também estão incluídos neste grupo os processos que compõem a amostra estatística representativa, definida conforme metodologia estabelecida no Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário.
- **Guarda parcial:** esse fluxo, também com base na Resolução nº 324/2020 do CNJ, prevê que determinadas peças documentais e metadados sejam preservados no RDC-Arq, independentemente da destinação final do processo. Após a seleção, são definidos quais elementos dos processos são essenciais à preservação.

Assim, foram estabelecidos dois fluxos de preservação para os processos do PROJUDI:

- **Fluxo de preservação para processos de guarda integral**

  A. **Seleção dos processos:** uma *query* é aplicada para identificar processos cuja destinação final seja o recolhimento completo. Entretanto, a maneira como os processos do PROJUDI são selecionados para preservação foi alterada, atendendo às necessidades específicas do Tribunal. Atualmente, o TJMG fornece uma lista dos processos a serem recolhidos, após a avaliação documental, por meio de uma planilha CSV, o que significa que a seleção não é mais realizada de forma automática. Esse procedimento permite maior controle e precisão na indicação dos processos para preservação.

  B. **Geração de lista:** o BarraPres cria uma lista dos processos a serem recolhidos e inicia a extração de metadados e documentos para criação do PTI.

  C. **Extração de dados:** a extração dos arquivos e metadados é feita de forma automatizada, garantindo a autenticidade. A consulta ao banco de dados e a extração de valores de metadados seguem o mapeamento predefinido no dicionário de dados do PROJUDI. Caso algum metadado não seja encontrado, o campo correspondente aparece em branco no JSON produzido.

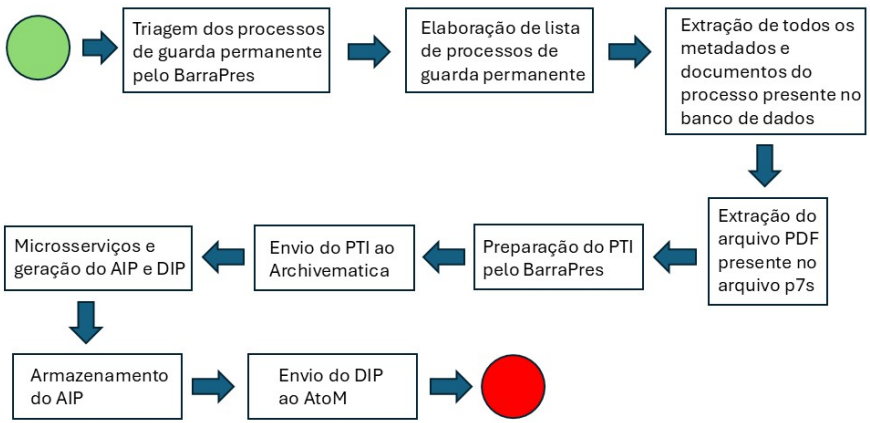
  D. **Preparação do PTI:** o BarraPres organiza os metadados extraídos em um arquivo JSON hierarquizado e em uma planilha CSV com os metadados descritivos, que serão enviados à plataforma de acesso. Além disso, gera arquivos XML com configurações de processamento para uso no Archivematica e atribui endereçamento no AtoM conforme a classificação dos principais assuntos do processo.

E. **Montagem e submissão:** o PTI, no formato BagIt, é submetido ao Archivematica, onde todos os microsserviços são executados automaticamente. Configurações específicas são definidas no XML de processamento. Ao final, é gerado o AIP (pacote de preservação), que contém metadados do JSON e CSV, o arquivo p7s, o PDF derivado e outros metadados METS.

F. **Envio e armazenamento:** O AIP é armazenado conforme as configurações escolhidas, garantindo sua integridade e acessibilidade ao longo do tempo.

Abaixo, segue o fluxo de preservação para os processos de guarda integral:

Figura 1 - Fluxo de preservação para a guarda integral.



Fonte: Da pesquisa (2024).

- **Fluxo de preservação para processos de guarda parcial**

  Para os processos de guarda parcial, o critério de seleção ocorre pela exclusão de características que indicam guarda integral:

  A. **Identificação de processos:** aplica-se uma *query* para excluir processos de guarda integral. O BarraPres gera uma lista de processos a serem parcialmente recolhidos, ou seja, aqueles em que apenas algumas peças documentais serão extraídas.

  B. **Extração automatizada:** a extração de metadados e documentos ocorre de forma automatizada para garantir autenticidade. Como o PROJUDI não possui API de extração, é realizado acesso direto ao banco de dados e à consulta ao dicionário de dados.

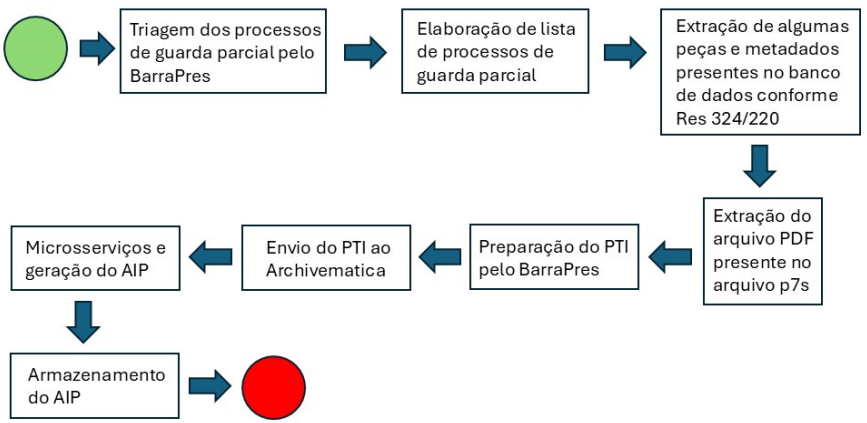
  C. **Preparação do PTI:** o BarraPres organiza os metadados em um arquivo JSON hierarquizado e em uma planilha CSV no padrão Dublin Core. Gera também arquivos XML com configurações de processamento e inclui os arquivos p7s e PDFs.

D. **Montagem e submissão ao Archivematica:** o PTI em formato BagIt é submetido ao Archivematica, onde os microsserviços são executados com base nas configurações de processamento. Ao final, é gerado o AIP, que contém os metadados, o arquivo p7s, o PDF derivado e outros metadados METS.

E. **Armazenamento:** O AIP é armazenado conforme as configurações escolhidas, garantindo sua integridade e acessibilidade ao longo do tempo.

Abaixo, segue o fluxo de preservação para os processos de guarda parcial:

Figura 2 - Fluxo de preservação para a guarda parcial.



Fonte: Da pesquisa (2024).

As soluções de preservação descritas para ambos os tipos de guarda permitem a atualização dos critérios de localização e extração de processos conforme necessário. Por exemplo, processos de guarda amostral, que possuem destinação final de eliminação, mas que integram uma amostra para preservação, também podem ser geridos dentro deste fluxo.

2.2.3 Fluxo de preservação digital para o DJe

No caso do DJe, documento de acesso público e guarda permanente, até janeiro de 2025, quando houve a migração para o DJEN, foram produzidos diariamente aproximadamente 301 cadernos eletrônicos, classificados conforme o Plano de Classificação de Documentos do TJMG. Dada a homogeneidade nos metadados e na classificação arquivística, um único fluxo de preservação foi adotado para todos os cadernos do DJe.

Embora o TJMG tenha optado por não iniciar, neste primeiro momento, o recolhimento dos DJes, nem disponibilizar seu acesso por meio do AtoM, os fluxos de preservação e acesso foram devidamente estabelecidos, garantindo a possibilidade de retomada da extração e processamento desses documentos futuramente, em consonância com as necessidades institucionais.

- **Fluxo de preservação para o DJe**

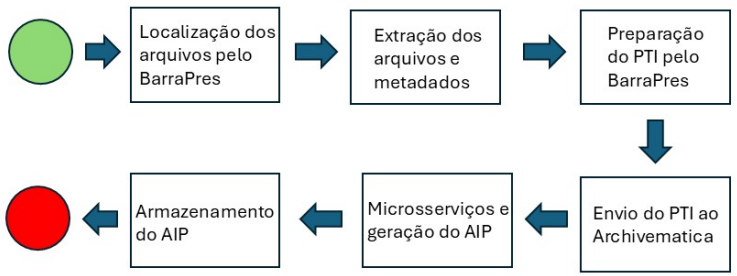
  A. **Localização e extração:** após a fase corrente de um ano, o DJe está apto a ser localizado pelo BarraPres para extração de objeto digital, componentes e metadados. Os metadados são atribuídos e extraídos, incluindo os de assinatura, conforme recomendação do MoReq-Jus.

  B. **Preparação do PTI:** o BarraPres sistematiza os metadados em uma planilha CSV e disponibiliza arquivos XML para configuração de processamento. O endereçamento é atribuído conforme a classificação arquivística.

  C. **Submissão e armazenamento:** após a montagem do PTI em formato BagIt, o pacote é submetido ao Archivematica para processamento automatizado. Ao final, o AIP é armazenado, encerrando o fluxo. Nesse primeiro momento, não há geração de DIPs para o AtoM, uma vez que os documentos já estão disponíveis no portal do TJMG.

Segue o fluxo estabelecido para o recolhimento dos DJes:

Figura 3 - Fluxo para recolhimento dos DJes



Fonte: Da pesquisa (2024).

Com a análise dos fluxos de preservação digital aplicados aos sistemas PROJUDI e DJe, o próximo capítulo se concentrará na análise detalhada dos documentos arquivísticos digitais do DJe. Entender esses fluxos de preservação fornece uma base sólida para examinar como esses documentos serão geridos e preservados na prática, quando da retomada do projeto pelo TJMG.

3

ANÁLISE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS DO DJe

O DJe teve papel importante na administração da justiça no Brasil, atuando como plataforma oficial para a publicação de atos judiciais, antes da substituição pelo DJEN em 2025. Com a transição para o formato digital, tornou-se imprescindível estabelecer mecanismos que assegurem a preservação desses documentos, considerando seu valor jurídico e histórico. Nesse contexto, o TJMG tem buscado implementar diretrizes que garantam a continuidade e a transparência dos processos judiciais ao longo do tempo.

Este capítulo examina os documentos digitais do DJe, suas características e os requisitos específicos de preservação necessários para garantir acessibilidade e autenticidade duradouras. A complexidade e o volume dos documentos gerados pelo DJe impõem desafios particulares à gestão documental, que vão além da simples manutenção dos arquivos: é preciso assegurar que metadados essenciais sejam cuidadosamente identificados e preservados, visto que esses documentos foram produzidos e armazenados fora de sistemas integrados de preservação. Essa falta de integração exige uma abordagem dedicada e técnica para a identificação, catalogação e gestão dos metadados.

A análise dos documentos do DJe envolve, portanto, um processo detalhado de identificação dos diferentes tipos de metadados. Assim, os metadados de gestão documentam a administração do ciclo de vida dos registros, incluindo informações sobre estrutura, origem e formato, enquanto os metadados de preservação se concentram em garantir que os documentos se mantenham íntegros e acessíveis ao longo do tempo, abrangendo aspectos como autenticidade e integridade digital.

Neste capítulo, também exploraremos o uso do modelo Hipátia, que incorpora os *softwares* de código aberto Archivematica e AtoM, como estrutura para a preservação e disseminação dos documentos do DJe. O padrão de metadados Dublin Core (DC), amplamente utilizado em sistemas de preservação, será detalhado quanto à sua aplicação no contexto do DJe, considerando como contribui para a organização, recuperação e manutenção da integridade dos documentos judiciais no decorrer do tempo.

Adicionalmente, serão discutidas as práticas para envio dos documentos e seus metadados ao ambiente de disseminação, destacando as dificuldades encontradas na integração entre os sistemas e as soluções implementadas para superá-las. A decisão do TJMG de manter o DJe fora do ambiente de produção do AtoM e de descontinuar temporariamente o seu recolhimento, além das estratégias consideradas para uma futura retomada desses fluxos, exemplificam o cuidado técnico e estratégico na preservação digital.

Por fim, a análise das demandas específicas relacionadas à gestão e preservação dos documentos do DJe oferece uma visão abrangente dos desafios enfrentados e das soluções implementadas para garantir uma preservação eficaz desses registros essenciais, a ser realizada tempestivamente, conforme as diretrizes institucionais do TJMG. Esse exame detalhado das práticas adotadas permite uma compreensão mais aprofundada das estratégias de preservação digital que garantem a acessibilidade e autenticidade contínuas dos documentos do DJe, reforçando seu papel no sistema judiciário.

3.1 Processo de análise dos documentos no sistema DJe

A análise dos documentos arquivísticos digitais no DJe revela que esses documentos não são originados em sistemas informatizados, o que apresenta desafios únicos na sua gestão e preservação. Para abordar essas questões, foi necessário examinar os documentos diretamente para identificar e classificar os metadados relevantes à gestão e preservação dos mesmos. Uma característica significativa dos documentos no DJe é a presença de assinaturas eletrônicas, cujos metadados devem ser preservados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MoReq-Jus. A análise dos metadados dos documentos do DJe é detalhada no Quadro 1, que fornece uma visão aprofundada dos requisitos e das práticas recomendadas para assegurar a integridade e a acessibilidade contínua desses registros.

Quadro 1 - Metadados de Gestão e Preservação do DJe

MoReq-Jus	Dependência	Obrigatoriedade	Sugestão de Metadado	De acordo	Metadado
MSG1.1.5 - Assinatura_digital_validador	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Sim	
MAD1.2.16 - Destinação_avaliação	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Recolhimento	Não	Guarda Permanente
MAD1.2.26 - Critério_de_guarda	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Preservação	Sim	
MPR1.3.2 - Idioma	Definição pelo TJMG	Opcional	Português do Brasil	Sim	
MPR1.3.4 - Status_permanente	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sim	Sim	
MPR1.3.5 - Status_essencial	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sim	Sim	
MPR1.3.25 - Dependência_software	Definição pelo TJMG	Opcional	Sem sugestão		Visualizador de PDF
MPR1.3.26 - Dependência_hardware	Definição pelo TJMG	Opcional	Sem sugestão		Meios eletrônicos onde se possa operar um documento em formato PDF
e-ARQ Brasil	Dependência	Obrigatoriedade	Sugestão de Metadado	De acordo	Metadado
1.8 Tipo de meio	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Digital	Sim	
1.9 Status	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Original	Sim	

1.10 Identificador da versão	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Não se aplica
1.12 Descrição	Definição pelo TJMG	Opcional	Sem sugestão		Publicação de atos oficiais, judiciais e administrativos do Poder Judiciário de Minas Gerais
1.13 Assunto	Definição pelo TJMG	Opcional	Sem sugestão		DJe; Diário do Judiciário
1.14 Autor	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais		
1.20 Gênero	Definição pelo TJMG	Opcional	Textual	Sim	
1.21 Espécie	Definição pelo TJMG	Opcional	Diário de Justiça	Não	Diário
1.22 Tipo	Definição pelo TJMG	Opcional	Sem sugestão		Diário do Judiciário
1.23 Idioma	Definição pelo TJMG	Opcional	Português	Sim	
1.28 Unidade responsável pela execução da ação	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)
1.30 Níveis de acesso	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Ostensivo	Sim	
1.34 Classe	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		074.100.01-A - Diário do Judiciário
1.35 Destinação prevista	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Recolhimento	Sim	
1.36 Prazo de guarda	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Guarda permanente	Sim	Comentário: a atribuição deste metadado pode ser tanto o prazo de guarda estipulado no arquivo corrente ou intermediário, quanto a destinação final (eliminação ou guarda permanente)
1.37 Localização	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Repositório Arquivístico Digital Confiável - Archivematica

2.1.1 Identificador do evento	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Recolhimento - Envio	Sim	
2.1.2 Tipo de evento	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Recolhimento - Envio	Sim	
2.1.7 Agente responsável pelo evento	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)
2.1.8 Detalhes do evento	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Documentos recolhidos em formato PDF
3.1. Identificador da classe	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		Comentário: não vemos por que adotar esse metadado, considerando que a definição da e-Arq Brasil explica que se trata de identificador único atribuído pelo SIFAD à classe no ato de sua criação.
3.2. Nome da classe	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		Diário do Judiciário
3.3. Código da classe	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		074.100.01-A
3.4. Subordinação da classe	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		070.000.00
3.5. Indicação de permissão de uso	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		Não
3.6. Indicação da classe ativa/inativa	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Ativa		
3.7. Prazo na idade corrente	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		1 ano
3.8 Evento de contagem na idade corrente	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		Disponibilização do Diário Judiciário Eletrônico no Portal/Internet do Tribunal
3.9. Prazo na idade intermediária	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		Não se aplica
3.10 Evento de contagem na idade intermediária	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Sem sugestão		Não se aplica

3.11 Destinação	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Preservação	Não	Guarda permanente
3.12 Sigilo associado à classe	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Obrigatório	Ostensivo	Sim	
3.13 Observação	Instrumentos de gestão (PCD e TTD)	Opcional	Sem sugestão		Compõe dossiê
5.10. Dependência de *software*	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Visualizador de PDF
5.11. Dependência de *hardware*	Definição pelo TJMG	Obrigatório	Sem sugestão		Meios eletrônicos onde se possa operar um documento em formato PDF

Fonte: Da pesquisa (2024).

3.2 Levantamento de metadados e requisitos DJe

Com a identificação dos metadados de gestão e preservação necessários aos documentos do DJe, o próximo passo foi a análise dos metadados descritivos. Esses metadados possibilitam a representação e recuperação dos documentos no ambiente de disseminação. No contexto do modelo Hipátia, onde os *softwares* Archivematica e AtoM são utilizados para preservação e disseminação, respectivamente, os metadados descritivos são estruturados conforme o padrão Dublin Core.

O Quadro 2 apresenta uma lista abrangente dos metadados específicos dos documentos do DJe, organizada para assegurar a clareza e o alinhamento com os requisitos de preservação digital. Nele, os metadados destacados em amarelo representam elementos fixos e universais, aplicáveis a todos os documentos mantidos, enquanto os metadados indicados como "dc.xxx" no campo **CAMPO CSV** identificam os elementos descritivos necessários à exportação ao AtoM. As colunas são estruturadas para oferecer informações completas sobre cada metadado: **CAMPO CSV** define o nome do campo de acordo com o padrão adotado; REGRA especifica a norma ou diretriz para preenchimento adequado; **EXEMPLO DE PREENCHIMENTO** fornece uma amostra de dado preenchido para ilustrar o uso correto; e **PREMIS EQUIVALÊNCIA** indica a correspondência com o modelo PREMIS, garantindo compatibilidade com padrões internacionais de preservação. Essa organização detalhada permite uma extração precisa e contextualizada dos metadados, atendendo a exigências arquivísticas e facilitando a interoperabilidade com sistemas de preservação e disseminação.

Quadro 2 - Metadados DJe Validados pelo TJMG - Moreq-arq-hipatia.

CAMPO CSV	REGRA	EXEMPLO DE PREENCHIMENTO	PREMIS EQUIVALÊNCIA
hipatia.assinaturaData	*Signing Time*	2022/08/31 16:05:15 -03'00'	
hipatia.integrity.check	Verificação se a integridade está mantida ou não. Expresso pelos valores *True* (em casos positivos) ou *False* (para casos negativos).	TRUE	
moreqjus.assinatura.digital.data	Data e hora da verificação da assinatura digital de um documento.	Data em que o documento foi validado pelo nosso código - data da captura do DJe	
moreqjus.assinatura.digital.validacao	Registro de que a assinatura digital foi verificada com sucesso.	Validado com sucesso	
moreqjus.certificado.digital	Certificado digital do signatário.	MIIH3DCCBcSgAwIBAgIQZeciksyaxj7oziizAv0d7TANBgkqhkiG9w0BAQsFADB4MQswCQYDVQQGEwJCUjETMBEGA1UEChMKSUNQLUJyYXNpbDE2MDQGA1UECxMtU2VjcmV0YXJpYSBkYSBSZWNlaXRhIEZlZGVyYWwgZG8gQnJhc2lsIC0gUkZCMRwwGgYDVQQDExNBQyBDZXJ0a...	
moreqjus.assinatura.digital.assinatura	Cópia da assinatura digital recebida com o documento.	oJMfijQIl21EW30x7hTQsnY2KZDSWWGU94rKu6RxaZW9aw5d7HVM48tXjviL3Cfq806zcVRJJ9aKa4YFYB7yAFbnRlrf35nIp1tjBzJfCIb12ayrJaWz4/YWR0xb0v6X0wTYtXUi7tPd+e4uFCn+cAE6CQm6EitSqIV7fu3C9uKaszxh7sGN7UmoQstT5vdff5tQisaTnikt4Kcwyc+iqrtqce3PkWE/nTGtvxR5XaAUVb00crhSLLBUNiL1ZzHzY4Qp3R4fxroPANdG5YKiQQ0ivkSBr0kZuCDM6aGhP13ELlGf0q5o31GUKw91Lajb1VDwotpHs1rC7HbspQo8Nw==	
moreqjus.assinatura.digital.validador	Identificação da pessoa que atestou a verificação da assinatura digital.	TJMG	
moreqjus.componente.assinaturaCodificacao	A informação da codificação utilizada é essencial para se interpretar corretamente o valor da assinatura e a chave.	Base64	Premis: signatureEncoding

moreqjus.signatario	Signatário é o indivíduo, instituição ou autoridade responsável por gerar a assinatura.	CN=PAULA MAGALHAES DOS SANTOS:01234216671,OU=(em branco),OU=RFB e-CPF A3,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=18517917000123,OU=Presencial,O=ICP-Brasil,C=BR	Premis: signer
moreqjus.componente.assinaturaMetodo	Método refere-se aos algoritmos utilizados para criptografar e calcular o *hash* na geração da assinatura digital.	SHA512withRSA	Premis: signatureMethod
moreqjus.componente.assinaturaRegrasValidacao	Regras de validação são as operações que devem ser realizadas para validar a assinatura digital.	Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001	Premis: signatureValidationRules
moreqjus.componente.assinaturaChave	Chave refere-se à chave pública do signatário necessária para validar a assinatura.	MIIBIjANBgkqhkiG9w0BAQEFAAOCAQ8AMIIBCgKCAQEA0LoTsT5K+ft9jBhD0A36sVoTl0Y+10qVPODRZ81HhfV3quwVJpgQLz3d9bM34W140mRap8O00LmuTIOhJ2Mf16Uu1229ovKyU4jkQGj/ANDFmyk61FJmb4XnX7oXRe65lY6amOZruCzoM9GaVobmuDQAUH53tPh+WHsntAuI+cbgASJ1ng1ZaoQmTZmdSEtqqU0CXYULQTBllKFF4gRNq6hOcyTJKMe9TPN2lrrOLMNbl7sWyNtyS8ettFUS55NYHcQOcqErSbcLSpOH9tosRAHyHTrtGCI+AxlvAWQIW0XYQg46XM1XbA4FffwUzGAedLxClH6zG8a3Kvua0VZ98wIDAQAB	Premis: keyInformation
moreqjus.dependencia.*hardware*	*Hardware* necessário ao *software* referenciado em dependencia_software ou ao usuário deste *software*.	Meios eletrônicos onde se possa operar um documento em formato PDF	
moreqjus.dependencia.*software*	*Software* necessário para apresentar ou usar um documento ou um componente.	Visualizador de PDF	
moreqjus.status.essencial	Indica se um documento é essencial.	Sim	
moreqjus.status.permanente	Indica se uma entidade precisa ser conservada permanentemente.	Sim	

moreqjus.criterio.de.guarda	Identificação do critério de guarda atribuído ao item.	Preservação	
moreqjus.destinacao.avaliacao	Avaliação da destinação do item.	Guarda Permanente	
earq.documento.meio	Identificação do meio do documento/volume/processo/dossiê: digital, não digital ou híbrido.	Digital	
earq.documento.status	Indicação do grau de formalização do documento: minuta, original, cópia.	Original	
earq.documento.autor	Pessoa física ou jurídica com autoridade para emitir o documento e em cujo nome, ou sob cuja ordem ou responsabilidade o documento é emitido.	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	
earq.documento.genero	Indica o gênero documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento.	Textual	
earq.documento.especie	Indica a espécie documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.	Diário	
earq.documento.tipo	Indica o tipo documental, ou seja, a configuração da espécie documental de acordo com a atividade que a gerou.	Diário do Judiciário	
earq.documento.unidadeExecuacao	Registra a unidade responsável pela execução da ação registrada no documento.	Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)	
earq.nivelDeAcesso	Indicação dos níveis de acesso ao documento a partir da classificação de sigilo e da proteção de dados pessoais.	Ostensivo	

earq.classeId	Identificação da classe do documento com base em um plano de classificação.	074.100.01-A - Diário do Judiciário	
earq.documento.localização	Local de armazenamento atual do documento. Pode ser um lugar (depósito, estante, repositório digital), uma notação física.	Repositório Arquivístico Digital Confiável - Archivematica	
earq.eventoCv.id	Identificador do evento de ciclo de vida que está sendo registrado no SIGAD.	Recolhimento - Envio	
earq.eventoCv.tipo	Identificação do tipo de evento de gestão do ciclo de vida.	Recolhimento - Envio	
earq.eventoCv.agenteId	Responsável pelo envio dos documentos para a guarda permanente.	Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)	
earq.eventoCv.detalhe	Registro de informações adicionais a respeito do evento de gestão do ciclo de vida.	Documentos recolhidos em formato PDF	
earq.classe.nome	Nome de uma divisão de um plano ou de um código de classificação.	Diário do Judiciário	
earq.classe.codigo	Código relativo a uma divisão de um plano ou de um código de classificação.	074.100.01-A	
earq.classe.subordinacao	Subordinação da classe na hierarquia do plano de classificação ou do código de classificação.	070.000.00	
earq.classe.indicadorUso	Indicação se a classe pode ser utilizada para classificar documentos ou se é apenas parte da estrutura hierárquica do plano de classificação.	Não	
earq.classe.indicadorAtiva	Indicação se a classe está ativa ou inativa para uso.	Ativa	
earq.classe.prazoCorrente	Prazo de guarda previsto para a idade corrente.	1 ano	

earq.classe.eventoCorrente	Evento que dispara o início da contagem do prazo de guarda na idade corrente.	Disponibilização do Diário do Judiciário eletrônico no Portal/ Internet do Tribunal	
earq.classe.sigilo	Restrição de acesso aos documentos aplicada de forma geral aos documentos de uma classe.	Ostensivo	
earq.classe.observacao	Registra informações adicionais sobre a classe.	Compõe dossiê	
dc.title	Nome atribuído ao documento.	Diário do Judiciário Eletrônico TJMG Belo Horizonte 30 de agosto de 2022 | Diário do Judiciário Eletrônico TJMG Conselheiro Lafaiete 30 de agosto de 2022	
dc.coverage	Registro do local da produção do documento.	Minas Gerais	
dc.date	Data de produção do documento.	8/30/2022	
dc.description	Exposição concisa do conteúdo do documento, processo ou dossiê.	Publicação de atos oficiais, judiciais e administrativos do Poder Judiciário de Minas Gerais	
dc.identifier	Identificador único atribuído ao documento na ocasião de sua produção.	SF002420220830 | SF018320220830	
dc.language	Idioma(s) em que é expresso o conteúdo do documento.	Português do Brasil	
dc.publisher	Autoridade	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	
dc.subject	Palavras-chave que representam o conteúdo do documento. Diferente do já estabelecido no código de classificação.	DJe; Diário do Judiciário	
dc.rights	Condições de acesso.	Documentação pública, sem restrição de acesso, observadas as disposições previstas na legislação vigente	
dc.source	Fontes de publicação relacionadas.	https://dje.tjmg.jus.br/apresentacao.do	

Fonte: Da pesquisa (2024).

Para assegurar o envio adequado dos documentos e metadados ao ambiente de disseminação, foi definida uma estrutura organizada com códigos de referência específicos para cada nível descritivo. Essa estrutura permite uma rastreabilidade clara e coerente dos itens dentro do sistema, facilitando tanto o acesso quanto a preservação. A utilização de "slugs" foi um componente-chave neste processo, proporcionando identificadores únicos e padronizados para cada dossiê e seus respectivos conteúdos. Essas informações consolidadas podem ser consultadas no Quadro 3, que apresenta, de forma sistemática, os códigos e slugs, detalhados nas colunas **CÓDIGO 1** e **CÓDIGO 2** (códigos hierárquicos), **NOME** (descrição do item), **Slug** (identificador único textual), e **Código de Referência** (para identificação e recuperação eficientes no sistema de disseminação).

Quadro 3 - Dossiês e Slugs

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
		Cadernos de editais	caderno-de-editais	CDE
		Cadernos administrativos	cadernos-administrativos	CAD
		Caderno Judicial da 2ª Instância	caderno-judicial-da-2-instancia	CSJ
AET	2	Abaeté	abaete	AET2
ABN	3	Abre-Campo	abre-campo	ABN3
ACN	5	Açucena	acucena	ACN5
AGF	9	Águas Formosas	aguas-formosas	AGF9
AOR	11	Aimorés	aimores	AOR11
AUD	12	Aiuruoca	aiuruoca	AUD12
API	15	Além Paraíba	alem-paraiba	API15
AFN	16	Alfenas	alfenas	AFN16
AMN	17	Almenara	almenara	AMN17
ALS	19	Alpinópolis	alpinopolis	ALS19
ADC	21	Alto Rio Doce	alto-rio-doce	ADC21
ALL	23	Alvinópolis	alvinopolis	ALL23
ANA	26	Andradas	andradas	ANA26
ADL	28	Andrelândia	andrelandia	ADL28
AUI	34	Araçuaí	aracuai	AUI34
ARI	35	Araguari	araguari	ARI35
AXA	40	Araxá	araxa	AXA40
ACS	42	Arcos	arcos	ACS42
ADO	43	Areado	areado	ADO43
AYN	778	Arinos	arinos	AYN778
BAD	49	Baependi	baependi	BAD49

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
BBI	51	Bambuí	bambui	BBI51
BCS	54	Barão de Cocais	barao-de-cocais	BCS54
BCA	56	Barbacena	barbacena	BCA56
BSO	59	Barroso	barroso	BSO59
BHE	24	Belo Horizonte	belo-horizonte	BHE24
BLL	64	Belo Vale	belo-vale	BLL64
BET	27	Betim	betim	BET27
BIS	69	Bicas	bicas	BIS69
BOE	71	Boa Esperança	boa-esperanca	BOE71
BCV	73	Bocaiuva	bocaiuva	BCV73
BDP	74	Bom Despacho	bom-despacho	BDP74
BMS	80	Bom Sucesso	bom-sucesso	BMS80
BFM	81	Bonfim	bonfim	BFM81
BFS	82	Bonfinópolis de Minas	bonfinopolis-de-minas	BFS82
BOM	83	Borda da Mata	borda-da-mata	BOM83
BHS	84	Botelhos	botelhos	BHS84
BMN	86	Brasília de Minas	brasilia-de-minas	BMN86
BPS	89	Brazópolis	brazopolis	BPS89
BMO	90	Brumadinho	brumadinho-1	BMO90
BBD	91	Bueno Brandão	bueno-brandao	BBD91
BUS	92	Buenópolis	buenopolis	BUS92
BII	93	Buritis	buritis	BII93
CBV	95	Cabo Verde	cabo-verde	CBV95
CHS	97	Cachoeira de Minas	cachoeira-de-minas	CHS97
CET	45	Caeté	caete	CET45
CAD	103	Caldas	caldas	CAD103
CDU	878	Camanducaia	camanducaia	CDU878
CBI	106	Cambuí	cambui	CBI106
CAQ	107	Cambuquira	cambuquira	CAQ107
CPH	109	Campanha	campanha	CPH109
CST	110	Campestre	campestre	CST110
CVE	111	Campina Verde	campina-verde	CVE111
CPO	112	Campo Belo	campo-belo	CPO112
CMT	115	Campos Altos	campos-altos	CMT115
CPG	116	Campos Gerais	campos-gerais	CPG116
COI	118	Canápolis	canapolis	COI118

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
CWA	120	Candeias	candeias	CWA120
CLH	123	Capelinha	capelinha	CLH123
CNS	126	Capinópolis	capinopolis	CNS126
CRD	132	Carandaí	carandai	CRD132
CRL	133	Carangola	carangola	CRL133
CGA	134	Caratinga	caratinga	CGA134
CCH	137	Carlos Chagas	carlos-chagas	CCH137
COM	140	Carmo da Mata	carmo-da-mata	COM140
CAE	141	Carmo de Minas	carmo-de-minas	CAE141
CCU	142	Carmo do Cajuru	carmo-do-cajuru	CCU142
CMI	143	Carmo do Paranaíba	carmo-do-paranaiba	CMI143
CRC	144	Carmo do Rio Claro	carmo-do-rio-claro	CRC144
CRM	879	Carmópolis de Minas	carmopolis-de-minas	CRM879
CSA	151	Cássia	cassia	CSA151
CGS	153	Cataguases	cataguases	CGS153
CAX	155	Caxambu	caxambu	CAX155
CLU	166	Cláudio	claudio	CLU166
CLS	172	Conceição das Alagoas	conceicao-das-alagoas	CLS172
CMD	175	Conceição do Mato Dentro	conceicao-do-mato-dentro	CMD175
CVR	177	Conceição do Rio Verde	conceicao-do-rio-verde	CVR177
CNG	180	Congonhas	congonhas	CNG180
CQT	182	Conquista	conquista	CQT182
CNL	183	Conselheiro Lafaiete	conselheiro-lafaiete	CNL183
CSN	184	Conselheiro Pena	conselheiro-pena	CSN184
CEM	79	Contagem	contagem	CEM79
COJ	775	Coração de Jesus	coracao-de-jesus	COJ775
CIT	191	Corinto	corinto	CIT191
CEL	193	Coromandel	coromandel	CEL193
CRF	194	Coronel Fabriciano	coronel-fabriciano	CRF194
CSI	205	Cristina	cristina	CSI205
CZL	208	Cruzília	cruzilia	CZL208
CUV	209	Curvelo	curvelo	CUV209
DMT	216	Diamantina	diamantina	DMT216
DVO	220	Divino	divino	DVO220
DVL	223	Divinópolis	divinopolis	DVL223

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
DDI	232	Dores do Indaiá	dores-do-indaia	DDI232
ELM	236	Elói Mendes	eloi-mendes	ELM236
ERM	239	Entre-Rios de Minas	entre-rios-de-minas	ERM239
ERV	240	Ervália	ervalia	ERV240
EES	241	Esmeraldas	esmeraldas	EES241
EEP	242	Espera Feliz	espera-feliz	EEP242
EPS	243	Espinosa	espinosa	EPS243
EEL	248	Estrela do Sul	estrela-do-sul	EEL248
EOS	249	Eugenópolis	eugenopolis	EOS249
EXM	251	Extrema	extrema	EXM251
FES	259	Ferros	ferros	FES259
FMA	261	Formiga	formiga	FMA261
FCS	267	Francisco Sá	francisco-sa	FCS267
FRU	271	Frutal	frutal	FRU271
GLL	273	Galileia	galileia	GLL273
GVS	105	Governador Valadares	governador-valadares	GVS105
GGL	278	Grão-Mogol	grao-mogol	GGL278
CHE	280	Guanhães	guanhaes	CHE280
GUE	281	Guapé	guape	GUE281
GSA	283	Guaranésia	guaranesia	GSA283
GNI	284	Guarani	guarani	GNI284
GPE	287	Guaxupé	guaxupe	GPE287
IBY	295	Ibiá	ibia	IBY295
III	297	Ibiraci	ibiraci	III297
IIB	114	Ibirité	ibirite	IIB114
IRP	301	Igarapé	igarape	IRP301
IUM	303	Iguatama	iguatama	IUM303
INP	309	Inhapim	inhapim	INP309
YAN	312	Ipanema	ipanema	YAN312
IIG	313	Ipatinga	ipatinga	IIG313
IBA	317	Itabira	itabira	IBA317
IRO	319	Itabirito	itabirito	IRO319
IGR	322	Itaguara	itaguara	IGR322
IJA	324	Itajubá	itajuba	IJA324
IMR	325	Itamarandiba	itamarandiba	IMR325
ITC	327	Itambacuri	itambacuri	ITC327

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
IOG	329	Itamoji	itamoji	IOG329
IMO	330	Itamonte	itamonte	IMO330
ITD	331	Itanhandu	itanhandu	ITD331
INH	332	Itanhomi	itanhomi	INH332
IGY	334	Itapajipe	itapajipe	IGY334
IPC	335	Itapecerica	itapecerica	IPC335
IAN	338	Itaúna	itauna	IAN338
IUA	342	Ituiutaba	ituiutaba	IUA342
IYM	343	Itumirim	itumirim	IYM343
ITM	344	Iturama	iturama	ITM344
JBU	346	Jabuticatubas	jabuticatubas	JBU346
JNT	347	Jacinto	jacinto	JNT347
JCU	348	Jacuí	jacui	JCU348
JTA	349	Jacutinga	jacutinga	JTA349
JAB	738	Jaíba	jaiba	JAB738
JUA	351	Janaúba	janauba	JUA351
JNU	352	Januária	januaria	JNU352
JQI	355	Jequeri	jequeri	JQI355
JQT	358	Jequitinhonha	jequitinhonha	JQT358
JML	362	João Monlevade	joao-monlevade	JML362
JPI	363	João Pinheiro	joao-pinheiro	JPI363
JTB	740	Juatuba	juatuba	JTB740
JFA	145	Juiz de Fora	juiz-de-fora	JFA145
LPT	372	Lagoa da Prata	lagoa-da-prata	LPT372
LGT	148	Lagoa Santa	lagoa-santa	LGT148
LJA	377	Lajinha	lajinha	LJA377
LAM	378	Lambari	lambari	LAM378
LAV	382	Lavras	lavras	LAV382
LPD	384	Leopoldina	leopoldina	LPD384
LAD	386	Lima Duarte	lima-duarte	LAD386
LUZ	388	Luz	luz	LUZ388
MCD	390	Machado	machado	MCD390
MCH	392	Malacacheta	malacacheta	MCH392
MAG	393	Manga	manga	MAG393
MNC	394	Manhuaçu	manhuacu	MNC394
MIM	395	Manhumirim	manhumirim	MIM395

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
MNN	396	Mantena	mantena	MNN396
MEH	398	Mar de Espanha	mar-de-espanha	MEH398
MRN	400	Mariana	mariana-1	MRN400
MHC	405	Martinho Campos	martinho-campos	MHC405
MAL	407	Mateus Leme	mateus-leme	MAL407
MBB	408	Matias Barbosa	matias-barbosa	MBB408
MTZ	411	Matozinhos	matozinhos	MTZ411
MDA	414	Medina	medina	MDA414
MEE	416	Mercês	merces	MEE416
MQI	417	Mesquita	mesquita	MQI417
MNV	418	Minas Novas	minas-novas	MNV418
MDO	421	Miradouro	miradouro	MDO421
MII	422	Miraí	mirai	MII422
MTV	427	Montalvânia	montalvania	MTV427
MAM	428	Monte Alegre de Minas	monte-alegre-de-minas	MAM428
MZL	429	Monte Azul	monte-azul	MZL429
MBE	430	Monte Belo	monte-belo	MBE430
MOO	431	Monte Carmelo	monte-carmelo	MOO431
MSM	432	Monte Santo de Minas	monte-santo-de-minas	MSM432
MSI	434	Monte Sião	monte-siao	MSI434
MCL	433	Montes Claros	montes-claros	MCL433
MNM	435	Morada Nova de Minas	morada-nova-de-minas	MNM435
MRE	439	Muriaé	muriae	MRE439
MTM	440	Mutum	mutum	MTM440
MUZ	441	Muzambinho	muzambinho	MUZ441
NNE	443	Nanuque	nanuque	NNE443
NAR	444	Natércia	natercia	NAR444
NPO	446	Nepomuceno	nepomuceno	NPO446
NER	447	Nova Era	nova-era	NER447
NLA	188	Nova Lima	nova-lima	NLA188
NVN	450	Nova Ponte	nova-ponte	NVN450
NES	451	Nova Resende	nova-resende	NES451
NVS	452	Nova Serrana	nova-serrana	NVS452
NZO	453	Novo Cruzeiro	novo-cruzeiro	NZO453

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
OLV	456	Oliveira	oliveira	OLV456
OUO	459	Ouro Branco	ouro-branco	OUO459
OUF	460	Ouro Fino	ouro-fino	OUF460
ORP	461	Ouro Preto	ouro-preto	ORP461
PAL	467	Palma	palma	PAL467
PRS	471	Pará de Minas	para-de-minas	PRS471
PTU	470	Paracatu	paracatu	PTU470
PGC	472	Paraguaçu	paraguacu	PGC472
PSP	473	Paraisópolis	paraisopolis	PSP473
PEB	474	Paraopeba	paraopeba	PEB474
PQO	476	Passa-Quatro	passa-quatro	PQO476
PST	477	Passa-Tempo	passa-tempo	PST477
PSS	479	Passos	passos	PSS479
PMS	480	Patos de Minas	patos-de-minas	PMS480
PTC	481	Patrocínio	patrocinio	PTC481
PNH	486	Peçanha	pecanha	PNH486
PZL	487	Pedra Azul	pedra-azul	PZL487
PDV	491	Pedralva	pedralva	PDV491
PLO	210	Pedro Leopoldo	pedro-leopoldo	PLO210
PEZ	498	Perdizes	perdizes	PEZ498
PDS	499	Perdões	perdoes	PDS499
PRG	508	Piranga	piranga	PRG508
PPN	511	Pirapetinga	pirapetinga	PPN511
PRR	512	Pirapora	pirapora	PRR512
PTI	514	Pitangui	pitangui	PTI514
PIU	515	Piumhi	piumhi	PIU515
POF	517	Poço Fundo	poco-fundo	POF517
PCS	518	Poços de Caldas	pocos-de-caldas	PCS518
PPE	520	Pompéu	pompeu	PPE520
PNV	521	Ponte Nova	ponte-nova	PNV521
PTH	522	Porteirinha	porteirinha	PTH522
PSO	525	Pouso Alegre	pouso-alegre	PSO525
PAD	527	Prados	prados	PAD527
PRT	528	Prata	prata	PRT528
PRO	529	Pratápolis	pratapolis	PRO529
PEE	534	Presidente Olegário	presidente-olegario	PEE534

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
RSS	540	Raul Soares	raul-soares	RSS540
RED	542	Resende Costa	resende-costa	RED542
RSP	543	Resplendor	resplendor	RSP543
RNS	231	Ribeirão das Neves	ribeirao-das-neves	RNS231
RCS	549	Rio Casca	rio-casca	RCS549
RNV	554	Rio Novo	rio-novo	RNV554
RPA	555	Rio Paranaíba	rio-paranaiba	RPA555
RDS	556	Rio Pardo de Minas	rio-pardo-de-minas	RDS556
RPC	557	Rio Piracicaba	rio-piracicaba	RPC557
RPB	558	Rio Pomba	rio-pomba	RPB558
RRE	559	Rio Preto	rio-preto	RRE559
RIV	560	Rio Vermelho	rio-vermelho	RIV560
SBA	567	Sabará	sabara	SBA567
SNS	568	Sabinópolis	sabinopolis	SNS568
SQN	569	Sacramento	sacramento	SQN569
SLN	570	Salinas	salinas	SLN570
SBB	572	Santa Bárbara	santa-barbara	SBB572
SLU	245	Santa Luzia	santa-luzia	SLU245
SUI	582	Santa Maria do Suaçuí	santa-maria-do-suacui	SUI582
SRT	592	Santa Rita de Caldas	santa-rita-de-caldas	SRT592
SRS	596	Santa Rita do Sapucaí	santa-rita-do-sapucai	SRS596
STV	598	Santa Vitória	santa-vitoria	STV598
SDT	604	Santo Antônio do Monte	santo-antonio-do-monte	SDT604
SND	607	Santos Dumont	santos-dumont	SND607
SDG	610	São Domingos do Prata	sao-domingos-do-prata	SDG610
SFI	611	São Francisco	sao-francisco	SFI611
SGS	620	São Gonçalo do Sapucaí	sao-goncalo-do-sapucai	SGS620
SGT	621	São Gotardo	sao-gotardo	SGT621
SJT	624	São João da Ponte	sao-joao-da-ponte	SJT624
SOE	625	São João del-Rei	sao-joao-del-rei	SOE625
SSK	627	São João do Paraíso	sao-joao-do-paraiso	SSK627
SEG	628	São João Evangelista	sao-joao-evangelista	SEG628
SJN	629	São João Nepomuceno	sao-joao-nepomuceno	SJN629
SAL	637	São Lourenço	sao-lourenco	SAL637

CÓDIGO 1	CÓDIGO 2	NOME	Slug	Código de Referência
SRW	642	São Romão	sao-romao	SRW642
SQS	643	São Roque de Minas	sao-roque-de-minas	SQS643
SSP	647	São Sebastião do Paraíso	sao-sebastiao-do-paraiso	SSP647
SDF	657	Senador Firmino	senador-firmino	SDF657
SER	671	Serro	serro	SER671
SLA	672	Sete Lagoas	sete-lagoas	SLA672
SLP	674	Silvianópolis	silvianopolis	SLP674
TOE	680	Taiobeiras	taiobeiras	TOE680
TRM	684	Tarumirim	tarumirim	TRM684
TXS	685	Teixeiras	teixeiras	TXS685
TOT	686	Teófilo Otôni	teofilo-otoni	TOT686
TTO	687	Timóteo	timoteo	TTO687
TRZ	689	Tiros	tiros	TRZ689
TOS	692	Tombos	tombos	TOS692
TCS	693	Três Corações	tres-coracoes	TCS693
TMS	58	Três Marias	tres-marias	TMS58
TSP	694	Três Pontas	tres-pontas	TSP694
TPC	696	Tupaciguara	tupaciguara	TPC696
TUR	697	Turmalina	turmalina	TUR697
UBA	699	Ubá	uba	UBA699
URA	701	Uberaba	uberaba	URA701
ULA	702	Uberlândia	uberlandia	ULA702
UNI	704	Unaí	unai-1	UNI704
VGA	707	Varginha	varginha	VGA707
VZP	708	Várzea da Palma	varzea-da-palma	VZP708
VZE	710	Vazante	vazante	VZE710
VPN	290	Vespasiano	vespasiano	VPN290
VCS	713	Viçosa	vicosa	VCS713
VGP	718	Virginópolis	virginopolis	VGP718
VRB	720	Visconde do Rio Branco	visconde-do-rio-branco-2	VRB720

Fonte: Da pesquisa (2024).

A configuração de processamento automatizado dos PTIs pelo Archivematica requer a definição de parâmetros específicos. Essas configurações foram discutidas e acordadas em reuniões e comunicações com a equipe do TJMG. Além disso, um questionário foi enviado para definir as configurações de processamento necessárias. Apesar de ter sido planejada a integração com o AtoM, o TJMG decidiu, por ora, não publicar os DJes no ambiente de produção do AtoM. Entretanto, estratégias foram desenvolvidas para preparar o ambiente para uma possível disponibilização futura. Atualmente, o acesso aos DJes permanece restrito ao Portal TJMG.

Para assegurar a preservação e a gestão eficiente dos metadados do DJe, o trabalho inicial de levantamento de metadados foi complementado em outubro de 2022, quando houve uma atualização significativa no MoReq-Jus. Esta atualização, agora na versão 2.0, trouxe mudanças que demandaram revisões e novas adições aos metadados previamente estabelecidos para os DJes do TJMG.

Com base na atualização, foi necessário rever a compatibilidade dos metadados originais com os novos requisitos. Foram observadas algumas divergências, o que evidenciou a necessidade de ajustar o padrão de metadados para o DJe, incluindo novos itens essenciais e realocando metadados que já estavam em uso. Esse processo foi guiado pela busca de aderência ao MoReq-Jus 2.0, sempre respeitando também os princípios estabelecidos pelo e-ARQ Brasil, que continuou sendo uma referência fundamental.

Para facilitar a visualização dessas mudanças, os metadados foram organizados em grupos distintos, conforme detalhado nos quadros a seguir:

- **Metadados com equivalência no MoReq-Jus 2.0:** Neste grupo, estão os metadados originalmente alinhados ao e-ARQ Brasil e que mantêm equivalência no modelo atualizado do MoReq-Jus. Essa congruência facilita a interoperabilidade entre os sistemas e assegura a consistência dos registros de preservação, conforme apresentado no **Quadro 4**:

Quadro 4 - Metadados com equivalência

Metadado	Rótulo Novo	Rótulo antigo
MDOC1 - Identificador do documento	moreqjus.documento.id	earq.documento.id
MDOC2 - Número do documento	moreqjus.documento.numero	earq.documento.numero
MDOC5 - Tipo de meio	moreqjus.documento.meio moreqjus.processo.meio	earq.documento.meio
MDOC6 - Status	moreqjus.documento.status	earq.documento.status
MDOC7 - Identificador de versão	moreqjus.documento.versao	earq.documento.versao
MDOC8 - Título	dc.title	dc.title
MDOC9 - Descrição	dc.description	dc.description
MDOC10 - Assunto	dc.subject	dc.subject

MDOC11 - Autor	moreqjus.documento.autor moreqjus.processo.autor	earq.documento.autor
MDOC17 - Gênero	moreqjus.documento.genero	earq.documento.genero
MDOC18 - Espécie	moreqjus.documento.especie	earq.documento.especie
MDOC19 - Tipo	moreqjus.documento.tipo	earq.documento.tipo
MDOC20 - Idioma	dc.language	dc.language
MDOC21 - Quantidade de folhas	moreqjus.documento.folhaNum moreqjus.volume.folhaNum moreqjus.processo.folhaNum	earq.documento.folhaNum
MDOC26 - Níveis de acesso	moreqjus.nivelDeAcesso	earq.nivelDeAcesso
MDOC28 - Data de produção	dc.date.created	dc.date.created
MDOC29 - Local de produção	moreqjus.documento.local	earq.documento.local
MDOC30 - Classe	moreqjus.classeId	earq.classeId
MDOC31 - Destinação prevista	moreqjus.documento.destinacao moreqjus.processo.destinacao	earq.documento.destinacao
MDOC32 - Prazo de guarda	moreqjus.documento.prazoGuarda moreqjus.processo.prazoGuarda	earq.documento.prazoGuarda
MDOC34 - Localização	moreqjus.documento.localização moreqjus.volume.localização moreqjus.processo.localização	earq.documento.localização
MCLA1 - Identificador da classe	moreqjus.classe.id	earq.classe.id
MCLA2 - Nome da classe	moreqjus.classe.nome	earq.classe.nome
MCLA3 - Código da classe	moreqjus.classe.codigo	earq.classe.codigo
MCLA4 - Subordinação da classe	moreqjus.classe.subordinacao	earq.classe.subordinacao
MCLA5 - Indicação de permissão de uso	moreqjus.classe.indicadorUso	earq.classe.indicadorUso
MCLA6 - Indicação de classe ativa/inativa	moreqjus.classe.indicadorAtiva	earq.classe.indicadorAtiva
MCLA7 - Prazo na idade corrente	moreqjus.classe.prazoCorrente	earq.classe.prazoCorrente
MCLA8 - Evento de contagem na idade corrente	moreqjus.classe.eventoCorrente	earq.classe.eventoCorrente
MCLA9 - Prazo na idade intermediária	moreqjus.classe.prazoIntermediaria	earq.classe.prazoIntermediaria
MCLA10 - Evento de contagem na idade intermediária	moreqjus.classe.eventoIntermediari	earq.classe.eventoIntermediari
MCLA11 - Destinação final	moreqjus.classe.destinacao	earq.classe.destinacao

MCLA12 - Sigilo associado à classe	moreqjus.classe.sigilo	earq.classe.sigilo
MCLA13 - Observação	moreqjus.classe.observacao	earq.classe.observacao
MECV1 - Identificador do evento	moreqjus.eventoCv.id	earq.eventoCv.id
MECV2 - Tipo de evento	moreqjus.eventoCv.tipo	earq.eventoCv.tipo
MECV7 - Agente responsável pelo evento	moreqjus.eventoCv.agenteId	earq.eventoCv.agenteId
MECV8 - Detalhes do evento	moreqjus.eventoCv.detalhe	earq.eventoCv.detalhe

Fonte: Da pesquisa (2024).

- **Metadados do e-ARQ Brasil sem equivalência no MoReq-Jus 2.0:** Este grupo inclui um metadado fixo do e-ARQ Brasil que não encontra correspondência direta no MoReq-Jus 2.0, mas cuja preservação é considerada essencial para a gestão arquivística dos DJes. A presença desse metadado nos pacotes digitais contribui para a integridade dos registros, conforme ilustrado no **Quadro 5**:

Quadro 5 - Metadados sem equivalência

Metadado	Rótulo	Valor
1.28 - Unidade responsável pela execução da ação	earq.documento.unidadeExecucao	Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)

Fonte: Da pesquisa (2024).

- **Metadados do MoReq-Jus 1.0 excluídos na versão 2.0:** Alguns metadados que integravam o MoReq-Jus 1.0 foram removidos na nova versão. No entanto, esses elementos fixos foram mantidos na estrutura, devido ao seu papel na rastreabilidade e custódia dos documentos. O **Quadro 6** correspondente detalha esses elementos.

Quadro 6 - Metadados excluídos na versão 2.0

Metadado	Rótulo	Valor
MPR1.3.5 – Status_essencial	moreqjus.status.essencial	Sim
MPR1.3.4 – Status_permanente	moreqjus.status.permanente	Sim
MAD1.2.26 – Critério_de_guarda	moreqjus.criterio.de.guarda	Preservação
MAD1.2.16 – Destinação_avaliação	moreqjus.destinacao.avaliacao	Guarda Permanente

Fonte: Da pesquisa (2024).

- **Metadados com rótulos modificados no MoReq-Jus 2.0:** Há também metadados que se mantiveram na transição para o MoReq-Jus 2.0, mas com mudanças nos rótulos originais. A adaptação desses nomes foi necessária para garantir alinhamento com a nova versão do modelo, sem perda de contexto documental.

O Quadro 7 detalha essas adaptações.

Quadro 7 - Metadados modificados na versão 2.0

Metadado	Rótulo novo	Rótulo antigo
MCDI10 - Dependência de *software*	moreqjus.componente.sw	moreqjus.dependencia.*software*
MCDI11 - Dependência de *hardware*	moreqjus.componente.hw	moreqjus.dependencia.*hardware*

Fonte: Da pesquisa (2024).

Além desses, foi incluído um grupo específico de metadados de assinatura digital. Esses metadados foram divididos em três subcategorias, levando em conta sua relevância e as diferenças entre o MoReq-Jus 1.0, o MoReq-Jus 2.0 e o modelo Hipátia:

- **Metadados de assinatura exclusivos do Hipátia:** Incluem elementos extraídos das assinaturas digitais, mas não previstos nem no e-ARQ Brasil nem no MoReq-Jus, essenciais para garantir a autenticidade dos registros digitais, conforme ilustrado no **Quadro 8**.

Quadro 8 - Metadados de assinatura exclusivos

Metadado	Rótulo	Exemplo de valor
Data de assinatura	hipatia.assinaturaData	03-06-2008 11:07:22
Checagem de integridade	hipatia.integrity.check	True

Fonte: Da pesquisa (2024).

- **Metadados de assinatura que permaneceram nas versões MoReq-Jus:** Metadados relevantes nas versões 1.0 e 2.0 do MoReq-Jus, preservados para garantir a continuidade do registro e a interoperabilidade dos sistemas, como exibido no **Quadro 9**.

Quadro 9 - Metadados de assinatura que permaneceram na versão 2.0

Rótulo novo	Rótulo antigo
moreqjus.componente.assinaturaCodificacao	moreqjus.componente.assinaturaCodificacao
moreqjus.signatario	moreqjus.signatario
moreqjus.componente.assinaturaMetodo	moreqjus.componente.assinaturaMetodo

moreqjus.componente.assinaturaValor	moreqjus.assinatura.digital.assinatura
moreqjus.componente.assinaturaRegrasValidacao	moreqjus.assinatura.digital.validacao
moreqjus.componente.assinauraChave	moreqjus.componente.assinaturaChave

Fonte: Da pesquisa (2024).

- **Metadados de assinatura omitidos no MoReq-Jus 2.0:** Alguns metadados essenciais no MoReq-Jus 1.0 foram descontinuados na versão 2.0, mas foram mantidos na estrutura devido à sua importância para os registros. O **Quadro 10** detalha esses elementos.

Quadro 10 - Metadados de assinatura omitidos na versão 2.0

Metadado	Rótulo
MSG1.1.1 Assinatura_digital_data	moreqjus.assinatura.digital.data
MSG1.1.3 Certificado_digital	moreqjus.certificado.digital
MSG1.1.5 Assinatura_digital_validador	moreqjus.assinatura.digital.validador

Fonte: Da pesquisa (2024).

Para apoiar o alinhamento com o novo modelo de requisitos, foram adicionados dois metadados fixos que fornecem informações críticas sobre o contexto de produção e custódia dos DJes do TJMG. Embora esses não sejam considerados metadados descritivos, sua presença contribui para a confiabilidade e completude dos registros arquivísticos. O **Quadro 11** apresenta os detalhes desses metadados fixos adicionais.

Quadro 11 - Metadados de assinatura omitidos na versão 2.0

Metadado	Rótulo	Valor
Produtor arquivístico	dc.produtorArquivistico	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Entidade custodiadora	dc.entidadeCustodiadora	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Fonte: Da pesquisa (2024).

Com a atualização do MoReq-Jus 2.0, foi consolidada uma lista abrangente de metadados essenciais para a preservação e o acesso aos DJes, considerando as necessidades de interoperabilidade e alinhamento com os requisitos de preservação digital no TJMG. O Quadro 12 apresenta a reunião dos metadados selecionados para preservação e acesso dos DJe, organizada de acordo com a última atualização do MoReq-Jus 2.0, englobando elementos fundamentais para a continuidade do processo de preservação e garantindo uma visão completa e integrada dos requisitos.

Nesse quadro, será possível identificar, de forma categorizada, os metadados nas seguintes colunas: **Metadado MoReq-Jus**, que especifica o nome oficial do metadado segundo o modelo MoReq-Jus; **Definição**, que detalha o significado e a função de cada metadado; **Gestão e Preservação**, que mostra tanto o rótulo atualizado quanto o rótulo anterior dos metadados relevantes para a gestão e preservação; **Descritivo**, que destaca os metadados baseados no padrão Dublin Core, fundamentais para descrever os documentos e facilitar a recuperação de informações; AtoM, indicando os elementos necessários para exportação ao sistema **AtoM** com base nos padrões ISAD-G e Nobrade; e DJe, especificando os metadados particulares para os documentos do Diário de Justiça Eletrônico.

Quadro 12 - Metadados MoReq-Jus 2.0

Metadado Moreq JUS	Definição	Gestão e Preservação		Descritivo	AtoM	DJe
A2.1 Documento		**Rótulo Novo**	**Rótulo antigo**	**Dublin Core**	**ISAD-G / Nobrade**	**Metadados**
MDOC1 - Identificador do documento	Identificador único atribuído pelo GestãoDoc ao documento no ato de sua captura para o sistema.	moreqjus.documento.id	earq.documento.id	dc. identifier	Identificador	SF006920080603
MDOC2 - Número do documento	Número ou código alfanumérico atribuído ao documento no ato da sua produção.	moreqjus.documento.numero	earq.documento. numero			V -
MDOC3 - Identificador do processo/ dossiê	Identificador único atribuído pelo GestãoDoc ao processo ou dossiê no ato de sua captura para o sistema.	moreqjus. processoDossie.id		dc. identifier	Identificador	NA
MDOC4 - Número do processo	Número ou código alfanumérico de registro no protocolo do processo.	moreqjus. processo.protocolo		dc.title	Título	NA
MDOC5 - Tipo de meio	Identificação do meio do documento/ volume/processo/ dossiê: digital, não digital ou híbrido.	moreqjus.documento.meio moreqjus. processo.meio	earq.documento. meio			Digital

MDOC6 - Status	Indicação do grau de formalização do documento: minuta - versão preliminar do documento; original – primeiro documento completo e efetivo; cópia – resultado da reprodução do documento; representante digital, no caso da reprodução de documento físico.	moreqjus.documento.status	earq.documento.status			Original
MDOC7 - Identificador de versão	Identificação da versão do documento e estabelecimento da relação entre as versões anteriores e posteriores.	moreqjus.documento.versao	earq.documento.versao			NA
MDOC8 - Título	Elemento de descrição que nomeia o documento ou processo/dossiê. Pode ser formal ou atribuído: formal - designação registrada no documento; atribuído - designação providenciada para identificação de um documento formalmente desprovido de título.	dc.title	dc.title	dc.title	Título	Diário do Judiciário Eletrônico TJMG Bicas 03 de Junho de 2008
MDOC9 - Descrição	Exposição concisa do conteúdo do documento, processo ou dossiê.	dc.description	dc.description	dc.description	Âmbito e conteúdo	F -
MDOC10 - Assunto	Termos, palavras-chave ou descritores que representam o conteúdo do documento, propiciando a recuperação da informação.	dc.subject	dc.subject	dc.subject	Ponto de acesso de assunto	F -

MDOC11 - Autor	Pessoa física ou jurídica com autoridade para emitir o documento/processo e em cujo nome ou sob cuja ordem ou responsabilidade o documento/processo é emitido ou julgado.	moreqjus.documento.autor moreqjus.processo.autor	earq.documento.autor	dc.creator	Produtor	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
MDOC12 - Destinatário	Pessoa física e/ou jurídica a quem foi dirigida a informação contida no documento. Pode ser nominal ou geral: nominal – pessoas específicas; geral – refere-se a uma entidade maior, indeterminada. Ex.: cidadãos, povo, estudantes, a quem possa interessar, a todos os envolvidos.	moreqjus.documento.destinatario moreqjus.processo.destinatario				NA
MDOC13 - Originador	Pessoa física ou jurídica designada no endereço eletrônico ou login em que o documento é gerado e/ou enviado.	moreqjus.documento.originado				NA
MDOC14 - Redator	Responsável pela elaboração do conteúdo do documento.	moreqjus.documento.redator		dc.contributor	Ponto de acesso de nome	NA
MDOC 15- Interessado	Nome e/ou identificação da pessoa física ou jurídica que tem envolvimento ou interesse no assunto do documento.	moreqjus.documento.interessado				NA
MDOC16 - Identificador do componente digital	Identificador dos componentes digitais que integram o documento.	moreqjus.componente.id				NA

MDOC17 - Gênero	Indica o gênero documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento.	moreqjus.documento.genero	earq.documento.genero	dc.type	Sem equivalência	Textual
MDOC18 - Espécie	Indica a espécie documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.	moreqjus.documento.especie	earq.documento.especie	dc.ype	Sem equivalência	Diário
MDOC19 - Tipo	Indica o tipo documental, ou seja, a configuração da espécie documental de acordo com a atividade que a gerou.	moreqjus.documento.tipo	earq.documento.tipo	dc.type	Sem equivalência	Diário do Judiciário
MDOC20 - Idioma	Idioma(s) em que é expresso o conteúdo do documento.	dc.language	dc.language	dc.language	Idioma	pt_BR
MDOC21 - Quantidade de folhas	Indicação da quantidade de folhas de um documento.	moreqjus.documento.folhaNum moreqjus.volume.folhaNum moreqjus.processo.folhaNum	earq.documento.folhaNum	dc.format	Dimensão e suporte	V -
MDOC22 - Numeração sequencial dos documentos	Numeração sequencial dos documentos inseridos em um processo.	moreqjus.documento.sequencia				NA
MDOC23 - Indicação de anexos	Indica se o documento/processo tem anexos.	moreqjus.documento.anexo				NA
MDOC24 - Indicação de anotação	Indica se existem anotações relativas ao documento.	moreqjus.documento.anotacao moreqjus.processo.anotacao				NA

MDOC25 - Relação com outros documentos	Registro das relações significantes de um documento/processo com outros documentos/processos.	dc.Relation				NA
MDOC26 - Níveis de acesso	Indicação dos níveis de acesso ao documento e ao processo a partir da classificação de segredo de justiça, da classificação da informação quanto ao grau de sigilo (Seção II do Capítulo IV da Lei nº 12.527/2011) e da proteção de dados pessoais.	moreqjus.nivelDeAcesso	earq.nivelDeAcesso	dc.rights	Condições de acesso	Ostensivo
MDOC27 - Previsão de desclassificação	Indicação da data prevista para término da restrição de acesso.	moreqjus.documento.previsaoDesclassificacao moreqjus.processo.nivelDeAcesso				NA
MDOC28 - Data de produção	Registro cronológico (data e hora) da produção do documento.	dc.date.created	dc.date.created	dc.date	Data	V -
MDOC29 - Local de produção	Registro do local da produção do documento, também denominado de data tópica.	moreqjus.documento.local	earq.documento.local	dc.coverage	Ponto de acesso de local	Minas Gerais
MDOC30 - Classe	Identificação da classe ou nível específico de classificação com base nos planos de classificação do documento ou processo.	moreqjus.classeId	earq.classeId	dc.subject	Ponto de acesso de assunto	074.100.01-A - Diário do Judiciário
MDOC31 - Destinação prevista	Indicação da próxima ação de destinação (transferência, eliminação ou recolhimento) prevista para o documento, em cumprimento às tabelas de temporalidade.	moreqjus.documento.destinacao moreqjus.processo.destinacao	earq.documento.destinacao			Guarda Permanente

MDOC32 - Prazo de guarda	Indicação do prazo estabelecido em tabelas de temporalidade e destinação de documentos para o cumprimento da destinação.	moreqjus.documento.prazoGuarda moreqjus.processo.prazoGuarda	earq.documento.prazoGuarda			F - Guarda permanente
MDOC33 - Indicação de precedente qualificado	Indica se o documento ou o processo trata-se de precedente qualificado. Objetivo: Identificar o documento ou o processo que deu origem à precedente qualificado, de observância obrigatória pela administração, pelo Poder Judiciário ou pela sociedade como orientador de atuação futura. O metadado tem o intuito de informar ao usuário e/ou sistema, de forma inequívoca, que o documento ou processo constitui precedente qualificado. O processo ou documento assim identificado é de guarda permanente conforme inc. VII do art. 30 da Resolução CNJ nº 324/2020.	moreqjus.processo.precedenteQualificado moreqjus.documento.precedenteQualificado				NA
MDOC34 - Localização	Anotação em sistema do local de armazenamento de documento(s) físico ou virtual, caso não haja sua juntada no próprio sistema GestãoDoc.	moreqjus.documento.localização moreqjus.volume.localização moreqjus.processo.localização	earq.documento.localização			Repositório Arquivístico Digital Confiável - Archivematica

MDOC35 - Indicação de arquivamento	Indica a situação de encerramento da tramitação de um processo/dossiê/documento pelo arquivamento, que será considerado definitivo quando não necessitar de diligências do órgão produtor, de processamento ou de terceiros. Não deve ser utilizado para as situações em que se já se sabe aprioristicamente que o documento ou processo voltará a tramitar (v.g. arquivamento provisório).	moreqjus.processo.arquivado moreqjus.documento.arquivado				NA
A2.2 Classe						
MCLA1 - Identificador da classe	Identificador único atribuído pelo GestãoDoc à classe no ato de sua criação no sistema.	moreqjus.classe.id	earq.classe.id			NA
MCLA2 - Nome da classe	Nome dos níveis dos planos de classificação e tabelas de temporalidade.	moreqjus.classe.nome	earq.classe.nome			Diário do Judiciário
MCLA3 - Código da classe	Código relativo a uma divisão dos planos de classificação e tabelas de temporalidade.	moreqjus.classe.codigo	earq.classe.codigo			074.100.01-A
MCLA4 - Subordinação da classe	Subordinação da classe na hierarquia do plano de classificação e tabela de temporalidade.	moreqjus.classe.subordinacao	earq.classe.subordinacao			070.000.00
MCLA5 - Indicação de permissão de uso	Indicação se a classe pode ser utilizada para classificar documentos ou se é apenas parte da estrutura hierárquica dos planos de classificação.	moreqjus.classe.indicadorUso	earq.classe.indicadorUso			Não

MCLA6 - Indicação de classe ativa/inativa	Indicação se a classe está ativa ou inativa para uso.	moreqjus.classe.indicadorAtiva	earq.classe.indicadorAtiva			Ativa
MCLA7 - Prazo na idade corrente	Prazo de guarda previsto para a idade corrente, quando aplicável.	moreqjus.classe.prazoCorrente	earq.classe.prazoCorrente			1 ano
MCLA8 - Evento de contagem na idade corrente	Evento que dispara o início da contagem do prazo de guarda na idade corrente.	moreqjus.classe.eventoCorrente	earq.classe.eventoCorrente			Disponibilização do Diário do Judiciário eletrônico no Portal/Internet do Tribunal
MCLA9 - Prazo na idade intermediária	Prazo de guarda previsto para a idade intermediária.	moreqjus.classe.prazoIntermediaria	earq.classe.prazoIntermediaria			NA
MCLA10 - Evento de contagem na idade intermediária	Evento que dispara o início da contagem do prazo de guarda na idade intermediária.	moreqjus.classe.eventoIntermediari	earq.classe.eventoIntermediari			NA
MCLA11 - Destinação final	Destinação final prevista para o documento: preservação ou eliminação.	moreqjus.classe.destinacao	earq.classe.destinacao			Preservação
MCLA12 - Sigilo associado à classe	Restrição de acesso aos documentos, aplicada de forma geral aos documentos de uma classe.	moreqjus.classe.sigilo	earq.classe.sigilo			Ostensivo
MCLA13 - Observação	Registra informações adicionais sobre a classe.	moreqjus.classe.observacao	earq.classe.observacao			Compõe dossiê
A2.3.1 Eventos de gestão do ciclo de vida						
MECV1 - Identificador do evento	Identificador do evento de ciclo de vida que está sendo registrado no GestãoDoc.	moreqjus.eventoCv.id	earq.eventoCv.id			Recolhimento - Envio
MECV2 - Tipo de evento	Identificação do tipo de evento de gestão do ciclo de vida.	moreqjus.eventoCv.tipo	earq.eventoCv.tipo			Recolhimento - Envio
MECV3 - Identificador do processo/dossiê	Identificador do processo/dossiê que está sendo afetado pelo evento.	moreqjus.eventoCv.processoId				NA

MECV4 - Identificador do documento	Identificador do documento.	moreqjus.eventoCv.documentoId				NA
MECV5 - Identificador do lote	Identificador do lote que está sendo afetado pelo evento.	moreqjus.eventoCv.loteId				NA
MECV6 - Data e hora do evento	Data e hora em que o evento foi realizado.	moreqjus.eventoCv.dataHora				NA
MECV7 - Agente responsável pelo evento	Agente responsável pela realização do evento; Captura: responsável pela captura, produção ou registro; Transferência – envio: responsável pelo envio dos documentos para guarda intermediária; Transferência – recebimento: responsável pelo recebimento dos documentos para guarda intermediária; Recolhimento – envio: responsável pelo envio dos documentos para guarda permanente; Eliminação: responsável pela eliminação dos documentos; Restrição de acesso: responsável pela restrição de acesso; Alteração da restrição de acesso: responsável pela alteração da restrição de acesso.	moreqjus.eventoCv.agenteId	earq.eventoCv.agenteId			Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)
MECV8 - Detalhes do evento	Registro de informações adicionais a respeito do evento de gestão do ciclo de vida.	moreqjus.eventoCv.detalhe	earq.eventoCv.detalhe			Documentos recolhidos em formato PDF

A2.3.2 Eventos de gestão do processo/ dossie						
MEGP1 - Identificador do evento	Identificador do evento de gestão de processo que está sendo registrado no GestãoDoc.	moreqjus.eventoProc.id				NA
MEGP2 - Tipo de evento	Identificação do evento de gestão do processo.	moreqjus.eventoProc.tipo				NA
MEGP3 - Identificador do processo/ dossiê	Identificador do processo.	moreqjus.eventoProc.tipo				NA
MEGP4 - Data e hora do evento	Identificador do processo.	moreqjus. eventoProc. processoId				NA
MEGP5 - Agente responsável pelo evento	Data e hora em que o evento foi realizado.	moreqjus. eventoProc. dataHora				NA
MEGP6 - Identificador do documento	Agente responsável pela realização do evento.	moreqjus. eventoProc. agenteId				NA
A2 3.3 Eventos de gerenciamento da classe						
MEGC1 - Identificador do evento	Identificador do evento de gerenciamento de classe que está sendo registrado no GestãoDoc.	moreqjus.eventoClasse.id				NA
MEGC2 - Tipo de evento	Identificação do tipo de evento de gerenciamento de classe.	moreqjus.eventoClasse.tipo				NA
MEGC3 - Identificador da classe afetada	Identificador da classe afetada pelo evento de gerenciamento de classe que está sendo registrado.	moreqjus. eventoClasse. classeId				NA
MEGC4 - Data e hora do evento	Data e hora em que o evento foi realizado.	moreqjus. eventoClasse. dataHora				NA
MEGC5 - Agente responsável pelo evento	Identificar o agente responsável pelo evento.	moreqjus. eventoClasse. agenteId				NA

MEGC6 - Valor anterior do atributo	Valor do elemento antes da realização do evento.	moreqjus.eventoClasse.valorAnterior				NA
A2 3.4 Eventos de preservação						
MEPR1 - Identificador do evento	Identificador do evento de preservação que está sendo registrado no GestãoDoc.	moreqjus.ePres.id				NA
MEPR2 - Tipo de evento	Categoriza o tipo de evento de preservação.	moreqjus.ePres.tipo				NA
MEPR3 - Componente digital	Identificador do componente digital que está sendo afetado pelo evento de preservação registrado.	moreqjus.ePres.componenteId				NA
MEPR4 - Data e hora do evento	Data e hora em que o evento foi realizado, ou de seu início.	moreqjus.ePres.dataHora				NA
MEPR5 - Agente responsável pelo evento	Agente responsável pelo evento.	moreqjus.ePres.agenteId				NA
MEPR6 - Resultado do evento	Resultado do evento de preservação.	moreqjus.ePres.Resultado				NA
MEPR7 - Detalhes do evento	Registro de informações adicionais a respeito do evento de preservação.	moreqjus.ePres.detalhe				NA
A2.4 Componente digital						
MCDI1 - Identificador do componente digital	Designação usada para identificar no GestãoDoc os componentes digitais que integram o documento.	moreqjus.componente.id				NA

MCDI2 - Nome original	Nome original do arquivo referente ao componente digital no momento em que foi capturado no GestãoDoc, antes de ser renomeado com o identificador do GestãoDoc.	moreqjus.componente.nomeOriginal			Metadado já se manifesta no AtoM quando da presença de um objeto digital vinculado à descrição	NA
MCDI3 - Tamanho	Informa o tamanho do componente digital em bytes.	moreqjus.componente.tamanho			Metadado já se manifesta no AtoM quando da presença de um objeto digital vinculado à descrição	NA
MCDI4 - *Software* de criação	Informação a respeito do *software* utilizado para criar o componente digital.	moreqjus.componente.softwareCriacao				NA
MCDI5 - Nível de composição	Informação sobre se o componente digital está sujeito a um ou mais processos de compressão, criptografia ou empacotamento, bem como qual é esse nível.	moreqjus.componente.nivelComposicao				NA
MCDI6 - Inibidor	Recursos que inibem o acesso, uso ou migração do componente digital.	moreqjus.componente.inibidor				NA
MCDI7 - Formato de arquivo	Identificação do formato de arquivo do componente digital.	moreqjus.componente.formato			Metadado já se manifesta no AtoM quando da presença de um objeto digital vinculado à descrição	NA

MCDI8 - Localização	Informações sobre a localização do componente digital.	moreqjus.componente.localizacao				NA
MCDI9 - Suporte	Suporte físico no qual o componente digital está armazenado.	moreqjus.componente.suporte				NA
MCDI10 - Dependência de *software*	Informações sobre o ambiente de *software* necessário para apresentar e/ou usar os componentes digitais, incluindo a aplicação e o sistema operacional.	moreqjus.componente.sw	moreqjus.dependencia.*software*			F - Visualizador de PDF
MCDI11 - Dependência de *hardware*	Informações sobre os componentes de *hardware* necessários para operar o *software* referenciado em moreqjus.componente.sw, incluindo periféricos.	moreqjus.componente.hw	moreqjus.dependencia.*hardware*			F - Meios eletrônicos onde se possa operar um documento em formato PDF.
MCDI12 - Outras dependências	Informações sobre outras dependências, que não sejam as de *software* e *hardware*, necessárias para apresentar ou usar os documentos (por exemplo, DTD, XML Schema, fontes, folha de estilo).	moreqjus.componente.outrasDependencias				NA
MCDI13 - Relação com outros componentes digitais	Registro das relações de um componente digital com outros componentes digitais.	moreqjus.componente.relacao				NA
MCDI14 - Fixidade	Informações utilizadas para verificar se o componente digital sofreu mudanças não documentadas.	moreqjus.componente.fixidade				NA
MCDI15 - Assinatura digital	Informações sobre a assinatura digital aplicada aos componentes digitais.	moreqjus.componente.assinatura				V -* há uma extratificação de metadados dos dos componentes da assinatura digital.

		moreqjus.componente.assinaturaCodificacao				V -
	Indivíduo, instituição ou autoridade responsável por gerar a assinatura	moreqjus.signatario				V -
	Refere-se aos algoritmos utilizados para criptografar e calcular o *hash* na geração da assinatura digital	moreqjus.componente.assinaturaMetodo				V -
		moreqjus.componente.assinaturaValor				V -
	Operações que devem ser realizadas para validar a assinatura digital	moreqjus.componente.assinaturaRegrasValidacao				V -
	Chave pública do signatário necessária para validar a assinatura	moreqjus.componente.assinauraChave				V -
A2.5 Agente						
MAGE1 - Identificador do agente	Código que identifica univocamente o agente no Gestão-Doc.	moreqjus.agente.id				NA
MAGE2 - Nome do agente	moreqjus.agente.nome	moreqjus.agente.nome				NA
MAGE3 - Status do agente	Indicação se o agente está ativo ou inativo.	moreqjus.agente.status				NA

Fonte: Da pesquisa (2024).

Essas revisões culminaram na elaboração de um quadro comparativo que reúne todos os metadados revisados e adaptados ao MoReq-Jus 2.0. A apresentação consolidada dos metadados facilita a continuidade da preservação e do acesso aos documentos do DJe, permitindo uma gestão mais eficiente e alinhada às práticas recomendadas pelo CNJ. Em complemento, a recente Resolução nº 522 do CNJ, publicada em setembro de 2023, formalizou o MoReq-Jus 2.0 como padrão obrigatório, consolidando ainda mais sua importância para o TJMG e reforçando a necessidade de aderência a esses requisitos no longo prazo.

3.3 Estudos e análises para identificar demandas de gestão e preservação

Os documentos do DJe do TJMG representam um componente relevante da administração judiciária, reunindo atos oficiais, judiciais e administrativos em formato eletrônico, com validade legal. Em termos de gestão documental, o DJe é um tipo relativamente simples, especialmente quando comparado a documentos que requerem metadados mais complexos para descrição e recuperação. Entretanto, sua simplicidade estrutural não elimina a necessidade de uma abordagem bem estruturada de gestão e preservação, dada a importância legal e histórica desse acervo digital.

Com a implementação do DJe exclusivamente em meio eletrônico a partir de 2008, e com seu caráter de guarda permanente, observou-se que esses documentos não estavam contemplados no Plano de Classificação de Documentos do TJMG, o que inviabilizava seu enquadramento dentro das normas de classificação e preservação do Tribunal. A ausência de uma categoria específica para o DJe no Plano de Classificação representava um obstáculo ao gerenciamento adequado desses documentos, impossibilitando a definição de metadados, conforme os modelos MoReq-Jus e-ARQ Brasil, e prejudicando a organização e recuperação das informações a longo prazo.

Com base nessas observações, a equipe do Ibict sugeriu ao TJMG a inclusão de uma categoria dedicada aos documentos do DJe no Plano de Classificação, semelhante ao modelo adotado pelo TJDFT, que categoriza o DJe em uma subsérie própria na área de produção editorial. Essa sugestão foi acatada pelo TJMG, resultando na publicação da Portaria Conjunta nº 1.634/PR/2025, em 24 de janeiro de 2025. Essa portaria altera o Anexo da Portaria Conjunta da Presidência nº 417/2015, que institui o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT) dos documentos administrativos da Justiça de Primeiro e de Segundo Graus do Estado de Minas Gerais. Com essa atualização, o DJe passa a ser contemplado com uma subsérie própria, alinhada à estrutura administrativa do Tribunal.

Essa mudança facilitou o estabelecimento de uma série de metadados essenciais para a preservação e a organização dos diários, permitindo, por exemplo, a criação de dossiês que agrupam os DJes por tipo (Comarcas, Administrativo, Segunda Instância e Editais) e por data de publicação. Essa organização é fundamental para que o acervo do DJe seja recuperado e mantido de forma ordenada, oferecendo ao usuário uma experiência de pesquisa eficiente e precisa, especialmente em um contexto de preservação digital de longo prazo.

A introdução de uma categoria para o DJe no Plano de Classificação do TJMG não apenas facilita a gestão cotidiana e o arquivamento permanente desses documentos, mas também reforça o compromisso do Tribunal com a transparência e a acessibilidade dos atos processuais, consolidando um modelo de boas práticas para a gestão de documentos digitais de natureza semelhante. Este passo é um exemplo concreto de como uma análise criteriosa das demandas de gestão documental pode levar a ajustes fundamentais na estrutura de classificação e preservação de uma instituição, beneficiando tanto a continuidade administrativa quanto o acesso público a informações essenciais.

Além disso, a alta periodicidade e volume das publicações do DJe - com uma média mensal de 16.254 documentos, resultando em milhões de diários produzidos desde 2008 até janeiro de 2025 - representam um desafio técnico significativo para a preservação digital. A migração e a disponibilização desses documentos no ambiente RDC-Arq exigem grande capacidade de armazenamento e processamento de dados. Embora o acesso ao DJe pelo portal do TJMG já seja amplamente utilizado e familiar aos usuários, a inclusão dos documentos no RDC-Arq contribui para garantir sua preservação em um ambiente dedicado, minimizando riscos de perda ou deterioração digital, e assegurando que os prazos processuais e demais disposições legais continuem sendo cumpridos rigorosamente.

4

ANÁLISE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS DO PROJUDI

Este capítulo apresenta a análise dos documentos arquivísticos digitais gerados no PROJUDI, com o objetivo de assegurar que esses registros sejam preservados segundo os mais rigorosos padrões arquivísticos, garantindo sua integridade, autenticidade e acessibilidade ao longo do tempo. Por meio do levantamento minucioso de metadados e da aplicação de tecnologias avançadas de preservação digital, o TJMG busca cumprir sua missão de preservar adequadamente o vasto acervo documental produzido no desenvolvimento de suas funções.

4.1 Processo de análise dos documentos no sistema PROJUDI

A implantação do PROJUDI no âmbito do TJMG, em 2007, marcou o início da produção sistemática de documentos arquivísticos judiciais digitais em elevada quantidade. No entanto, sua implementação ocorreu em um contexto de inexistência de modelos normativos específicos para sistemas informatizados de gestão documental no Poder Judiciário, uma vez que o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos (MoReq-Jus) somente foi estabelecido em 2009. Como consequência, o desenvolvimento e a evolução do PROJUDI ocorreram à margem dos padrões técnicos e funcionais definidos pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), como os dispostos no e-Arq Brasil, e das diretrizes do próprio CNJ.

Soma-se a este cenário a limitação da arquitetura tecnológica do PROJUDI, que restringiu a incorporação de funcionalidades essenciais à gestão arquivística de documentos digitais, comprometendo a conformidade do sistema com os requisitos arquivísticos necessários à preservação digital de longo prazo. As limitações estruturais e funcionais do *software* impactaram diretamente no atendimento aos critérios relacionados às fases do ciclo de vida dos documentos digitais, como captura, produção, classificação, guarda, avaliação, seleção, armazenamento, indexação, preservação, arquivamento e recebimento. Por esse motivo, foi necessário realizar um estudo aprofundado para mapear e analisar as estruturas documentais e os metadados disponíveis, identificando quais documentos deveriam ser preservados de forma permanente.

Para conduzir essa análise, a equipe do TJMG selecionou inicialmente um subconjunto de processos judiciais, especificamente aqueles extintos sem resolução de mérito, uma categoria representativa para estudos iniciais. Esse recorte permitiu o desenvolvimento e teste de metodologias de análise e avaliação documental com um volume de dados gerenciável, antes da expansão para um conjunto mais amplo de processos.

Durante esse estudo, foi necessário avaliar a estrutura dos metadados associados a cada documento. Os metadados de identificação, como “ID do Processo”, “Nome das Partes” e “Data de Distribuição”, foram considerados essenciais, pois oferecem um ponto de partida para a recuperação dos documentos e a gestão de seu ciclo de vida. Outro exemplo de metadado relevante foi o “Status do Processo”, que indica a conclusão de cada caso e é fundamental para o controle dos documentos que não terão novas movimentações. A verificação da conformidade desses metadados com as diretrizes da Resolução 324/2020 do CNJ, que regulamenta a preservação de documentos com valor permanente, foi essencial para assegurar que o sistema PROJUDI fosse capaz de atender às exigências legais de preservação.

Após a análise dos processos extintos, foram observadas lacunas em relação à estrutura dos metadados e à compatibilidade com os requisitos de autenticidade e integridade necessários para a preservação digital. Por exemplo, identificou-se que alguns documentos críticos, como os despachos finais, não possuíam metadados suficientes para assegurar sua autenticidade de forma autônoma, sem recorrer ao contexto do sistema. Essa descoberta levou à recomendação de incluir novos metadados que permitam validar a origem e a integridade desses documentos ao longo do tempo, como o uso de "*Hash* de Verificação" para cada documento digital.

4.2 Levantamento de metadados e requisitos PROJUDI

Simultaneamente ao estudo dos processos judiciais, a equipe do Ibict realizou um levantamento exaustivo dos metadados existentes no banco de dados do PROJUDI. Esse levantamento incluiu a análise em ambiente de homologação do sistema, onde a equipe pôde acessar e avaliar os metadados diretamente sem interferir nas operações em curso. Como resultado, foram identificados metadados associados aos processos, como "Data de Criação", "Nome das Partes" e "Tipo de Documento" — todos relevantes para a preservação e o acesso futuro.

Para consolidar e organizar as informações levantadas, foi elaborada uma planilha estruturada contendo os principais metadados de cada processo judicial, bem como as relações entre os dados processuais, como conexões entre documentos de uma mesma movimentação. Um exemplo foi a categorização dos "Movimentos Processuais", que identifica mudanças no andamento do processo e que, em um contexto de preservação, é essencial para reconstituir a sequência lógica de eventos ao longo do tempo. Essa planilha foi então submetida à equipe do TJMG para validação, e durante esse processo foram acrescentados metadados adicionais, como o "Código de Natureza da Ação", que especifica o tipo de litígio tratado, sendo um dado essencial para a organização temática dos documentos.

Após a validação e a categorização dos metadados, foram desenvolvidas *queries* específicas para automatizar a extração de dados do sistema PROJUDI, utilizando o *software* BarraPres. Por exemplo, foi criada uma *query* para extrair todos os processos extintos sem resolução de mérito, recuperando informações específicas como "Data de Extinção", "Movimento Final" e "Responsável pela Decisão". Essa estrutura permitiu a organização dos documentos em pacotes arquivísticos consolidados, prontos para serem armazenados de forma segura.

Paralelamente aos estudos de metadados desenvolvidos pela equipe do Ibict, a equipe do TJMG realizou uma análise do PROJUDI com base na versão atualizada do MoReq-Jus, com o objetivo de obter um diagnóstico arquivístico do sistema, visando identificar as necessidades da aplicação para a implementação dos procedimentos da gestão documental, em conformidade com as normativas vigentes e aplicáveis. O estudo revelou que o sistema atende apenas a aproximadamente 25% dos 412 requisitos estabelecidos pelo Modelo, evidenciando lacunas significativas que comprometem a implementação adequada da gestão documental arquivística no ambiente digital do TJMG.

Os diagnósticos realizados demonstraram uma fragilidade do sistema perante os seguintes requisitos, dispostos no MoReq-Jus: configuração e administração dos planos de classificação e tabelas de temporalidade; classificação e metadados dos documentos e processos; gerenciamento dos processos e documentos; manutenção de documentos institucionais não digitais e híbridos; aplicação dos instrumentos de temporalidade e destinação; eliminação; alteração, ocultação e exclusão de documentos institucionais; trilha de auditoria; durabilidade e efetividade de armazenamento; e interoperabilidade.

Logo, considerando as limitações inerentes ao sistema para facultar a gestão dos documentos e, considerando a necessidade do início dos trabalhos de gerenciamento arquivístico e preservação digital, visando a garantia da confiabilidade, autenticidade, correto tratamento e acesso do acervo mantido no PROJUDI, a equipe do TJMG estruturou rotinas internas para consolidar as demandas de avaliação, seleção e destinação dos documentos acumulados na aplicação. A partir dessas rotinas, com base nos critérios de classificação e prazo de guarda, foram indicados os processos e peças processuais destinados à preservação pelo barramento, em cumprimento ao Art. 30 da Resolução CNJ nº 324/2020, que são o objeto do ambiente de preservação digital.

Com essas definições e processos de extração estabelecidos, o TJMG agora possui um sistema efetivo para preservar digitalmente os documentos do PROJUDI, cumprindo os requisitos legais e arquivísticos e garantindo a acessibilidade dos registros de maneira segura e estruturada.

Para facilitar a compreensão dos metadados identificados durante o levantamento, o Quadro 13, a seguir, apresenta de forma detalhada os principais metadados do sistema PROJUDI, com suas respectivas definições e categorias. Cada metadado está organizado em colunas que trazem informações essenciais, incluindo o **TABLE_NAME**, que especifica a tabela no banco de dados onde o metadado se encontra; **COMMENTS**, que descreve brevemente a função do metadado; **COLUMN_NAME**, que indica o nome da coluna na qual o dado está armazenado; **COMMENTS2**, que oferece observações adicionais sobre o metadado; e, finalmente, uma coluna de **OBSERVAÇÃO IBICT**, que registra as anotações específicas feitas pelo Ibict, como orientações sobre a relevância e o uso de cada elemento. Essas informações são essenciais para orientar tanto a extração quanto a preservação de cada elemento de dados do PROJUDI, assegurando o cumprimento dos critérios arquivísticos.

Quadro 13 - Metadados - PROJUDI.

TABLE_NAME	COMMENTS	COLUMN_ NAME	COMMENTS2	OBSERVAÇÃO IBICT
CG_REF_CODES	Esta tabela de domínios e seus valores codificados permitiram validar muitos itens codificados no sistema.	RV_DOMAIN	Nome do domínio.	Campo passado como parâmetro.
		RV_LOW_VALUE	O menor valor é geralmente usado para o valor codificado para o item.	Campo passado como parâmetro.

		RV_MEANING	Uma explicação para o menor valor do domínio.	
CNJ_CLASSE_CATEGORIA	Classes são tipificações de um processo, baseadas na reclamação/pedido da parte. São organizadas hierarquicamente por razão de competência, natureza ou matéria do processo.	SEQ_CATEGORIA	Código público e unificado pelo CNJ de uma classe.	=processo.tipoacao
		DESC_CATEGORIA	Descrição pública e unificada pelo CNJ de uma classe.	
		SEQ_CATEGORIA_PAI	Código do nível hierárquico imediatamente superior de uma classe.	
LOGON	Tabela de logons.	LOGIN	Login da pessoa.	Usado apenas para fazer as conexões entre tabelas.
		NOME	Nome da pessoa.	
		DESCRICAO	Descrição do local.	
		DESCRICAO	Descrição do tipo de objeto da ação.	
OUTRA_NUMERACAO_PROCESSO	Processos antigos que receberam novo número de processo com 20 posições.	CODOUTRANUMERACAO	Código da Outra Numeração do Processo - Primary-Key.	
		NUMEROPROCESSO	Número do Processo com numeração antiga no formato 000.0000.000000-0 - Foreing Key.	=processo.numeroprocesso
		OUTRONUMEROPROCESSO	Número do Processo com nova numeração do formato 0000000.00.0000.000.0000.	
		INDPERMITEEXCLUSAO	Indica se o registro pode ou não ser excluído.	
PREVENCAO	Tabela com as suspensões dos processos.	CODPREVENCAO	Código da prevenção -PK.	
		NUMEROPROCESSODISTRIBUIDO	Número do processo prevento -FK.	
		DATAANALISE	Data em que foi analisada a prevenção.	

PROCESSO	Tabela de Processos.	NUMEROPROCESSO	Número do processo.	
		NUMPROCESSODEPENDENTE	Número do processo do qual este depende.	
		TIPOACAO	Tipo de ação - Foreign Key.	
		CODOBJETO	Código do objeto do pedido - Foreign Key.	
		COD_VARA	FK PARA a vara.	
		VALORACAO	Corresponde ao valor da ação.	
		DATARECEBIMENTO	Corresponde ao dia-hora de abertura de autuação do processo.	
		PRIORIDADE	Prioridade de um processo.	crc.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.PRIORIDADE'
		SEGREDOJUSTICA	Valor 0(zero) se não há segredo de justiça; 1(um) se é o caso.	
		STATUS	Status do Processo.	crc2.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.STATUS'
		DATAARQUIVAMENTO	Corresponde ao dia-hora de abertura de arquivamento do processo.	
		DIRPROCESSO	Diretório onde se encontram os arquivos deste processo.	
		CODFASEPROCESSUAL	Informa a fase processual em que está o processo.	crc3.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.CODFASEPROCESSUAL'
		CODLOCALIZADOR	Informa o localizador utilizado para este processo.	
		CODSITUACAO	Informa a situação atual do Processo.	
		CODDELEGACIA	Código da Delegacia padrão vinculada ao Processo.	
		CODNUCLEO	Código do núcleo do MP vinculado ao Processo.	
		LOGIN	Login do magistrado responsável pelo processo, se houver.	

		COD_AREA		=>cartorio_extrajudicial.codcartorio = processo.codcartorio
		CODCARTORIO	Código do cartório extrajudicial da petição.	
		IDPROCESSOORGAOEXTERNO	Identificação externa de um processo por órgão extrajudicial.	
		CODTIPOJUSTICA	Tipo de Justiça do processo: 1 - Justiça Comum, 2 - Juizado Especial, 3 - Turma Recursal.	crc4.RV_DOMAIN = 'VARA.CODTIPOJUSTICA'
		CODTIPOFEITO	Tipo do feito: I = fase de investigação, P = fase processual.	crc5.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.CODTIPOFEITO'
		NUMEROINQUERITOTCO	Número do Inquérito/TCO de um processo criminal.	
		DATAINFRACAOFATO	Data da infração ou do fato.	
		DATAINQUERITOTCO	Data do inquérito/TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência.	
		CODRESPONSAVELCADASTROPROCESSO	Indica o órgão/perfil que cadastrou uma ação: 0 - Secretaria, 1 - Advogado/Defensor, 2 - Delegacia, 3 - Cartório Extrajudicial e 4 - Ministério Público.	CODRESPONSAVELCADASTROPROCESSO: SECRETARIA(0, "Secretaria"), ADVOGADO(1, "Advogado"), DELEGACIA(2, "Delegacia"), CARTORIO_EXTRAJUDICIAL(3, "Cartório Extrajudicial"), MINISTERIO_PUBLICO(4, "Ministério Público"), EXTERNO(5, "Externo"), JUIZ_DIREITO(6, "Juiz de Direito");

		NUMERO	Número sequencial utilizado para identificar público e unicamente um processo. Se este número for iniciado por 1, significa que ele foi distribuído originalmente na "Justiça Comum" e 2 se foi no "Juizado Especial".	
		DV	Dígito verificador no Módulo 97 Base 10 utilizado para realizar uma primeira validação no número digitado para um processo.	
		ANO	Ano em que o processo foi distribuído.	
		UNIDADEORIGEM	Código da comarca onde o processo foi distribuído originalmente.	
		CODDELEGACIARESPONSAVEL	Delegacia que executará as diligências enviadas pela secretaria.	
		DATA_EXECUCAO	Data em que o processo entrou em fase de execução.	
		DATA_REATIVACAO	Data em que o processo foi reativado.	
		IDENTIFICADOR_AUTOS	Sequencial que representa o juízo a que pertence o processo.	
		EVENTO_PENHORA_ROSTO_AUTOS	Indica os eventos onde foi registrada a penhora no rosto dos autos.	
		DATA_CUSTAS_FINAIS		
		PRIORIDADE_60_ANOS		
		PRIORIDADE_ECA		
		PRIORIDADE_DOENCA		
		INDICADOR_TRANSFERE_ACERVO	INDICA QUE ESTÁ ACONTECENDO UMA TRANSFERÊNCIA DE ACERVO. 1 - INDICA TRANSFERÊNCIA 0 - ESTADO NORMAL DO PROCESSO.	

		PRIORI-DADE_80_ ANOS		
PROCESSO_ PREVENTO	Tabela de relaciona-mento entre processos distribuídos e os seus proventos.	CODPROCES-SOPREVENTO	Código da prevenção -PK.	
		CODPREVEN-CAO	Código da prevenção -PK.	
		NUMEROPRO-CESSOPRE-VENTO	Número do processo prevento -FK.	
		DATAANALISE	Data em que foi analisada a prevenção.	
		LOGINANALI-SOU	Login de quem analisou a prevenção.	
SITUACAO	Tabela com os cadas-tros de situações possíveis.	CODSITUACAO	Código da situação - PrimaryKey.	
		DESCRICAO	Descrição da situação.	
TIPO_LOCALIZA-DOR	Tabela com os cadas-tros de localizadores	CODLOCALIZA-DOR	Código do localizador - PrimaryKey.	
		DESCRICAO	Descrição do Localizador.	
		CODVARA	Vara onde está cadastrado o Localizador.	
ASSUNTO_ PROCESSO	Assuntos complemen-tares de um processo.	NUMEROPRO-CESSO	Número do processo do assunto complementar.	
		CODASSUNTO	Código do assunto comple-mentar de um processo.	
		INDICADOR_ PRINCIPAL	Indica se o assunto do processo é principal ou complementar.	
		DATAEXCLUSAO	Data em que a associação entre um assunto comple-mentar e um processo deixou de existir.	
ASSUNTO_ RECURSO		CODRECURSO		
		CODASSUNTO		
		INDICADOR_ PRINCIPAL		
		DATAEXCLUSAO		Dados sem preenchimento nos BDs.

		DESC_CATE-GORIA	Descrição pública e unificada pelo CNJ de um assunto.	
		SEQ_CATEGO-RIA_PAI	Código do nível hierárquico imediatamente superior de um assunto.	
		IS_ATIVO	Indica se um assunto está ativo (S) ou desabilitado (N).	
		CODNATUREZA	Código da natureza do assunto.	tipo_ação.codna-tureza 1-Cível, 2-Crimi-nal.
RECURSO	Tabela com os proces-sos que estão em nível de recurso.	CODRECURSO	Código do recurso (FK).	Usado apenas para fazer ligação entre tabelas.
		NUMERORE-CURSO	Número do recurso no formato número/ano.	
		LOGIN	Login do magistrado.	Dado usado apenas para fazer conexão com a tabela LOGON.
		NOME	Nome da pessoa.	
PARTES_ PROCESSO	Tabela de Partes Auto-ras em Processos.	CODPARTEPRO-CESSO	Nome da parte.	
		CODPARTE	Código da Parte (FK).	
		NUMEROPRO-CESSO	Número do Processo(FK).	
		REVELIA	Determina o estado de reve-lia da parte no processo.	
		TIPOPARTE	Determina se é parte autora ou ré do processo, ou 3º ou testemunha.	
		ENDERECO-PARTE	Endereço da parte.	
		DATABAIXA	Data de baixa da parte no processo.	
		LOGINRES-PBAIXA	Usuário responsável por ter baixado a parte.	
		CODMOTIVO-BAIXA	Código do motivo da baixa.	
		DATAREATIVA-CAO	Data de reativação da parte.	
		LOGINRES-PREATIVACAO	Usuário responsável por ter reativado a parte.	

		DATACONHECIMENTOAUTORIA	Data de conhecimento da autoria.	
		DATAVENCPRAZODECADENCIAL	Data de vencimento do prazo decadencial.	
		DATAINICIOPRAZODECADENCIAL	Data em que o prazo decadencial foi iniciado.	
		DATATERMINOPRAZODECADENCIAL	Data em que o prazo decadencial foi finalizado ou interrompido.	
		LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECAD	Login do servidor que interrompeu o prazo decadencial.	
		DATAEXTINCAOPUNIBILIDADE	Data em que o juiz extinguiu a punibilidade da parte.	
		LOGINEXTINCAOPUNIBILIDADE	Login do juiz que extinguiu a punibilidade da parte.	
		INCLUIDA_TURMA_RECURSAL	Indica que a parte foi incluída na Turma Recursal.	
		DATACADASTRAMENTO	Data de cadastramento da parte.	
PARTE_RECURSO	Tabela de Partes em Recursos.	CODPARTERECURSO	Código da parte PK.	
		CODPARTEPROCESSO	Código da ParteProcesso (FK).	
		CODRECURSO	Número do Recurso (FK).	
		TIPOPARTE	Determina o tipo de parte no processo de 2º grau (recorrente, recorrido, 3º etc.).	
		DATABAIXA	Data de baixa da parte no recurso.	
		CODMOTIVOBAIXA	Código do motivo de baixa da parte no recurso.	
		LOGINRESPBAIXA	Login do responsável pela baixa da parte.	
		DATAREATIVACAO	Data de reativação da parte no recurso.	
		LOGINRESPREATIVACAO	Login do responsável pela reativação da parte.	

RECURSO	Tabela com os processos que estão em nível de recurso.	CODRECURSO	Código do recurso(FK).	
		NUMERORECURSO	Número do recurso no formato número/ano.	
		NUMEROPROCESSO	Código do processo. Não é obrigatório para podermos prever as ações originárias em 2º Grau.	
		CODTURMA	Código da turma onde tramita o recurso.	
		IDRELATOR	Chave estrangeira para o juiz recursal relator.	
		IDJUIZPRESIDENTE	Chave estrangeira para o juiz presidente da turma.	
		DATASUBIDA	Data em que os autos subiram para a turma recursal.	
		DATARETORNO	Data em que os autos retornaram da turma recursal.	
		DATAAUTUACAO	Data em que o recurso foi autuado na turma recursal.	
		TIPOACAO	Tipo de ação - Foreign Key.	
		EHACAODE2GRAU	Determina se é uma ação diretamente do 2º grau.	
		DATA_BAIXA	Data em que o recurso foi baixado em definitivo.	
		SEQUENCIAL	Sequencial dos múltiplos recursos de um processo (0 = ação originária).	
		STATUS	Status do recurso: 1 = Ativo, 2 = Baixado, 3 = Baixado em Diligência ou 4 = Suspenso.	
		CODRECURSODEPENDENTE	Código do recurso na turma recursal que deu origem ao recurso extraordinário.	
		NUMERO	Número sequencial utilizado para identificar público e unicamente um recurso. Se este número for iniciado por 1, significa que ele foi distribuído na 1ª Instância originalmente na "Justiça Comum" e 2 se foi no "Juizado Especial".	

		DV	Dígito verificador no Módulo 97 Base 10 utilizado para realizar uma primeira validação no número digitado para um recurso.	
		ANO	Ano em que o processo que deu origem ao recurso foi distribuído ou, para os casos de ações autônomas e recursos originários, quando o recurso foi distribuído em uma Turma Recursal.	
		UNIDADEORIGEM	Código da comarca onde o processo que deu origem ao recurso foi distribuído pela primeira vez ou o identificador da Turma Recursal onde foi cadastrado o recurso originário ou a ação autônoma, neste caso, ele a unidade de origem é antecedida por um 9.	
		TIPO	Qualifica o recurso como 1 - Inominado, 2 - Extraordinário, 3 - Especial.	
		NUMERO_STF	Número do processo no STF.	
		DATA_ENVIO_STF	Data em que o recurso foi remetido ao STF.	
		DATA_BAIXA_STF	Data em que o recurso foi baixado do STF.	
		DATA_ULTIMA_CONSULTA	Data da última atualização dos acompanhamentos processuais.	
		DATA_REATIVACAO	Data em que o recurso foi desarquivado.	
		DATA_SOLICITACAO_ENVIO_STF	Data da solicitação do envio para o STF.	
		MENSAGEM_ENVIO_STF	Mensagem de retorno do STF quando do envio do recurso extraordinário.	
		SIGLA_CLASSE_STF	Sigla da classe que é enviada junto com o recurso ao STF.	
LOGON	Tabela de logons.	LOGIN	Login da pessoa.	

MOTIVO_PARTE_SEM_CPF_CNPJ	Tabela com os motivos para a não informação do CPF/CNPJ de uma parte.	CODMOTIVO	Código do motivo.	
		DESCRICAO	Descrição do motivo.	
PARTE	Tabela de Partes.	CODPARTE	Nome da parte.	
		NOME	Nome da parte.	
		CPFCNPJ	CPF ou CNPJ da parte.	
		SENHA	Senha da pessoa.	
		RGPARTE	Rg da parte.	
		SEXOMASCULINO	Informa o sexo da parte.	0-Feminino 1-Masculino
		CITACAOONLINE	Informa se a citação é online.	0-Falso 1-Verdadeiro
		INTIMACAOONLINE	Informa se a citação é online.	0-Falso 1-Verdadeiro
		ENDERECOPARTE	Endereço da parte.	
		RECEBEEMAIL	Informa se a parte quer receber mails sobre processos.	0-Falso 1-Verdadeiro
		CPFVIRTUAL	Informa que o CPF da parte não é oficial.	
		NOMEDAMAE	Nome da mãe da parte.	
		RGORGAOEXPEDIDOR	Registro Geral Órgão.	
		RGUF	Registro Geral UF.	
		NUMEROCTPS	Número da CTPS.	
		SERIECTPS	Série da CTPS.	
		UFCTPS	Estado da federação onde foi emitida a CTPS.	
		CADASTROINSS	valor do cadastro no inss.	
		TITULOELEITOR	Título de eleitor, sem dígito verificador.	

		TIPOPARTE	Tipo de parte. Ex: 1 indica que se trata de uma entidade pública, que não vai possuir cnpj. null indicará que é uma pessoa física ou jurídica normal.	1 - 'Entidade' 2 - 'Autoridade' 3 - 'Parte coatora' 4 - 'Parte a apurar' 5 - 'Município' 6 - 'Estado' 7 - 'Autarquias Municipais' 8 - 'Autarquias Estaduais' 9 - 'Fundações Municipais' 10 - 'Fundações Estaduais' 11 - 'Empresas Públicas Municipais' 12 - 'Empresas Públicas Estaduais' 13 - 'Defensoria Pública'
		TIPOPESSOA	Indicador de pessoa física (0) ou jurídica (1).	public static final int TIPO_PESSOA_FISICA = 0; public static final int TIPO_PESSOA_JURIDICA = 1;
		NOMEDOPAI	Nome do pai da parte.	
		DATANASCIMENTO	Data de nascimento da parte.	
		PROFISSAO	Profissão da parte.	
		NATURALIDADE	Naturalidade da parte.	
		UFNATURALIDADE	UF da naturalidade da parte.	
		NACIONALIDADE	Nacionalidade da parte.	

		ESTADOCIVIL	Estado civil da parte.	public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_SOLTEIRO = 1; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_CASADO = 2; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_DIVORCIADO = 3; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_DESQUITADO = 4; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_SEPARADO = 5; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_VIUVO = 6; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_UNIAO_ESTAVEL = 7; public static final int TIPO_ESTADO_CIVIL_OUTROS = 8; static { LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL = new ArrayList(); LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_SOLTEIRO); LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_CASADO); LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_DIVORCIADO); LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_DESQUITADO);

```
LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_SEPARADO);
LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_VIUVO);
LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_UNIAO_ESTAVEL);
LISTA_CODS_ESTADO_CIVIL.add(TIPO_ESTADO_CIVIL_OUTROS);
//guardando as descrições dos tipos de estado civil
DESCRICAO_ESTADO_CIVIL = new HashMap();
DESCRICAO_ESTADO_CIVIL.put(TIPO_ESTADO_CIVIL_SOLTEIRO, "Solteiro");
```

				DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_ CIVIL_CASADO, "Casado"); DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_CIVIL_ DIVORCIADO, "Divorciado"); DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_CIVIL_ DESQUITADO, "Desquitado"); DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_CIVIL_ SEPARADO, "Separado"); DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_CIVIL_ VIUVO, "Viúvo"); DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_CIVIL_ UNIAO_ESTAVEL, "União Estável"); DESCRICAO_ ESTADO_CIVIL. put(TIPO_ ESTADO_CIVIL_ OUTROS, "Outros"); }
		CODMOTIVO-SEMCPFCNPJ	Código do motivo pelo qual a parte foi cadastrada sem CPF ou CNPJ.	
		DESCRICAO_ MOTIVO_SEM_ CPFCNPJ	Descrição do motivo pelo qual a parte foi cadastrada sem CPF ou CNPJ.	
		RAZAOSOCIAL	Razão social de uma parte com CNPJ.	
		PASSAPORTE	Passaporte da parte.	
		ALCUNHA	Qualquer alcunha pela qual a parte é conhecida.	

		NIVELESCOLARIDADE	Nível de escolaridade da parte.	
		NUMPRONTUARIO	Número do prontuário da parte.	
		NUMERO_SIP	Número da pessoa no Instituto de Identificação.	
		DATA_ATUALIZACAO	Data de última atualização dos dados da parte.	
		LOGIN_ATUALIZACAO	Login do usuário que realizou a última atualização dos dados da parte.	
		ALTERADO_IMPORTACAO	Indica se os dados da parte foram alterados durante a importação da delegacia.	Usado quando os dados são importados por documentos da delegacia, ou se já existem dados cadastrados no sistema.
		NOME_FONETICO	Representação do nome da parte para pesquisa fonética.	
PARTES_PROCESSO	Tabela de Partes Autoras em Processos.	CODPARTEPROCESSO	Nome da parte.	
		NUMEROPROCESSO	Número do Processo(FK).	
ENDERECO	Tabela Endereço.	ENDERECO_ID	ID do endereço.	
		TELEFONE	Telefone da parte.	
		LOGRADOURO	Logradouro.	
		NUMERO	Número.	
		COMPLEMENTO	Complemento.	
		BAIRRO	Bairro.	
		ESTADO	Estado.	
		E_MAIL	E-mail da pessoa.	
		CEP	CEP do endereço.	

		TIPO	Tipo do endereço, se residencial, comercial etc.	<td> <input type="radio" name="-tipoEndereco" id="tipoEnderecoResidencial" value="0" checked> Residencial <input type="radio" name="-tipoEndereco" id="tipoEnderecoComercial" value="1"> Comercial </td>
		CODCIDADE	Código da cidade - FK.	
		CODTIPOLOGRADOURO	Código do tipo de logradouro da parte.	
		NOMEPAIS	Nome do país.	
		NOMEESTADOPROVINCIA	Nome do estado ou província (estrangeiro).	
		NOMECIDADE	Nome da cidade (estrangeiro).	
		CITACAO	Indica se o endereço da parte é aquele a ser utilizado quando de intimação/citação.	Endereço é ou não de citação.
PARTES_PROCESSO	Tabela de Partes Autoras em Processos.	CODPARTEPROCESSO	Nome da parte.	
		CODPARTE	Código da Parte (FK).	
		NUMEROPROCESSO	Número do Processo(FK).	
ADVOGADO_PARTE	Advogados de uma parte do processo.	IDADVOGADOPARTE	Id do registro. Chave primária.	
		CODPARTEPROCESSO	Código da parte do processo.	
		OAB	Registro na OAB.	
		ESTADOOAB	Estado de Registro na OAB.	
		DATAENTRADA	É a data em que o advogado começou a trabalhar para a parte neste processo.	
		DATASAIDA	É a data em que o advogado deixou de trabalhar para a parte neste processo.	

		COMPLEMENTOOAB	Complemento da OAB.	
		RECEBEEMAIL	Define se o advogado do processo receberá ou não e-mail.	
		LOGIN_HABILITACAO	Login do usuário que habilita o advogado no processo.	
		LOGIN_DESABILITACAO	Login do servidor judiciário que desabilitou o advogado no processo.	
		NOME_ADVOGADO	Registra o nome do advogado para os casos em que não houve opção por cadastro no sistema.	
CG_REF_CODES	Esta tabela de domínios e seus valores codificados permitiram validar muitos itens codificados no sistema.	RV_DOMAIN	Nome do domínio.	Campo passado como parâmetro.
		RV_LOW_VALUE	O menor valor é geralmente usado para o valor codificado para o item.	Campo passado como parâmetro.
		RV_MEANING	Uma explicação para o menor valor do domínio.	
LOGON	Tabela de logons.	LOGIN	Login da pessoa.	Usado somente para conectar tabelas.
		NOME	Nome da pessoa.	
		CODPARTE	Código da Parte (FK).	
		NUMEROPROCESSO	Número do Processo(FK).	
		DATAANALISE	Data de análise da conclusão.	
		LOGIN	Login de quem despachou.	
		EHPRIVATIVO	Se é voltado apenas para quem despachou, ou para qualquer um.	
		TIPOCONCLUSAO	Código 1 se é DESPACHO, 2 se é DECISÃO, 3 se é para SENTENÇA.	
		CODVARASEREALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	
		TEXTOPREANALISE	Corresponde ao texto pré-analisado do despacho/decisão/sentença.	

		LOGINPREANALISE	login de quem realizou a pré-análise.	
		DATAPREANALISE	Data de pré-análise.	
		DATACANCELAMENTO	Data de cancelamento de uma conclusão.	
		CODDOCABERTURA	Código da movimentação de abertura de uma conclusão.	
		CODDOCFECHAMENTO	Código da movimentação de fechamento de uma conclusão.	
		CODMOTIVOTRANSFERENCIA	Código do motivo pelo qual foi feita a transferência da conclusão, mapeado pela CG_REF_CODES.	
		DIGITO_CONTROLE	Dígito utilizado para organizar as atividades na secretaria.	
		OPCOES_MOVIMENTACAO	Opções definidas na tela de movimentação de 1º grau preenchidas durante a pré-análise.	
		STATUS	Status da conclusão ao magistrado de 1ª instância: 0 - Em análise; 1 - Pré-analisada; 2 - Analisada; 3 - Cancelada.	public static enum Status{ EM_ANALISE(0, "Em análise"), PRE_ANALISADA(1, "Pré-analisada"), ANALISADA(2, "Analisada"), CANCELADA(3, "Cancelada");
		LOGIN_PREANALISE_JUIZ_LEIGO	Login que identifica o Juiz Leigo responsável pela sentença.	
		DATA_PREANALISE_JUIZ_LEIGO	Data em que o Juiz Leigo salvou pela primeira vez o documento de sentença feito.	
		DESCRICAO	Descrição do motivo de baixa.	

		TIPO	Natureza do motivo de baixa: 1 - Cível; 2 - Crime e 3 - Cível/Crime.	TIPO public static final int TIPO_CIVEL = 1; public static final int TIPO_CRIME = 2; public static final int TIPO_CIVEL_CRIME = 3;
		TIPOJUSTICA	Tipo de justiça: 1 - Justiça Comum; 2 - Juizado Especial e 3 - Justiça Comum/Juizado Especial.	TIPOJUSTICA public static final int TIPO_JUSTICA_COMUM = 1; public static final int TIPO_JUSTICA_ESPECIAL = 2; public static final int TIPO_JUSTICA_COMUM_ESPECIAL = 3;
		INDICADOR_MULTA	Indica se ao baixar o processo deve verificar se há multas a serem pagas.	
		INDICADOR_CERTIDAO_POSITIVA	Indica se o processo baixado deve constar da certidão positiva.	
		INDICADOR_EXCL_CADAST_INDEVIDO	Indica se a baixa foi por cadastro indevido.	
		INDICADOR_FIANCA	Indica se ao baixar o processo deve verificar se há fiança a ser paga.	
		INDICADOR_QUITACAO	Indica se ao baixar o processo deve verificar se há quitação de custas.	
		INDICADOR_EXCLUSIVIDADE_CGJ	Indica se é um motivo de baixa exclusivo da CGJ.	
		INDICADOR_SENTENCA_CRIME	Indica se o processo pode ser baixado, mesmo com sentença criminal.	
		INDICADOR_EXECUCAO_PENA	Indica se o processo pode ser baixado, mesmo que em execução penal.	

		INDICADOR_ CERTIDAO_ HISTORICA	Indica se o processo baixado deve ser considerado numa certidão histórica.	
		DATAEXCLUSAO	Data de fim do motivo de baixa.	
MOVIMENTACAO	Tabela de Documentos Judiciais.	CODDOCUMENTO	Código do Documento - PrimaryKey.	
		NUMEROPROCESSO	Código do número do processo - Foreing Key.	
		CODDESCREVEMOVIMENTACAO	Código da Movimentação(-descrição) referente ao documento.	
		LOGIN	O login de quem postou o documento- FK para logon.	
		PALAVRAS-CHAVE	Campo para digitação de palavras-chave que posteriormente serão utilizadas em busca.	
		DATARECEBIMENTO	Corresponde ao dia-hora de recebimento do documento.	
		COMPLEMENTO	campo destinado a alguma informação que venha complementar a descrição da movimentação.	
		CODVARASEREALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas. Não é obrigatório para prever a questão das ações originárias em segundo grau.	
		DATAENTRADAEFETIVA	Corresponde ao dia-hora de entrada efetiva no processo.	
		PRIORIDADE	Prioridade do pedido.	public static final int COD_PRIORIDADE_NORMAL = 0; public static final int COD_PRIORIDADE_URGENCIA = 5;
		CODTURMASEREALIZOU	Indica a turma recursal onde se realizou a movimentação.	
		CODRECURSO	Indica o recurso relativo a essa movimentação.	

		STATUS	Status da movimentação. Pode ser ativa, desativada etc.	
		CODPRAZO	Prazo para cumprimento de uma movimentação.	
		DATAFIMPRAZO	Data de término de trânsito julgado ou de contagem de prazo de uma movimentação de aguardo.	
		OBSERVACAO	Observação redigida livremente pelo usuário para uma movimentação.	
		CODMOTIVO-BAIXA	Código do motivo de baixa do processo.	
		DATACONCL-PRAZO	Data em que a contagem de prazo para manifestação expirou.	
		DESCRICAO	Texto descritivo da movimentação.	
		CODTIPOJUN-TADA	Código do tipo de documento juntado.	
		INDPENDENCIA	Indica se o evento é uma movimentação (= 0) ou uma pendência (= 1).	-->INDEPENDEN-CIA = REMESSA (CNJ)
		VISIBILIDADEE-XTERNA	Define se a movimentação criada estará disponível para consulta pela parte, advogado, defensor público e público externo.	
		DIGITO_ CONTROLE	Dígito utilizado para organizar as atividades na secretaria.	
		NUMEROPRO-TOCOLO	Número de protocolo gerado ao realizar ações.	
		MOVIMEN-TADO_POR	Nome do usuário que movimentou um processo ou recurso.	
		GRUPO_MOVI-MENTADO_POR	Grupo ao qual pertence o usuário que realizou a movimentação processual.	
		DATA_CANCE-LAMENTO	Data do momento em que uma movimentação foi invalidada.	
		LOGIN_CANCE-LAMENTO	Login de quem realizou a invalidação de uma movimentação.	
		DESCRICAO	Descrição do prazo.	
		NUMERODIAS	Número de dias do prazo.	

		DESCRICAO	Descrição da situação.	
		DESCRICAO	Descrição do tipo de juntada.	
		IND_PETICAO	Indica se a juntada é uma petição (valor = 1) ou um documento (valor = 0).	public static final Integer DOCUMENTO = 0; public static final Integer PETICAO = 1;
		COD_TIPO_DOCUMENTO_EXTERNO	Código do tipo do documento em outro sistema.	
		CODSITUACAO	Situação na qual ficará o processo, após esta movimentação.	
		SEQ_CATEGORIA	Código público e unificado pelo CNJ de uma movimentação.	
		CODTIPOEVENTO	Classificador do tipo de movimentação.	public enum TipoEvento { PROCESSO_DISTRIBUIDO, PROCESSO_REDISTRIBUIDO, AUTOS_CONCLUSOS, EXPECASE_DOCUMENTO, DOCUMENTO_EXPEDIDO, DOCUMENTO_LIDO, REMESSA_ORGAO_INTERNO, REMESSA_ORGAO_EXTERNO, AUDIENCIA, SESSAO_TURMA_MARCADA, RECEBIMENTO_AUTOS, RECEBIMENTO_DISTRIBUIDOR, JUNTADA_PETICAO, JUNTADA_DOCUMENTO,

				PROCESSO_SUSPENSO, PROCESSO_ARQUIVADO, PROCESSO_DESARQUIVADO, APENSAMENTO, DESAPENSAMENTO, ARQUIVAMENTO_DEFERIDO, RECURSO_AUTUADO, DEVOLUCAO_SEM_LEITURA, PRAZO_DECORRIDO_SEM_LEITURA, INTIMACAO_REALIZADA_AUDIENCIA, INTIMACAO_REALIZADA_SESSAO_JULGAMENTO, FIM_CONTAGEM_PRAZO, NOVO_TIPO_ACAO, ALTERACAO_TIPO_CONCLUSAO, DECISAO_PROLATADA, EXECUCAO_SENTENCA_REQUERIDA, AUTOS_CONCLUSOS_ORIGINAL, TRANSITO_JULGADO, RECEBIMENTO_DENUNCIA, RECEB_ADITAMENTO_DENUNCIA, REJEICAO_DENUNCIA,

				REJ_ADITAMENTO_DENUNCIA, DOCUMENTO_CUMPRIDO, DISTRIBUIDO_CARTORIO, DOCUMENTO_ASSINADO, DOCUMENTO_REGISTRADO, OFERECIMENTO_DENUNCIA, OFEREC_ADITAMENTO_DENUNCIA, LEILAO_PRACA, TRANSFERENCIA_CONCLUSAO, RECURSO_EXTRAORDINARIO_ADMITIDO, RECURSO_EXTRAORDINARIO_INADMITIDO, ANDAMENTO_GENERICO_STF, REPERCUSSAO_GERAL, RETIRADA_PAUTA, MOVIMENTACAO_CONFIDENCIAL, DEVOLUCAO_MANDADO, DEVOLUCAO_OFICIO, EXTINCAO_PUNIBILIDADE, EXTINCAO_ART107, SUSPENSAO_PRAZO_DECADENCIAL, DELIBERACAO_SESSAO, REQUISITA_INFORMACAO,

				ACORDO_HOMOLOGADO,
				JULGAMENTO,
				JULGAMENTO_CONVERTIDO_DILIGENCIA,
				RECURSO_SUSPENSO,
				DESCUMPRIMENTO_RESTRICAO_DIREITO,
				INICIO_TRANSACAO_PENAL,
				DESPACHO_MERO_EXPEDIENTE,
				CANCELA_ENVIO_STF,
				SOLICITA_ENVIO_STF;
				
				public int getOrdinal() {
				return this.ordinal();
				}
				} //Novas constantes

		CODTIPOPARALISADO	Define se o processo está paralisado por motivo legal (1) ou sem motivo legal (2).	Não foram encontradas referências no código, pois os campos são 0 ou 1 e não 1 ou 2.
		MOVIMENTO	Descrição parametrizada da movimentação.	
		EXIGE_COMPLEMENTO_LIVRE	Indica se a movimentação exige (= 1) ou não (= 0) o preenchimento de um complemento livre.	
		TEXTO_ATA_SESSAO	Texto padrão para a geração da ata de sessão de julgamento.	
		COD_TIPO_CONCLUSAO	Tipo de conclusão representada pela movimentação.	
		INDICADOR_RESULTADO_JULGAMENTO		
		COD_EXTERNO		

ARQUIVO_DOCUMENTO	Tabela de Arquivos de uma movimentação.	CODARQUIVO	Código do Arquivo-PrimaryKey.	
		CODDOCUMENTO	Código do Documento - ForeignKey.	
		NOMEARQUIVO	Nome do Arquivo.	
		CAMINHO	Caminho do arquivo a partir do diretório de arquivos do projudi.	
		DESCRICAO	Descrição do arquivo.	
		CONTENTTYPE	Descrição do arquivo.	
		ASSINADOPOR	Nome da pessoa que assinou o arquivo.	
		SCAN	Verifica se o arquivo foi escaneado.	1 ou 0, indicam se é um arquivo escaneado. Não achei referência muito relevante em código.
		SITUACAO	Situação do arquivo.	public static final int COD_SITUACAO_NORMAL = 0; public static final int COD_SITUACAO_COM_VIRUS = 1; public static final int COD_SITUACAO_RESTRICAO_DOWNLOAD = 2;
		CODIGOTIPOARQUIVO	Código - PrimaryKey.	
		DATAINSERCAO	Data em que o arquivo foi inserido. Útil para auditorias.	
		SEGREDOJUSTICA	Indica se o arquivo é de segredo de Justiça.	1 ou 0, Verdadeiro ou Falso. Indicam se pode ser exibido o documento.
		GRAVADO_DISCO	Indica se o arquivo já está gravado no disco.	1 ou 0, Verdadeiro ou Falso. Indicam se o arquivo foi gravado ou não em disco.
		COD_PROTOCOLO_DIGITALIZACAO	Código do protocolo de digitalização.	

ASSINATURA_ ARQUIVO	Registra as assinaturas digitais de um arquivo.	CODASSINATU-RAARQUIVO	Identificador privado de um registro de assinatura de arquivo.	
		ASSINADOPOR	Dados separados por ";" da pessoa que assinou digital-mente o arquivo.	
		DATA	Data em que o arquivo foi assinado pelo usuário.	
		SERIALNUMBER		
DESCRICAO_ TIPO_ARQUIVO	Tabela com as descri-ções dos tipos de arquivo.	CODIGO	Codigo - PrimaryKey.	=arquivo_docu-mento.codigoti-poarquivo
		DESCRICAO	Descrição do arquivo.	
		CODIGO_STF	Código do tipo de arquivo para utilização do web-ser-vice do e-STF (campo códigoTipo).	
		ORDEM	Ordem que a peça proces-sual deve aparecer no processo.	
		NUMEROPRO-CESSO	Código do número do processo - Foreing Key.	
		CODDESCRE-VEMOVIMENTA-CAO	Código da Movimentação (descrição) referente ao documento.	
INTIMACAO	Tabela com as intima-ções.	CODINTIMACAO	Código Chave primária.	
		TEXTOMENSA-GEM	Corresponde a algum even-tual texto da intimação, que seja simples e dispense a colocação de um arquivo anexo ao documento.	
		CODPARTEPRO-CESSO	Código da parte a ser citada.	
		CODDOCU-MENTO	Código do documento judicial vinculado a esta intimação.	
		DATAPOSTA-GEM	Corresponde ao dia-hora em que a intimação foi postada no sistema.	
		EHPESSOAL	Determina se a intimação tem que ser obrigatoria-mente para a parte.	
		EHONLINE	Informa se é uma intimação on-line.	
		DATALEITURA	Corresponde ao dia-hora em que a intimação foi lida por seu destinatário.	

		DATACUMPRIMENTO	Corresponde ao dia-hora em que a intimação foi cumprida.	
		DATATERMOINICIALAUTOMATICO	Corresponde ao dia-hora em que começou a contar o termo inicial de forma automática.	
		CODPRAZO	Corresponde à chave estrangeira para o código do prazo a ser utilizado.	
		NOMELEITOR	Nome da pessoa que leu a intimação.	
		DATACERTIDAO	Data em que o cartório certificou o decurso do prazo.	
		CODTURMA	Código da turma onde tramita o recurso.	
		LOGINREALIZOU	Login de quem expediu a intimação.	
		CODVARASEREALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas. Não é obrigatório porque temos que prever a questão das ações diretamente no 2º grau.	
		DATADEIXOUDEEXPEDIR	Data em que o funcionário do cartório disse que não era necessário expedir.	
		DATADEVOLUCAOSEMOATO	Data de devolução sem o ato fim do cumprimento. Sem ser citado, intimado etc.	
		DATAANALISEDECURSOPRAZO	Data em que o cartório analisou o decurso do prazo.	
		CODMOTIVO	Define o motivo pelo qual uma parte está sendo intimada.	
		CODNUCLEO	Código do núcleo de atuação do Ministério Público para onde será enviada a intimação.	
		CODTIPOMANIFESTACAO	Código do tipo de manifestação do Ministério Público, mapeado pela CG_REF_CODES.	
		CODDOCUMENTOORDEM	Código da movimentação que registra a ordem de intimação.	

		CODDOCUMENTOEXPEDICAO	Código da movimentação que registra a expedição de intimação.	
		CODDOCUMENTOLEITURA	Código da movimentação que registra a leitura ou recebimento da intimação.	
		CODDOCUMENTOCUMPRIMENTO	Código da movimentação que registra o cumprimento da intimação.	
		DIGITO_CONTROLE	Dígito utilizado para organizar as atividades na secretaria.	
		STATUS	Status da intimação: 0 - Para expedir; 1 - Expedida; 2 - Cancelada; 3 - Lida; 4 - Leitura automática; 5 - Retorno sem Leitura; 6 - Cumpridas; 7 - Decurso de Prazo; 8 - Certificadas.	
		DESCRICAO	DESCRIÇÃO DO PRAZO.	
		NUMERODIAS	Número de dias do prazo.	
INTIMACAO_2007		CODINTIMACAO		
		TEXTOMENSAGEM		
		CODPARTEPROCESSO		
		CODDOCUMENTO		
		DATAPOSTAGEM		
		EHPESSOAL		
		EHONLINE		
		DATALEITURA		
		DATACUMPRIMENTO		
		DATATERMOINICIALAUTOMATICO		
		CODPRAZO		
		NOMELEITOR		
		DATACERTIDAO		
		CODTURMA		
		LOGINREALIZOU		

		CODVARASE-REALIZOU		
		DATADEIXOU-DEEXPEDIR		
		DATADEVOLU-CAOSEMOATO		
		DATAANALI-SEDECURSO-PRAZO		
		CODMOTIVO		
		CODNUCLEO		
		CODTIPOMANI-FESTACAO		
		CODDOCUMEN-TOORDEM		
		CODDOCUMEN-TOEXPEDICAO		
		CODDOCUMEN-TOLEITURA		
		CODDOCUMEN-TOCUMPRI-MENTO		
		DIGITO_ CONTROLE		
INTIMA-CAO_2008		CODINTIMACAO		
		TEXTOMENSA-GEM		
		CODPARTEPRO-CESSO		
		CODDOCU-MENTO		
		DATAPOSTA-GEM		
		EHPESSOAL		
		EHONLINE		
		DATALEITURA		
		DATACUMPRI-MENTO		
		DATATERMOINI-CIALAUTOMA-TICO		
		CODPRAZO		
		NOMELEITOR		

		DATACERTIDAO		
		CODTURMA		
		LOGINREALI-ZOU		
		CODVARASE-REALIZOU		
		DATADEIXOU-DEEXPEDIR		
		DATADEVOLU-CAOSEMOATO		
		DATAANALI-SEDECURSO-PRAZO		
		CODMOTIVO		
		CODNUCLEO		
		CODTIPOMANI-FESTACAO		
		CODDOCUMEN-TOORDEM		
		CODDOCUMEN-TOEXPEDICAO		
		CODDOCUMEN-TOLEITURA		
		CODDOCUMEN-TOCUMPRI-MENTO		
		DIGITO_ CONTROLE		
INTIMA-CAO_2009		CODINTIMACAO		
		TEXTOMENSA-GEM		
		CODPARTEPRO-CESSO		
		CODDOCU-MENTO		
		DATAPOSTA-GEM		
		EHPESSOAL		
		EHONLINE		
		DATALEITURA		
		DATACUMPRI-MENTO		

		DATATERMOINICIALAUTOMATICO		
		CODPRAZO		
		NOMELEITOR		
		DATACERTIDAO		
		CODTURMA		
		LOGINREALIZOU		
		CODVARASEREALIZOU		
		DATADEIXOUDEEXPEDIR		
		DATADEVOLUCAOSEMOATO		
		DATAANALISEDECURSOPRAZO		
		CODMOTIVO		
		CODNUCLEO		
		CODTIPOMANIFESTACAO		
		CODDOCUMENTOORDEM		
		CODDOCUMENTOEXPEDICAO		
		CODDOCUMENTOLEITURA		
		CODDOCUMENTOCUMPRIMENTO		
		DIGITO_CONTROLE		
INTIMACAO_2010_2014		CODINTIMACAO		
		TEXTOMENSAGEM		
		CODPARTEPROCESSO		
		CODDOCUMENTO		
		DATAPOSTAGEM		
		EHPESSOAL		

		EHONLINE		
		DATALEITURA		
		DATACUMPRI-MENTO		
		DATATERMOINI-CIALAUTOMA-TICO		
		CODPRAZO		
		NOMELEITOR		
		DATACERTIDAO		
		CODTURMA		
		LOGINREALI-ZOU		
		CODVARASE-REALIZOU		
		DATADEIXOU-DEEXPEDIR		
		DATADEVOLU-CAOSEMOATO		
		DATAANALI-SEDECURSO-PRAZO		
		CODMOTIVO		
		CODNUCLEO		
		CODTIPOMANI-FESTACAO		
		CODDOCUMEN-TOORDEM		
		CODDOCUMEN-TOEXPEDICAO		
		CODDOCUMEN-TOLEITURA		
		CODDOCUMEN-TOCUMPRI-MENTO		
		DIGITO_ CONTROLE		
LOGON	Tabela de logons.	LOGIN	Login da pessoa.	
		NOME	Nome da pessoa.	
		COD_AREARE-CURSAL	Código da área recursal - PK.	

CG_REF_CODES	Esta tabela de domínios e seus valores codificados permitem validar muitos itens codificados no sistema.	RV_DOMAIN	Nome do domínio.	
		RV_LOW_VALUE	O menor valor é geralmente usado para o valor codificado para o item.	
		RV_MEANING	Uma explicação para o menor valor do domínio.	
		NUMEROPROCESSO	Código do número do processo - Foreing Key.	
		CODDESCREVEMOVIMENTACAO	Código da Movimentação (descrição) referente ao documento.	
		CODVARA	Chave estrangeira para a vara.	
		HORARIOAUDIENCIA	Horário da audiência.	
		CRIADAMANUALMENTE	True se foi criada manualmente, false criada automaticamente.	
		IDJUIZTOGADOVARA	Chave estrangeira para o juiz, em caso de distribuição de processos por juiz - Foreign key.	
		TIPO_ASSUNTO	Tipo de Assunto da Audiência.	
		COD_PAUTA_AUD_CONC_ASS_CAT		
		NUMEROPROCESSO	Número do processo - ForeignKey.	
		CODAGENDA	Chave estrangeira para um registro na agenda de conciliação.	
		STATUS	0 indica que ainda vai ser realizada, 1 que já foi, 2 que foi cancelada.	
		CODVARASEREALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	
		DATAREALIZACAO	Horário em que efetivamente foi realizada a audiência.	
		LOGINREALIZOU	Login de quem realizou a audiência.	

		CODDETALHE-REALIZACAO	Código do resultado da realização da audiência (mapeado pela CG_REF_CODES).	
		CODTIPOAU-DIENCIA	Código do tipo de audiência (mapeado pela CG_REF_CODES).	
		LOGINJUIZ	Código do juiz que realizou/cancelou/redesignou a audiência.	
		LOGINJUI-ZLEIGO	Código do juiz leigo que realizou/cancelou/redesignou a audiência.	
		CODDOCUMEN-TOABERTURA	Código da movimentação de abertura da audiência.	
		CODDOCU-MENTOFECHA-MENTO	Código da movimentação de fechamento da audiência.	
		COD_NUCLEO_MP	Código da Promotoria de Justiça que participou da audiência.	
		LOGIN_PROMO-TOR	Login do promotor que participou da audiência.	
CITACAO	Tabela com as citações e notificações.	CODCITACAO	Código da parte a ser citada.	
		CODPARTEPRO-CESSO	Código da parte a ser citada.	
		TEXTOCITACAO	Texto da citação.	
		DATAPOSTA-GEM	Corresponde ao dia-hora em que a citação foi expedida, seja pelo servidor ou pelo sistema.	
		DATATERMOINI-CIALAUTOMA-TICO	Corresponde ao dia-hora em que começou a contar o termo inicial de forma automática.	
		DATARECEBI-MENTO	Corresponde ao dia-hora a citação foi vista.	
		EHONLINE	Informa se a citação é online.	
		CODAUDIENCIA	Chave estrangeira para a audiência.	
		LOGINREALI-ZOU	Login de quem expediu a citação.	
		CODVARASE-REALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	

		DATADEVOLU-CAOSEMOATO	Data de devolução sem o ato fim do cumprimento. Sem ser citado, intimado etc.	
		DATADEIXOU-DEEXPEDIR	Data em que o funcionário do cartório disse que não era necessário expedir.	
		CODPRAZO	Corresponde à chave estrangeira para o código do prazo a ser utilizado.	
		EHUMANOTIFI-CACAO	Informa se é uma notifica-ção ao invés de uma citação propriamente dita.	
		CODDOCU-MENTO	Código do documento judi-cial vinculado a esta citação ou notificação.	
		CODTURMASE-REALIZOU	Código da turma recursal onde a citação foi expedida.	
		URGENTE	Indica se a citação está relacionada ao pedido de liminar, tutela antecipada ou pedido de urgência.	
		CODDOCUMEN-TOORDEM	Código da movimentação que registra a ordem de citação.	
		CODDOCUMEN-TOEXPEDICAO	Código da movimentação que registra a expedição de citação.	
		CODDOCUMEN-TOLEITURA	Código da movimentação que registra a leitura ou recebimento da citação.	
		DIGITO_ CONTROLE	Dígito utilizado para organizar as atividades na secretaria.	
		STATUS	Status da citação: 0 - Para expedir; 1 - Expedida; 2 - Cancelada; 3 - Retorno Bem-sucedido; 4 - Retorno Frustrado; 5 - Decurso de Prazo.	
		DESCRICAO	DESCRIÇÃO DO PRAZO.	
		NUMERODIAS	Número de dias do prazo.	
CG_REF_CODES	Esta tabela de domí-nios e seus valores codificados permitem validar muitos itens codificados no sistema.	RV_DOMAIN	Nome do domínio.	

		RV_LOW_VALUE	O menor valor é geralmente usado para o valor codificado para o item.	
RECURSO	Tabela com os processos que estão em nível de recurso.	CODRECURSO	Código do recurso(FK).	
		NUMERORECURSO	Número do recurso no formato número/ano.	
		NUMEROPROCESSO	Código do processo. Não é obrigatório para podermos prever as ações originárias em 2º Grau.	
		CODTURMA	Código da turma onde tramita o recurso.	
		IDRELATOR	Chave estrangeira para o juiz recursal relator.	Conecta com a tabela ECNJ. JUIZ_RECURSAL que conecta com a tabela ECNJ. JUIZ_TOGADO que está ligada à tabela ECNJ. LOGON
		IDJUIZPRESIDENTE	Chave estrangeira para o juiz presidente da turma.	Conecta COM A TABELA ECNJ. PRESIDENTE_ TURMA_RECURSAL QUE ESTÁ LIGADA À TABELA ECNJ.JUIZ_ RECURSAL QUE FAZ JOIN COM A TABELA ECNJ. JUIZ_TOGADO QUE ESTÁ LIGADA À TABELA ECNJ. LOGON
		DATASUBIDA	Data em que os autos subiram para a turma recursal.	
		DATARETORNO	Data em que os autos retornaram da turma recursal.	
		DATAAUTUACAO	Data em que o recurso foi autuado na turma recursal.	
		TIPOACAO	Tipo de ação - Foreign Key.	
		EHACAODE2GRAU	Determina se é uma ação diretamente do 2º grau.	1 ou 0, indica se um processo é originário da 2a instância.
		DATA_BAIXA	Data em que o recurso foi baixado em definitivo.	

		SEQUENCIAL	Sequencial dos múltiplos recursos de um processo (0 = ação originária).	
		STATUS	Status do recurso: 1 = Ativo, 2 = Baixado, 3 = Baixado em Diligência ou 4 = Suspenso.	public enum StatusRecurso { BAIXADO(0, "Baixado"), EM_DILIGEN-CIA_VARA(1, "Em Diligência na Vara"), JULGADO(2, "Julgado"), EM_ANDAMENTO_TURMA(3, "Em Andamento na Turma Recursal"), SOBRESTADO(4, "Sobrestado"), A_AUTUAR(5, "A Autuar"), EM_TRAMITA-CAO_STF(6, "Em Tramitação no STF"), CADASTRO_INDE-VIDO(7, "Cadastro Indevido"), NAO_REME-TIDO(8, "Não Remetido"), ENVIO_ PENDENTE_STF(9, "Envio pendente STF"), SOLICITACAO_ ENVIO_STF(10, "Solicitação de envio ao STF"), AGUARDANDO_ RECEBIMENTO_ STF(11,"A-guardando recebimento STF"); private final int codigo; private final String descricao;

				StatusRecurso(int codigo, String descricao) {
				this.codigo = codigo;
				this.descricao = descricao;
				}
				
				public int getCodigo() {
				return codigo;
				}
				
				public String getDescricao() {
				return descricao;
				}
				
				public static StatusRecurso valueOf(int codigo) {
				for (StatusRecurso statusRecurso : StatusRecurso.values()) {
				if (statusRecurso.getCodigo() == codigo) {
				return statusRecurso;
				}
				}
				return null;
				}
				}

		CODRECURSODEPENDENTE	Código do recurso na turma recursal que deu origem ao recurso extraordinário.	
		NUMERO	Número sequencial utilizado para identificar público e unicamente um recurso. Se esse número for iniciado por 1, significa que ele foi distribuído na 1ª Instância originalmente na "Justiça Comum" e 2 se foi no "Juizado Especial".	

		DV	Dígito verificador no Módulo 97 Base 10 utilizado para realizar uma primeira validação no número digitado para um recurso.	
		ANO	Ano em que o processo que deu origem ao recurso foi distribuído ou, para os casos de ações autônomas e recursos originários, quando o recurso foi distribuído em uma Turma Recursal.	
		UNIDADEORIGEM	Código da comarca onde o processo que deu origem ao recurso foi distribuído pela primeira vez ou o identificador da Turma Recursal onde foi cadastrado o recurso originário ou a ação autônoma, neste caso, ele a unidade de origem é antecedida por um 9.	
		TIPO	Qualifica o recurso como 1 - Inominado, 2 - Extraordinário, 3 - Especial.	public enum TipoRecurso { INOMINADO(1, "Inominado"), EXTRAORDINARIO(2, "Extraordinário"), ESPECIAL(3, "Especial"), EMBARGOS_DECLARACAO(4, "Embargos de Declaração"), AGRAVO_INSTRUMENTO(5, "Agravo de Instrumento"), ACAO_ORDINARIA_AUTONOMA(6, "Ação Ordinária Autônoma"), OUTROS(7, "Outros"), AGRAVO(8, "Agravo"); private final int codigo;

				private final String descricao;
				
				TipoRecurso(int codigo, String descricao) {
				this.codigo = codigo;
				this.descricao = descricao;
				}
				
				public int getCodigo() {
				return codigo;
				}
				
				public String getDescricao() {
				return descricao;
				}
				
				public static TipoRecurso valueOf(int codigo) {
				for (TipoRecurso tipoRecurso : TipoRecurso.values()) {
				if (tipoRecurso.getCodigo() == codigo) {
				return tipoRecurso;
				}
				}
				return null;
				}
				}

		NUMERO_STF	Número do processo no STF.	
		DATA_ENVIO_STF	Data em que o recurso foi remetido ao STF.	
		DATA_BAIXA_STF	Data em que o recurso foi baixado do STF.	
		DATA_ULTIMA_CONSULTA	Data da última atualização dos acompanhamentos processuais.	

		DATA_REATIVA-CAO	Data em que o recurso foi desarquivado.	
		DATA_SOLICI-TACAO_ENVIO_ STF	Data da solicitação do envio para o STF.	
		MOTIVO_NAO_ ENVIO_STF		
		MENSAGEM_ ENVIO_STF	Mensagem de retorno do STF quando do envio do recurso extraordinário.	
		SIGLA_CLASSE_ STF	Sigla da classe que é enviada junto com o recurso ao STF.	
ASSESSOR_ PROMOTOR	Assessor de um promo-tor de justiça.	LOGIN	Login do assessor do promotor de justiça.	Usamos apenas esse campo para pegar o nome na tabela ECNJ. LOGON
AUTORIDADE_ COATORA_ RECURSO	Autoridades coatoras de uma ação originária de 2º grau.	CODIGO	Identificador privado de uma autoridade coatora de uma ação originária de 2º grau.	
		COD_PARTE_ RECURSO	Identificador da parte como autoridade coatora de uma ação de 2º grau.	
		LOGIN	Login do magistrado como autoridade coatora.	
		DATA_INSER-CAO	Data de habilitação do juiz como autoridade coatora.	
		DATA_EXCLU-SAO	Data de desativação do juiz como autoridade coatora.	
ATUACAO_JUIZ	Tabela para registrar qual a atuação de um juiz para uma vista.	CODATUACAO-JUIZ	Código da vista.	
		TIPOATUACAO-JUIZ	Número do tipo da atuação 1 - 1º Vogal, 2 - 2º Vogal, 3 - 3º Vogal, 4 - 4º Vogal, 5 - 5º Vogal.	
		CODSESSAO	Relacionamento com a sessão de julgamento.	
		IDJUIZRECUR-SAL	Relacionamento com o juiz recursal.	

CNJ_CLASSE_ CATEGORIA	Classes são tipificações de um processo, baseadas na reclamação/pedido da parte. São organizadas hierarquicamente por razão de competência, natureza ou matéria do processo.	SEQ_CATEGORIA	Código público e unificado pelo CNJ de uma classe.	
		DESC_CATEGORIA	Descrição pública e unificada pelo CNJ de uma classe.	
		SEQ_CATEGORIA_PAI	Código do nível hierárquico imediatamente superior de uma classe.	
		IS_ATIVO	Indica se uma classe está ativa (S) ou desabilitada (N).	
		INDICADOR_ ACERVO		
		TIPO_META		
		COD_NATUREZA		
CONCLUSAO_ TURMA	Tabela com os documentos conclusos para os juízes recursais.	CODDOCUMENTO	Código do Documento que passou a conclusão - FK.	
		CODRECURSO	Código do recurso -FK.	
		DATAANALISE	Data de análise da conclusão.	
		LOGIN	login de quem é o responsável pela conclusão.	DECODIFICAR COM A TABELA ECNJ.JUIZ_ TOGADO QUE ESTÁ CONECTADO A TABELA ECNJ. LOGON
		EHPRIVATIVO	Se é voltado apenas para quem despachou, ou para qualquer um.	ECNJ.CONCLUSAO_TURMA ct* ct.EHPRIVATIVO 0 false 1 true
		TIPOCONCLUSAO	Código 1 se é DESPACHO, 2 se é DECISÃO, 3 se é para SENTENÇA.	DECODIFICAR COM A TABELA ECNJ.CG_REF_ CODES
		CODTURMA	Indica a turma onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	

		TEXTOPREANALISE	Corresponde ao texto pré-analisado do despacho/decisão/sentença.	DECODIFICAR COM A ECNJ. SERVIDOR_JUDICIARIO QUE ESTÁ CONECTADO A TABELA ECNJ. LOGON
		DATAPREANALISE	Data de pré-análise do assessor.	
		LOGINPREANALISE	Login do assessor que realizou a pré-análise.	
		DATACANCELAMENTO	Data de cancelamento de uma conclusão.	
		CODDOCABERTURA	Código da movimentação de abertura da conclusão para Turma Recursal.	
		CODDOCFECHAMENTO	Código da movimentação de fechamento da conclusão para Turma Recursal.	
		TIPO_ANALISE	Tipo enviado para análise do juiz recursal: 1 - ação originária/autônoma, 2 - recurso inominado, 3 - recurso extraordinário, 4 - recurso especial, 5 - embargos de declaração, 6 - agravo de instrumento, 7 - outros.	SOBRE TIPOS: //Constantes com os tipos de conclusão em turmas recursais public static final int COD_TIPO_NENHUMA_CONCLUSAO_TURMA = 0; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_RELATOR = 1; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_PRESIDENTE = 2; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DECISAO_RELATOR = 3; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DECISAO_PRESIDENTE = 4;

				public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_SOBRE_PARACER_MP = 5; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_INICIAL_RELATOR = 6; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DILIGENCIA_CUMPRIDA_VARA = 7; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_VOGAL = 8; public static final int COD_TIPO_CONCLUSAO_DECISAO_VOGAL = 9; static { DESCRICAO_TIPOS = new HashMap(); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_RELATOR), "Despacho de Relator"); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_INICIAL_RELATOR), "Despacho Inicial de Relator");

				DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DECISAO_RELATOR), "Decisao de Relator"); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_SOBRE_PARACER_MP), "Despacho sobre Parecer do MP"); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_PRESIDENTE), "Despacho de Presidente"); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DECISAO_PRESIDENTE), "Decisao de Presidente"); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DILIGENCIA_CUMPRIDA_VARA), "Despacho sobre Diligência Cumprida"); DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DESPACHO_VOGAL), "Despacho de Vogal");

				DESCRICAO_TIPOS.put(new Integer(COD_TIPO_CONCLUSAO_DECISAO_VOGAL), "Decisao de Vogal"); }
		DIGITO_CONTROLE	Dígito utilizado para organizar as atividades na secretaria.	
		STATUS	Status da conclusão ao magistrado de 2ª instância: 0 - Em análise; 1 - Pré-analisada; 2 - Analisada; 3 - Cancelada.	SOBRE STATUS: public static enum Status{ EM_ANALISE(0, "Em análise"), PRE_ANALISADA(1, "Pré-analisada"), ANALISADA(2, "Analisada"), CANCELADA(3, "Cancelada");
CUMPRIMENTO_TURMA	Tabela com os documentos enviados ao cartório da turma recursal para cumprimento ou análise.	CODCUMPRIMENTO	Código Chave primária.	
		CODDOCUMENTO	Código do Documento que passou a conclusão -FK.	
		CODRECURSO	Código do recurso -FK.	
		DATAANALISE	Data de análise da conclusão.	
		LOGIN	Login de quem cumpriu.	

		TIPOCUMPRI-MENTO	Irá variar de acordo com o tipo de cumprimento.	Sobre ECNJ. CUMPRIMENTO_ TURMA: -TIPOCUMPRI-MENTO public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_GENE-RICO = 1; public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_OFICIO = 2; public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_ALVARA = 3; public static final int COD_ TIPO_CUMPRI-MENTO_TURMA_ MANDADO = 4; public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_CARTA_ ADJUDICACAO = 5; public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_CARTA_ PRECATORIA = 6; public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_NOTA_ FORO = 7; public static final int COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_EDITAL_ OU_CITACAO = 8; DESCRICAO_TIPO. put(new Inte-ger(COD_TIPO_ CUMPRIMENTO_ TURMA_ALVARA), "Alvará");

				DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_CARTA_ADJUDICACAO), "Carta de Adjudicação"); DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_CARTA_PRECATORIA), "Carta Precatória"); DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_MANDADO), "Mandado"); DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_NOTA_FORO), "Nota de Foro"); DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_OFICIO), "Ofício"); DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_EDITAL_OU_CITACAO), "Edital"); DESCRICAO_TIPO.put(new Integer(COD_TIPO_CUMPRIMENTO_TURMA_GENERICO), "Outros");
		CODTURMA	Indica a turma onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	

		TEXTOMENSAGEM	Corresponde ao texto do cumprimento.	
		PRIORIDADE	Prioridade do cumprimento.	Escala onde 0 é normal e 5 é urgente. public static final int COD_PRIORIDADE_URGENCIA = 5; public static final int COD_PRIORIDADE_NORMAL = 0;
		CODPRAZO	Corresponde à chave estrangeira para o código do prazo a ser utilizado.	
		DATARECEBIMENTO	Data em que foi lido o cumprimento. Exemplo: data em que foi lido o ofício.	
		DATACUMPRIMENTO	Data em que se deu o cumprimento.	
		DATACERTIDAO	Data em que o cartório certificou o decurso do prazo.	
		DATADEIXOUDEEXPEDIR	Data em que o funcionário do cartório disse que não era necessário expedir.	
		DATADEVOLUCAOSEMOATO	data de devolução sem o ato fim do cumprimento. Sem ser citado, intimado etc.	
		DATAANALISEDECURSOPRAZO	Data em que o cartório analisou o decurso do prazo.	
		OUTROTIPOCUMPRIMENTO	Nome do cumprimento não previsto.	
		CODPARTERECURSO	Código da parte do recurso.	
		OUTRODESTINATARIO	Nome do destinatário não previsto.	
		DIGITO_CONTROLE	Dígito utilizado para organizar as atividades na secretaria.	
		CODDOCUMENTOORDEM		

		CODDOCUMENTOEXPEDASSINATURA		
		CODDOCUMENTOLEITURA		
		CODDOCUMENTOCUMPRIMENTO		
		COD_AUTORIDADE_COATORA_RECURSO	Código da autoridade coatora para qual será enviado o ofício.	pode ser ligada a tabela ECNJ. AUTORIDADE_COATORA_RECURSO?
JUIZ_RECURSAL	Tabela de Juízes Recursais.	LOGIN	Login do juiz recursal.	Usamos apenas esse campo para pegar o nome na tabela ECNJ. JUIZ_TOGADO
		HORARIOPREVISTOINICIO	Data e horário previstos para o início da sessão.	
		STATUS	0 indica que a pauta está aberta, 1 que a pauta foi fechada para análise de novos recursos.	Sobre ECNJ. PAUTA_SESSAO: -Status: preciso da descrição public static final int STATUS_PAUTA_ABERTA = 0; public static final int STATUS_PAUTA_FECHADA = 1;
		CODTURMASEREALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	
PECA_STF_RECURSO	Relação das peças processuais a serem remetidas ao Supremo Tribunal Federal.	CODIGO	Código privado da peça processual selecionada a ser remetida ao STF.	
		COD_RECURSO	Código do processo a ser encaminhado ao STF.	
		COD_ARQUIVO	Código da peça processual a ser encaminhada ao STF.	
		COD_TIPO_PECA_STF	Código do tipo da peça processual a ser encaminhada ao STF, conforme tabela própria do Supremo.	

		DATA_ENVIO	Data do envio da peça processual, utilizada para controle em caso de "reenvio".	
		ORDEM		
		DATA_CANCELAMENTO	Data do cancelamento de envio da peça processual para o STF.	
PRAZO	Tabela com os prazos.	CODPRAZO	Chave primária do prazo.	
		DESCRICAO	Descrição do prazo.	
		NUMERODIAS	número de dias do prazo.	
PRESIDENTE_TURMA_RECURSAL	Tabela de ligação entre a turma recursal e seu presidente.	IDJUIZRECURSAL	Chave estrangeira para localizar o presidente da turma, que é um juiz recursal.	
		COD_TURMA	Código da turma recursal.	
		DATAINICIO	Data inicial em que o magistrado começou a ser juiz titular.	
		DATAFIM	Data em que o magistrado deixou de ser juiz titular da vara.	
		IDJUIZPRESIDENTE	Chave identificadora - Primarykey.	
RESTRICAO_DIREITO	Restrições de direito em decorrência de uma sentença da parte.	CODIGO	Id do registro.Chave primária.	
		COD_PARTE_PROCESSO	Código da parte do processo.	
		ENUM_TIPO_RESTRICAO	Código do Tipo de Restrição(FK).	ECNJ.RESTRICAO_DIREITO rd rd.ENUM select * from ecnj.cg_ref_codes where rv_domain = 'RESTRICAO_DIREITO.ENUM_TIPO_RESTRICAO'
		DATA	Data da sentença.	
		DURACAO_ANO	Duração em anos da prestação de serviço.	
		DURACAO_MES	Duração em meses da prestação de serviço.	
		DURACAO_DIA	Duração em dias da prestação de serviço.	

		PERIODICIDADE	Periodicidade em que devem ocorrer as apresentações.	
		DATA_INICIO_CUMPRIMENTO	Data em que o sentenciado iniciou o cumprimento da restrição.	
		DATA_FIM_CUMPRIMENTO	Data em que o sentenciado terminou o cumprimento da restrição.	
		QUANTIDADE_PARCELA	Quantidade de parcelas da pena.	
		VALOR_TOTAL	Valor Total da pena.	
		DATA_REVOGACAO	Data em que foi revogado o cumprimento da restrição pelo sentenciado.	
		DATA_EXCLUSAO	Data de exclusão lógica da restrição de direito.	
		QUANTIDADE_HORAS_SEMANAIS		
		GEROU_VISTA_MP1GRAU	Indica se a restrição de direito já gerou vista.	
		COD_DOCUMENTO	Código da movimentação que gerou a transação penal.	
RESULTADO_SESSAO	Registra o resultado do julgamento de um recurso em uma sessão da Turma Recursal.	CODIGO	Código privado do resultado da sessão de julgamento.	
		COD_SESSAO	Código da sessão de julgamento onde o resultado foi proferido.	
		COD_TIPO_MOVIMENTACAO	Código do tipo de movimentação selecionado como resultado da sessão de julgamento.	
		DESCRICAO	Complemento do resultado da sessão de julgamento.	

		TIPO_RESULTADO	Indica se o resultado da sessão de julgamento foi a unanimidade (= 1), por maioria nos termos do relator (= 2), por maioria nos termos do 1º vogal (= 3), por maioria nos termos do 2º vogal (= 4), por maioria nos termos do 3º vogal (= 5), por maioria nos termos do 4º vogal (= 6) ou por maioria nos termos do 5º vogal (= 7).	
		CODDOCUMENTO	Código da movimentação criada após conclusão do processo em pauta de sessão de julgamento.	
SESSAO_TURMA	Tabela com as associações entre os recursos e as sessões de julgamento. A tabela está com um nome equivocado, que foi mantido por legado. O nome melhor seria Recurso_Sessao. A tabela que administra a sessão propriamente dita é a Momento_Sessao.	CODSESSAO	Código da sessão - PrimaryKey.	
		CODRECURSO	Código do recurso - ForeignKey.	
		CODPAUTASESSAO	Pauta de sessão no qual vai ser julgado o recurso.	
		STATUS	1 indica que ainda vai ser realizada, 2 que já foi, 3 que foi cancelada, 4 que foi negativa e 5 que teve vistas ao vogal.	ECNJ.SESSAO_TURMA st st.STATUS: 1 indica que ainda vai ser realizada, 2 que ja foi, 3 que foi cancelada, 4 que foi negativa e 5 que teve vistas ao vogal public static final int STATUS_SESSAO_A_SER_REALIZADA = 1; public static final int STATUS_SESSAO_REALIZADA = 2;

				public static final int STATUS_SESSAO_CANCELADA = 3; public static final int STATUS_SESSAO_SOBRETADA = 4; public static final int STATUS_SESSAO_VISTA_VOGAL = 5; public static final int STATUS_SESSAO_ADIADA = 6; public static final int STATUS_SESSAO_ANULADA = 7; public static final int STATUS_SESSAO_CONVERTIDA_DILIGENCIA = 8;
		CODTURMASEREALIZOU	Indica a vara onde se deu a movimentação. Importante para estatísticas.	
		DATAREALIZACAO	Horário em que efetivamente foi realizada a sessão.	
		TEXTO_ATA_SESSAO	Texto redigido para a ata de sessão de julgamento.	
		ID_JUIZ_VISTAS_VOGAL	Identificador do vogal que pediu vistas.	
		TIPO_ANALISE	Objeto que está sendo julgado na sessão.	
		ID_JUIZ_RELATOR	Identificador do juiz em cuja pauta foi incluído o recurso para julgamento.	
		VISTA_VOGAL	Indica se a sessão de julgamento aberta é para análise de vista a um vogal.	ECNJ.SESSAO_TURMA st st.VISTA_VOGAL Indica se a sessão de julgamento aberta é para análise de vista a um vogal (0 ou 1) 0 false 1 true.

		DATA_EXPEDI-CAO	Data em que a ata de sessão foi expedida, caso de julgamentos à maioria, ou assinada, caso de julgamentos à unanimidade.	
		ID_JUIZ_ASSI-NADOR	Juiz que assinará a ata de sessão.	
		CODDOCUMEN-TOABERTURA	Código da movimentação que registra a inclusão do processo em pauta de sessão de julgamento.	
		CODDOCU-MENTOFECHA-MENTO	Código da movimentação que registra o fechamento do processo da pauta de sessão de julgamento, seja por ter sido julgado, seja por ter sido retirado de pauta, seja por qualquer outro tipo de deliberação (vistas, sobrestamento, conversão em diligência etc.).	
		DESCRICAO	Descrição do tipo de ação.	
		INDICA-DOR_AGRAVO_ INSTRUMENTO		1 ou 0, sim ou não.
		CODNATUREZA	Natureza de um tipo de ação: 1 - Civel, 2 - Crime.	ECNJ.TIPO_ACAO ta ta.CODNATUREZA: Natureza de um tipo de ação: 1 - Cível, 2 - Crime.
		SEQ_CATEGO-RIA	Código público e unificado pelo CNJ de uma classe.	
		CODTIPO-CLASSE	Classificador do tipo de ação.	ECNJ.TIPO_ACAO ta ta.CODTIPO-CLASSE: Existe algum join? public static final int COD_ TIPO_CLASSE_ EXECUCAO = 1; public static final int COD_TIPO_ CLASSE_AGRAVO_ INSTRUMENTO = 2;

				public static final int COD_TIPO_CLASSE_ACAO_MONITORIA = 3; public static final int COD_TIPO_CLASSE_RECURSO_INTERPOSTO = 4; public static final int COD_TIPO_CLASSE_HOMOLOGACAO = 5; public static final int COD_TIPO_CLASSE_EXECUCAO_EXTRAJUD = 6; public static final int COD_TIPO_CLASSE_INQUERITO = 7; public static final int COD_TIPO_CLASSE_AGRAVO_RECURSO_EXTRAORDINARIO = 8; public static final int COD_TIPO_CLASSE_RECURSO_EXTRAORDINARIO = 9; public static final int COD_TIPO_CLASSE_CONFIDENCIAL = 11; public static final int COD_TIPO_CLASSE_RECURSO_AUTONOMO = 13; public static final int COD_TIPO_CLASSE_AGRAVO_INSTR_DECISAO_INTERLOCUT = 14; public static final int COD_TIPO_CLASSE_UNIFORMIZACAO_JURISPRUDENCIA = 15;

				public static final int COD_TIPO_CLASSE_AVERIGUACAO_PATERNIDADE = 16;
		INDICADOR_COMPETENCIA_TURMA		Enviado por Gustavo via WP em 20 de junho de 2023 ECNJ.TIPO_ACAOta ta.INDICADOR_COMPETENCIA_TURMA 0/null false 1 true

		CODIGO_STF	Código da classe processual para utilização do web-service do e-STF (campo siglaClasseSTF).	ECNJ.TIPO_ACAOta
				ta.CODIGO_STF
				
				public enum SiglaClasseSTF {
				
				RECURSO_EXTRAORDINARIO("RE", "Recurso Extraordinário"),
				AGRAVAO_RECURSO_EXTRAORDINARIO("ARE", "Agravo Recurso Extraordinário"),
				AGRAVAO_INSTRUMENTO("AI", "Agravo de Instrumento");
				
				private final String sigla;
				private final String descricao;
				
				private SiglaClasseSTF(String sigla, String descricao) {
				this.sigla = sigla;
				this.descricao = descricao;
				}

				public String getDescricao() {
				return descricao;
				}
				
				public String getSigla() {
				return sigla;
				}
				}

		INDICADOR_ACERVO	Indica se uma classe compõe o acervo.	ECNJ.TIPO_ACAOta ta.INDICADOR_ACERVO 0/null false 1 true
		INDICADOR_CERTIDAO	Indica se feitos dessa classe contam em certidão.	ECNJ.TIPO_ACAOta ta.INDICADOR_CERTIDAO 0/null false 1 true
		DESCRICAO	Descrição do tipo de movimentação (situação) do processo.	
		DESCRICAO	Descrição pública do tipo de peça, conforme definição do STF.	
		SIGLA	Sigla pública do tipo de peça, conforme definição do STF.	
		INDICADOR_ATIVO	Indica se o tipo de documento/peça ainda é usado pelo STF: 1-sim, 0-não.	1 ou 0, indica se o tipo de peça ainda é utilizado pelo STF.
TURMA_RECURSAL	Tabela de Turmas Recursais.	COD_TURMA	Código da turma recursal - PK.	
		COD_AREARECURSAL	Código da área recursal - PK.	
		DESCRICAO	Descrição da turma recursal.	
		STATUS	Status da turma recursal.	
		TELEFONE	Telefone da Vara.	
		LOGRADOURO	Logradouro.	
		NUMERO	Número.	
		COMPLEMENTO	Complemento.	

		BAIRRO	Bairro.	
		CIDADE	Cidade.	
		ESTADO	Estado.	
		E_MAIL	E-mail da pessoa.	
		CEP	CEP do endereço.	
		CODPAUTA	Horários de funcionamento das sessões de julgamento - Fk.	
		CODCOMARCA	Comarca da turma recursal.	
		CODNATUREZA	Natureza da turma recursal: 1 - Cível, 2 - Crime, 3 - Mista.	
		CODTIPOLOGRADOURO	Código do tipo de logradouro da turma recursal.	
		DATAIMPLANTACAO	Data de implantação do Sistema CNJ na secretaria de 2º grau.	
		COD_PARTE_COATORA	Código da parte coatora associada à secretaria de 2º grau.	
		CODIGO_CNJ	Código da turma recursal de acordo com a numeração única do CNJ (resolução 65).	
		CODIGO_STF	Código da turma recursal para utilização do web-service do e-STF (campo códigoOrigem).	
		NOME_ABREVIADO	Registra uma abreviação do nome de uma vara.	
		LOCD_CODIGO	Código SISCOM do local de distribuição da Turma Recursal.	
VISTAS_MP	Tabela com os autos remetidos para o parecer do promotor.	CODDOCUMENTO	Código do Documento que passou o cálculo - FK.	
		DATAANALISE	Data de análise da conclusão.	
		CODRECURSO	Código do Recurso (FK).	
		EHPRIVATIVO	Se é para um promotor específico, ou não.	EECNJ.VISTAS_MP vm vm.EHPRIVATIVO 0/null false 1 true
		LOGINANALISARA	Login do promotor que deverá analisar.	

		CODTURMASE-REALIZOU	Indica a turma de onde vieram os autos.	
		CODNUCLEO	Código do núcleo do Ministério Público referenciado.	
		CODPRAZO	Código do prazo máximo para elaboração do parecer pelo Ministério Público para um recurso.	
		CODTIPOPARE-CER	Identificador do tipo de parecer: 0 - sem parecer, 1 - parecer favorável, 2 - parecer contrário, 3 - parecer com diligências, 4 - parecer com diligências executadas.	ECNJ.VISTAS_MP vm vm.CODTIPOPA-RECER: public static final Map DESCRICAO_ TIPOPARECER; public static final int COD_TIPO_ PARECER_SEM_ PARECER = 0; public static final int COD_TIPO_ PARECER_FAVO-RAVEL = 1; public static final int COD_ TIPO_PARECER_ CONTRARIO = 2; public static final int COD_TIPO_ PARECER_DILI-GENCIAS_EXECU-TAR = 3; public static final int COD_TIPO_ PARECER_DILI-GENCIAS_ CUMPRIDAS = 4; public static final int COD_TIPO_ PARECER_REQUE-RIMENTO_GENE-RICO = 5; public static final int COD_TIPO_ PARECER_PATER-NIDADE_DECLA-RADA = 6; public static final int COD_TIPO_PARE-CER_REQUERI-MENTO_PRORRO-GACAO_PRAZO = 7;

				public static final int COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_ARQUIVAMENTO = 8; public static final int COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_EXPEDICAO_CARTA_PRECATORIA = 9; public static final int COD_TIPO_PARECER_SEM_PARECER_INICIAL = 10; public static final int COD_TIPO_PARECER_DENUNCIA = 11; public static final int COD_TIPO_PARECER_ADITAMENTO_DENUNCIA = 12; public static final int COD_TIPO_PARECER_AGUARDANDO_PRAZO_DECADENCIAL = 15; public static final int COD_TIPO_PARECER_EXTINCAO_107 = 16; public static final int COD_TIPO_PARECER_DIVERSIFICADO = 20; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_PRESCRICAO = 21; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_DECADENCIA = 22; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_MORTE = 23;

				public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_ANISTIA = 25; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_PEREMPCAO = 26; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_RENUNCIA = 27; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_RETROATIVIDADE = 28; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_RETRATACAO = 29; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_EXT_PUN_PERDAO_JUDICIAL = 30; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_OUTRAS = 31; public static final int COD_TIPO_PARECER_ARQ_DESCONHECIMENTO_AUTORIA = 32; public static final int COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_DILIGENCIA = 33; public static final int COD_TIPO_PARECER_PRORROGACAO_PRAZO_POLICIAL = 34;

				public static final int COD_TIPO_PARECER_PROPOSTA_TRANSACAO_PENAL = 35; public static final int COD_TIPO_PARECER_PROPOSTA_SUSPENSAO_CONDICIONAL = 36; public static final int COD_TIPO_PARECER_PARECER = 37; public static final int COD_TIPO_PARECER_ALEGACOES_FINAIS_ESCRITAS = 38; public static final int COD_TIPO_PARECER_INTERPOSICAO_RECURSO = 39; public static final int COD_TIPO_PARECER_RAZOES_APELACAO = 40; public static final int COD_TIPO_PARECER_CONTRARRAZOES_APELACAO = 41; public static final int COD_TIPO_PARECER_ADIT_DENUNCIA_RETICACAO_ARQUIVO = 42; public static final int COD_TIPO_PARECER_DENUNCIA_PROPOSTA_SUSPENSAO_CONDICIONAL = 43;

```
public static final int COD_TIPO_PARECER_ADIT_DENUNCIA_PROPOSTA_SUSPENSAO_CONDICIONAL = 44;
public static final int COD_TIPO_PARECER_ADIT_DENUNCIA_RETICACAO_ARQUIVO_PROPOSTA_SUSPENSAO_CONDICIONAL = 45;
public static final int COD_TIPO_PARECER_OUTRAS_MANIFESTACOES = 46;
static {
DESCRICAO_TIPOPARECER = new HashMap();
DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_SEM_PARECER), "Sem parecer");
DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_FAVORAVEL), "Com parecer favorável");
DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_CONTRARIO), "Com parecer contrário");
DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_DILIGENCIAS_EXECUTAR), "Com pedido de diligências");
```

				DESCRICAO_TIPO-PARECER.put(new Integer(COD_ TIPO_PARECER_ DILIGENCIAS_ CUMPRIDAS), "Com diligências cumpridas"); DESCRICAO_TIPO-PARECER.put(new Integer(COD_ TIPO_PARECER_ REQUERIMENTO_ GENERICO), "Requerimento genérico"); DESCRICAO_TIPO-PARECER.put(new Integer(COD_ TIPO_PARECER_ PATERNIDADE_ DECLARADA), "Paternidade declarada"); DESCRICAO_ TIPOPARECER. put(new Integer(- COD_TIPO_PARE-CER_REQUERI-MENTO_PRORRO-GACAO_PRAZO), "Requerimento de prorrogação de prazo"); DESCRICAO_TIPO-PARECER.put(new Integer(COD_ TIPO_PARECER_ REQUERIMENTO_ ARQUIVAMENTO), "Requerimento de arquivamento"); DESCRICAO_ TIPOPARECER. put(new Integer(- COD_TIPO_PARE-CER_REQUERI-MENTO_EXPE-DICAO_CARTA_ PRECATORIA), "Requerimento de expedição de carta precatória");

				DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(-COD_TIPO_PARECER_DENUNCIA), "Denúncia");
				DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_ADITAMENTO_DENUNCIA), "Aditamento de denúncia");
				DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(-COD_TIPO_PARECER_AGUARDANDO_PRAZO_DECADENCIAL), "Aguardar prazo decadencial");
				DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_EXTINCAO_107), "Extinção art.107");
				DESCRICAO_TIPOPARECER.put(new Integer(COD_TIPO_PARECER_DIVERSIFICADO), "Diversificado");
				}
				
				public static final List TIPOS_PARECER;
				
				static {
				TIPOS_PARECER = new ArrayList();
				TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_SEM_PARECER);
				TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_FAVORAVEL);

				TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_CONTRARIO); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_DILIGENCIAS_EXECUTAR); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_DILIGENCIAS_CUMPRIDAS); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_GENERICO); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_PATERNIDADE_DECLARADA); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_PRORROGACAO_PRAZO); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_ARQUIVAMENTO); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_REQUERIMENTO_EXPEDICAO_CARTA_PRECATORIA); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_DENUNCIA); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_ADITAMENTO_DENUNCIA);

				TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_AGUARDANDO_PRAZO_DECADENCIAL); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_EXTINCAO_107); TIPOS_PARECER.add(COD_TIPO_PARECER_DIVERSIFICADO); }
		TEXTOPREANALISE	Texto da pré-análise do assessor.	
		DATAPREANALISE	Data de pré-análise do assessor.	
		LOGINPREANALISE	Login do assessor que realizou a pré-análise.	
		CODTIPOENVIOMP	Define o motivo pelo qual a vista foi criada e enviada ao Ministério Público.	public enum TipoEnvioMP { MANIFESTACAO(0,"Manifestação"), MANIFESTACAO_INICIAL(1,"Manifestação Inicial"), PRORROGACAO_PRAZO(2,"Prorrogação de Prazo"), DESINTERESSE(3,"Desinteresse"), TCO_INCOMPLETO(4,"TCO Incompleto"), ANALISE_CUMPRIMENTO_RESTRICAO_DIREITO(5,"Análise de Cumprimento de Restrição de Direito");
		COD_RESTRICAO_DIREITO	Código da restrição de direito que deu origem às vistas.	
VOTOSESSAO	Tabela com os projetos de voto dos julgadores de 2º instância.	CODPROJETOVOTO	Código do processo de 2º grau-FK.	

		CODRECURSO	Indica o recurso onde está sendo proferido o voto.	
		IDJUIZRECURSAL	Login do magistrado responsável pelo voto.	Conecta com ecnj.juiz_recural, este faz join com ecnj.juiz_togado, e este faz join com ecnj.logon
		STATUS	Código 0 indica voto não proferido, 1 indica projeto de voto, 2 indica voto final.	ECNJ.VOTOSESSAO v v.STATUS: CÓDIGO 0 INDICA VOTO NÃO PROFERIDO, 1 PROJETO DE VOTO, 2 VOTO FINAL.
		TIPOVOTO	Código 0 indica voto não proferido, 1 voto com o relator, 2 voto parcial, 3 é voto divergente.	ECNJ.VOTOSESSAO v v.TIPOVOTO: CÓDIGO 0 INDICA VOTO NÃO PROFERIDO, 1 voto com o relator, 2 voto parcial, 3 é voto divergente. select * from ecnj.cg_ref_codes where upper(rv_domain) like upper('%tipo-voto%') ;
		TEXTOVOTO	Corresponde ao conteúdo do projeto de voto do julgador.	
		DATAVOTO	Data em que o juiz de 2º grau proferiu seu projeto de voto.	
		COMPLEMENTOVOTO	Informação complementar para o voto dado.	
VOTO_RELATOR	Registra o(s) voto(s) do relator para um recurso em uma sessão de julgamento.	CODIGO	Identificador privado do voto do relator.	

		COD_TIPO_ MOVIMENTA-CAO	Código da movimentação selecionada como voto para um recurso em uma sessão de julgamento.	
		DATA	Data em que o voto foi incluído.	
		DESCRICAO	Descrição do voto do relator.	
VOTO_SESSAO		CODIGO		
		COD_SESSAO		
		COD_VOTO_ RELATOR		--pk
		COD_VOTO_ VOGAL_1		
		COD_VOTO_ VOGAL_2		
		COD_VOTO_ VOGAL_3		
		COD_VOTO_ VOGAL_4		
		COD_VOTO_ VOGAL_5		
VOTO_SESSAO_ ARQUIVO	Arquivos inseridos com a análise de mérito para o voto da sessão de julgamento.	CODIGO	Identificador privado do relacionamento dos arquivos inseridos em uma sessão de julgamento.	
		COD_SESSAO	Código da sessão de julga-mento onde um recurso foi incluído em pauta.	
		COD_ARQUIVO	Código do arquivo inserido com o voto da sessão de julgamento.	
		ID_JUIZ_ RECURSAL	Identificador do juiz que inseriu o voto na forma de um arquivo.	
		TEXTO_VOTO	Voto pré-analisado pelo assessor do magistrado.	
		PUBLICAVEL	Indica se o arquivo é publi-cável após realização da sessão de julgamento.	ECNJ.VOTO_ SESSAO_ARQUIVO vsa vsa.PUBLICA-VEL: Indica se o arquivo é publi-cável após reali-zação da sessão de julgamento (0 ou 1). 0/null false 1 true

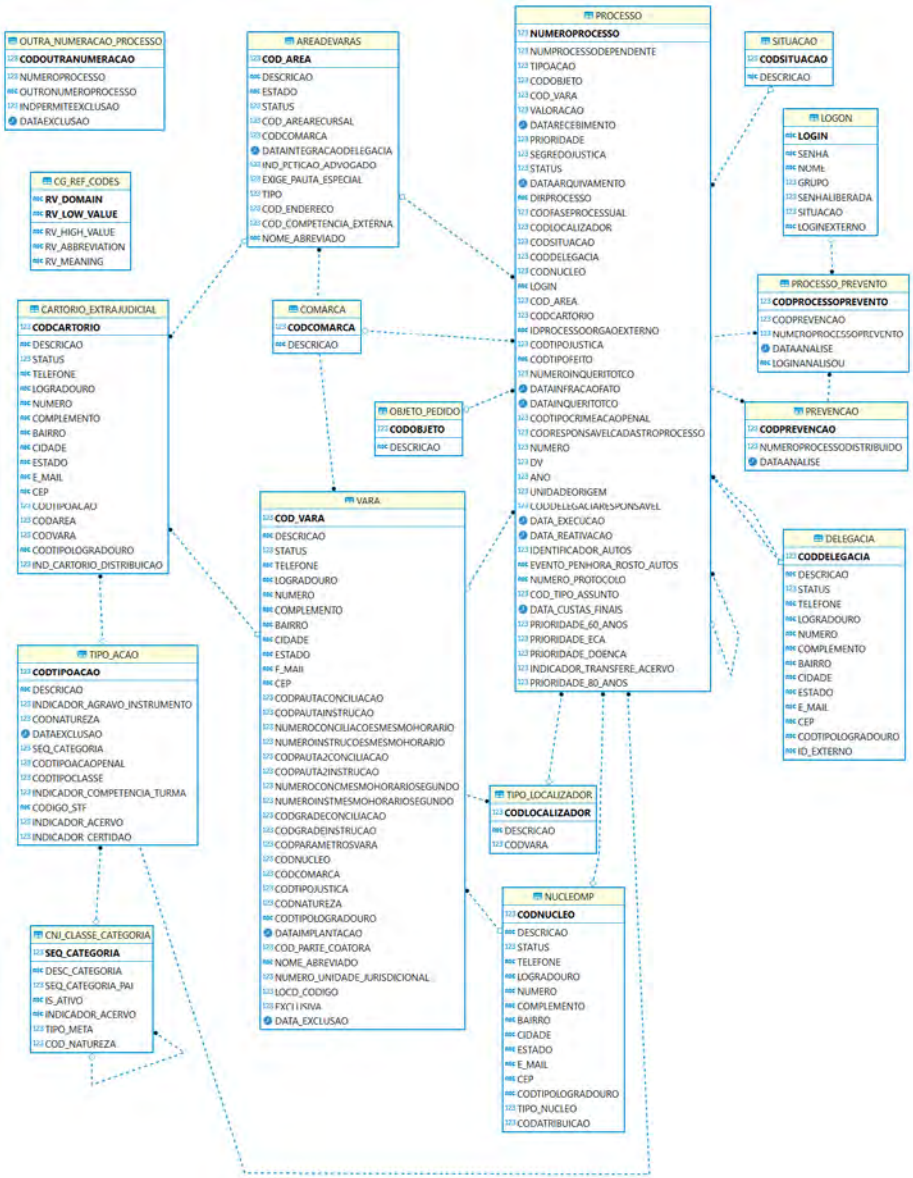
		ID_JUIZ_RECURSAL	Identificador do juiz que está atuando como vogal na sessão de julgamento.	
		TIPO_ATUACAO	Tipo de atuação do juiz como vogal na sessão de julgamento.	
		ACOMPANHA_RELATOR	Indica se o vogal 1 - acompanha, 2 - não acompanha ou 3 - acompanha parcialmente o relator.	
		DATA	Data em que o voto foi incluído.	
CG_REF_CODES	Esta tabela de domínios e seus valores codificados permite validar muitos itens codificados no sistema.	RV_DOMAIN	Nome do domínio.	Campo passado como parâmetro.
		RV_LOW_VALUE	O menor valor é geralmente usado para o valor codificado para o item.	Campo passado como parâmetro.
		NUMERODIAS	Número de dias do prazo.	
PROCESSO	Tabela de Processos.	NUMEROPROCESSO	Número do processo.	
SUSPENSAO_PROCESSO	Tabela com as suspensões dos processos.	CODSUSPENSAO	Código da suspensão -PK.	
		NUMEROPROCESSO	Número do processo suspenso -FK.	
		DATAINICIO	Data de início da suspensão.	
		CODPRAZO	Login de quem analisou.	
		DATAFIM	Data de fim da suspensão.	
		CODVARASEREALIZOU	Indica a vara de onde vieram os autos.	
		CODTIPOSUSPENSAO	Código do tipo da suspensão do processo (mapeado pela CG_REF_CODES).	
		LOGINJUIZ	Código do juiz que solicitou a suspensão (incluim-se os cooperadores).	
		CODRECURSO	Código do recurso que será suspenso.	
		CODTURMASEREALIZOU	Código da turma recursal onde o recurso foi suspenso.	
TURMA_RECURSAL	Tabela de Turmas Recursais.	COD_TURMA	Código da turma recursal - PK.	

		COD_AREARECURSAL	Código da área recursal - PK.	
		DESCRICAO	Descrição da turma recursal.	
		STATUS	Status da turma recursal.	
		TELEFONE	Telefone da Vara.	
		LOGRADOURO	Logradouro.	
		NUMERO	Número.	
		COMPLEMENTO	Complemento.	
		BAIRRO	Bairro.	
		CIDADE	Cidade.	
		ESTADO	Estado.	
		E_MAIL	E-mail da pessoa.	
		CEP	CEP do endereço.	
		CODPAUTA	Horários de funcionamento das sessões de julgamento - Fk.	
		CODCOMARCA	Comarca da turma recursal.	
		CODNATUREZA	Natureza da turma recursal: 1 - Civel, 2 - Crime, 3 - Mista.	
		CODTIPOLOGRADOURO	Código do tipo de logradouro da turma recursal.	
		DATAIMPLANTACAO	Data de implantação do Sistema CNJ na secretaria de 2º grau.	
		COD_PARTE_COATORA	Código da parte coatora associada à secretaria de 2º grau.	
		CODIGO_CNJ	Código da turma recursal de acordo com a numeração única do CNJ (resolução 65).	
		CODIGO_STF	Código da turma recursal para utilização do web-service do e-STF (campo codigoOrigem).	
		NOME_ABREVIADO	Registra uma abreviação do nome de uma vara.	
		LOCD_CODIGO	Código SISCOM do local de distribuição da Turma Recursal.	

Fonte: Da pesquisa (2024).

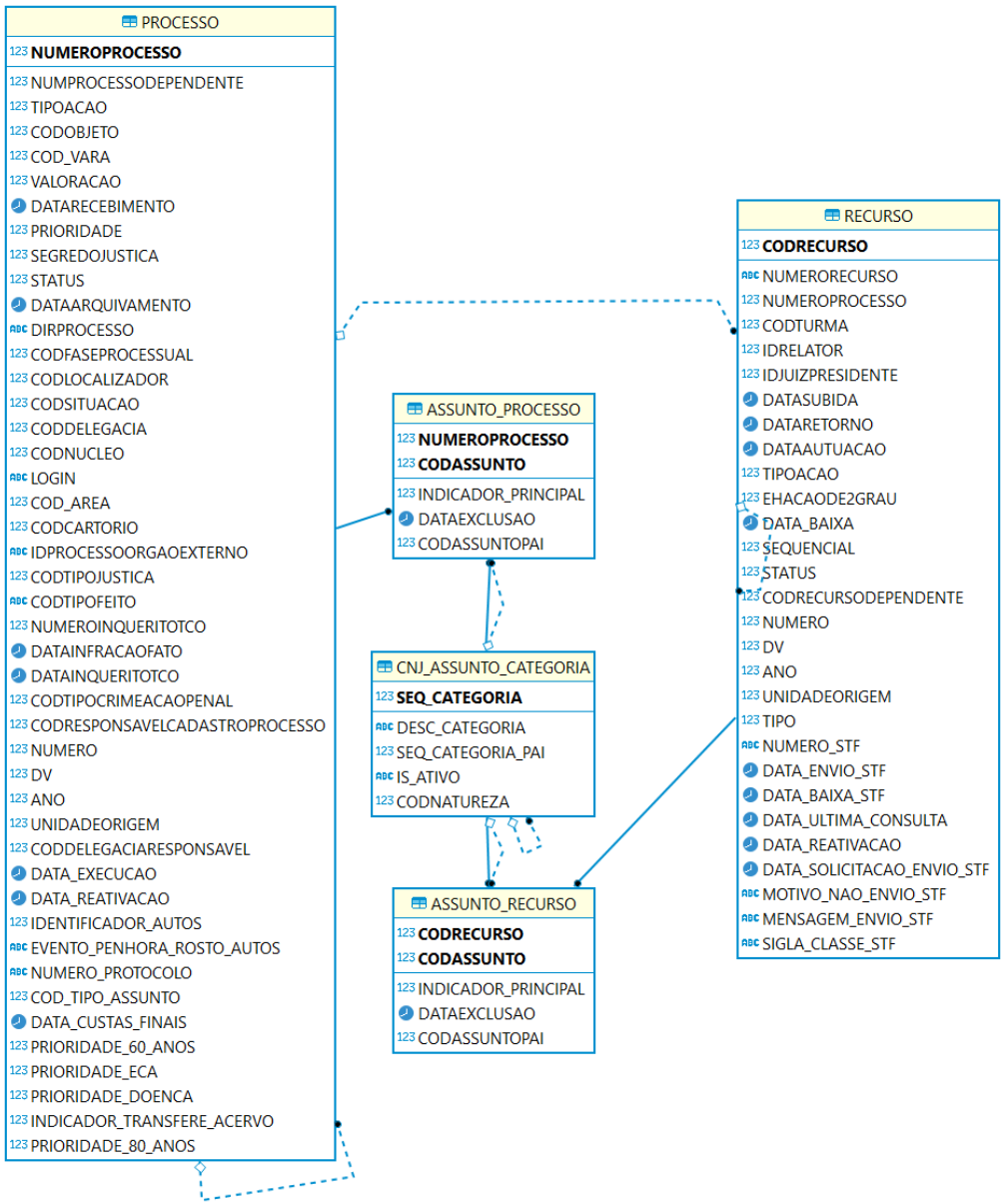
Além disso, para facilitar a compreensão das estruturas de dados e a identificação de interdependências entre os metadados, foram criadas imagens das entidades-relacionamento (ER) associadas aos metadados. Essas imagens oferecem uma representação visual das relações entre os diferentes elementos dentro do banco de dados. Elas são ferramentas valiosas para os profissionais de TI e Arquivologia, pois permitem uma visualização clara das conexões e ajudam a garantir que a estrutura de preservação digital seja consistente.

Figura 4 - ER de Processamento.



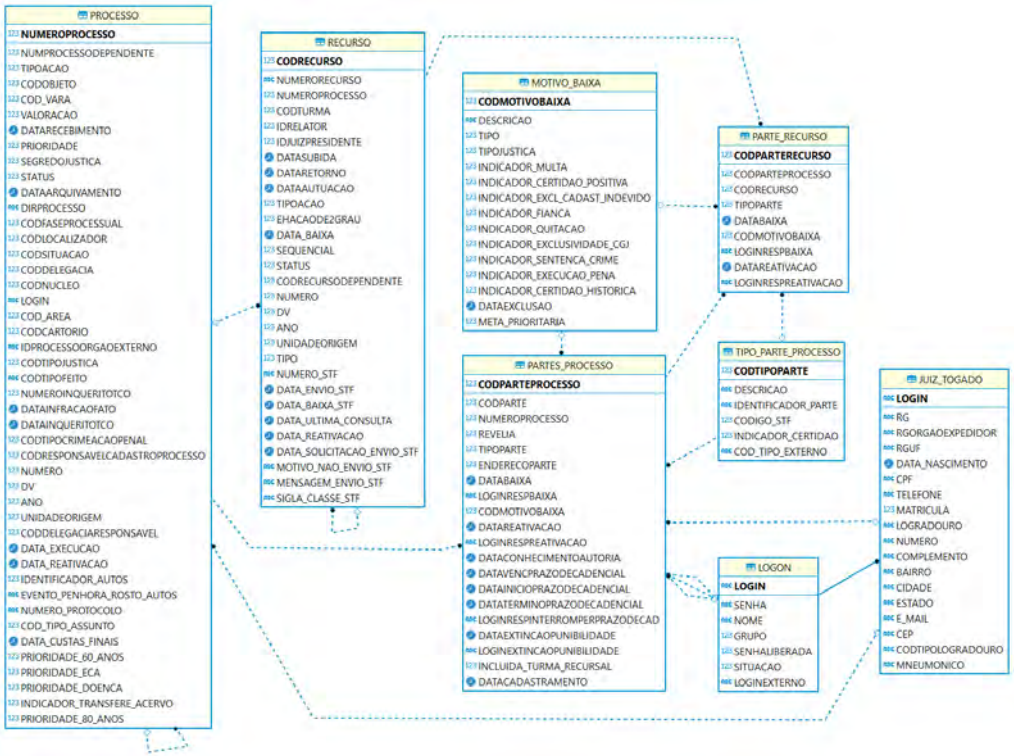
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 5 - Figura 5 - ER de Assunto.



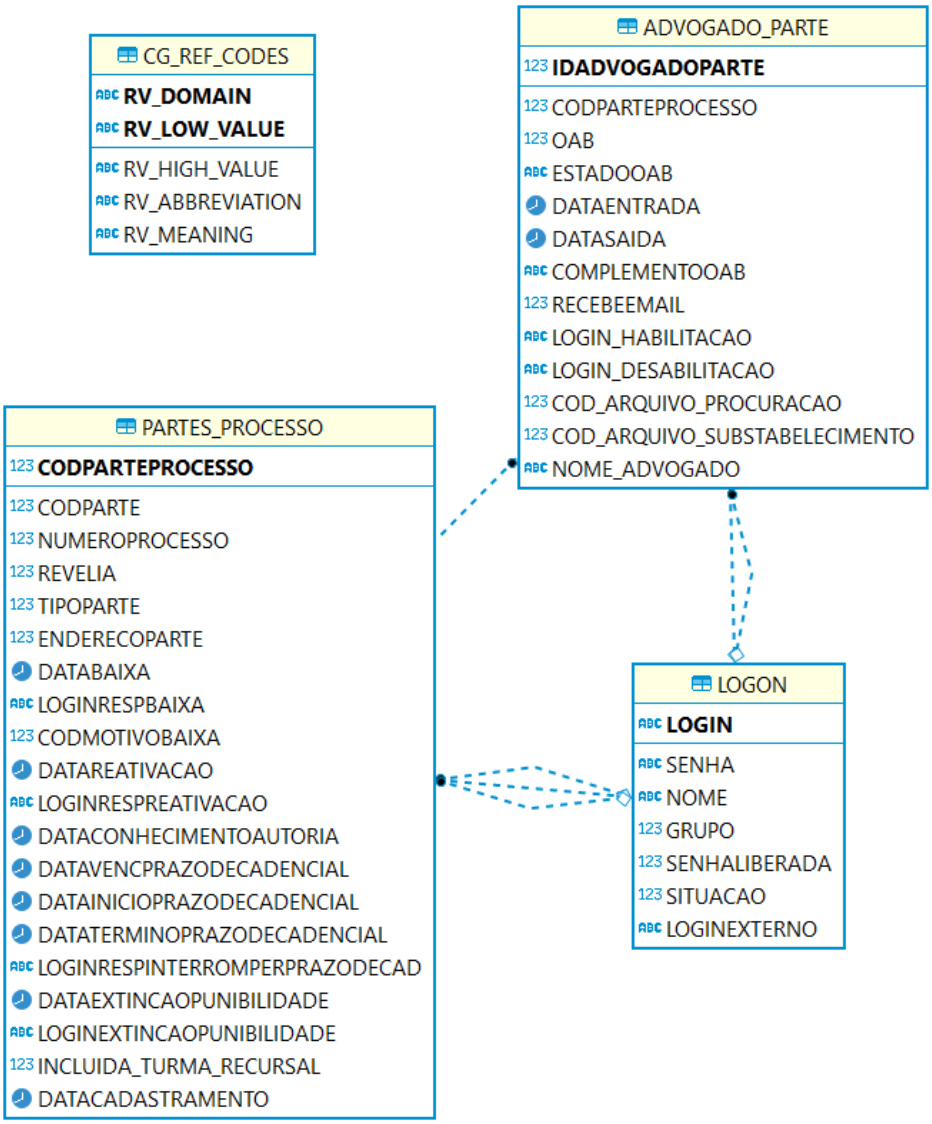
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 6 - ER de Partes do Processo.



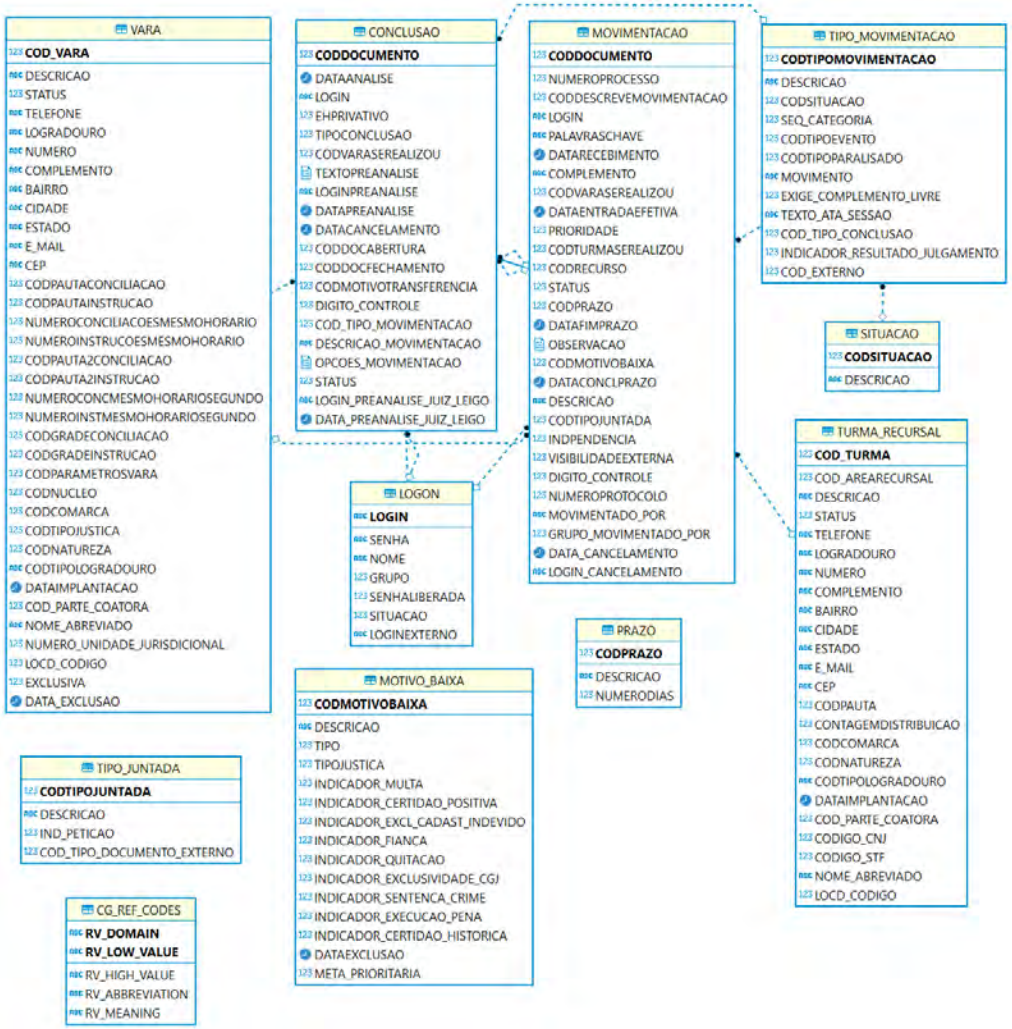
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 7 - ER de Partes do Processo - Advogado.



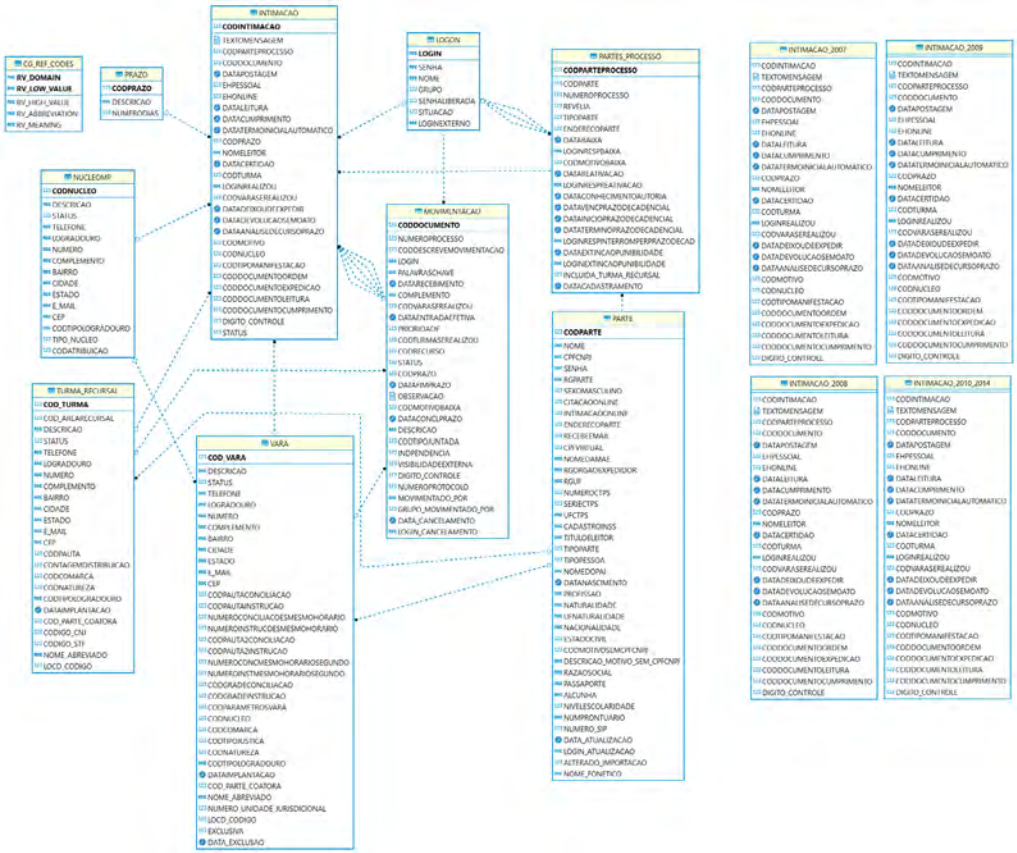
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 8 - ER de Movimentação.



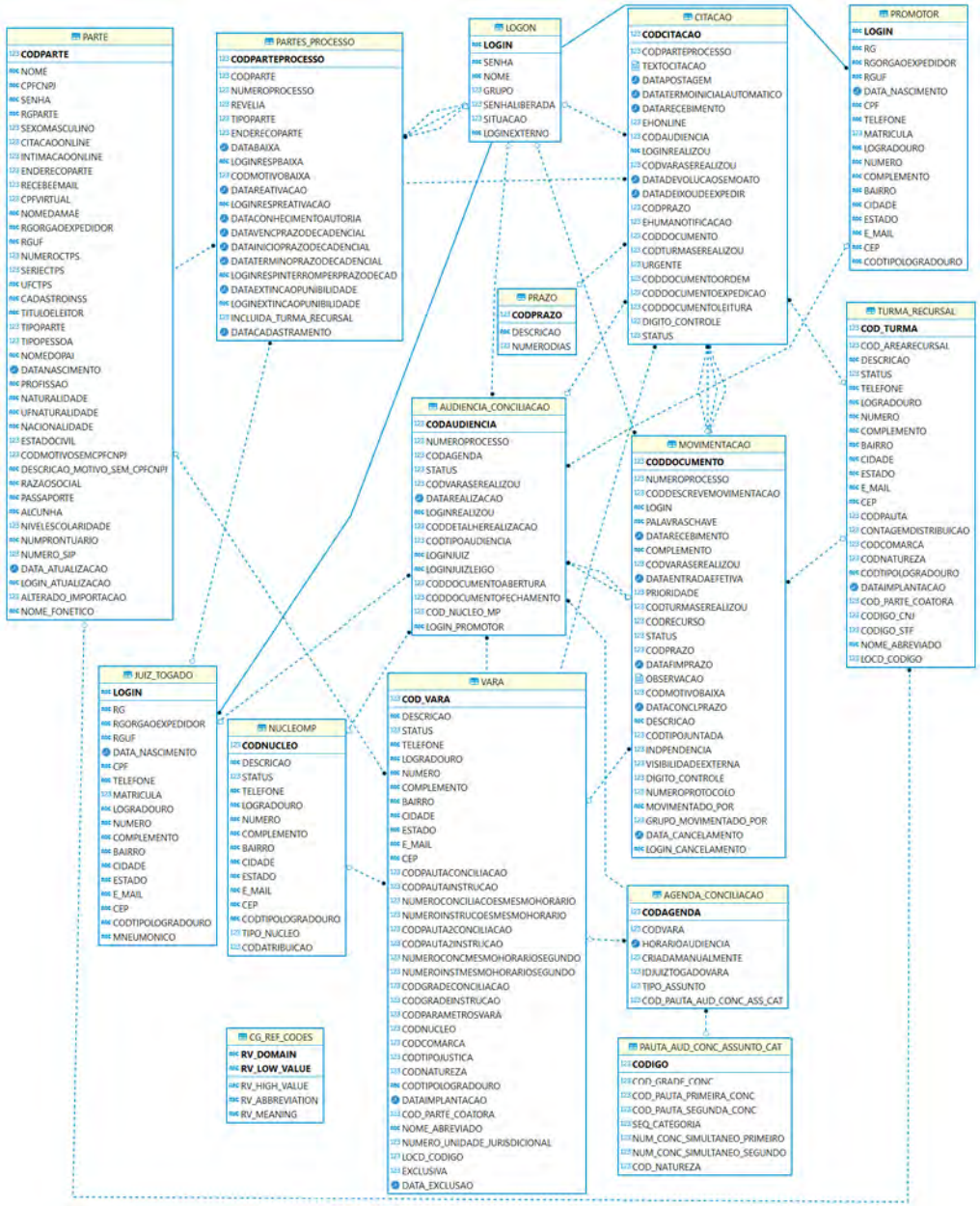
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 9 - ER de Intimações.



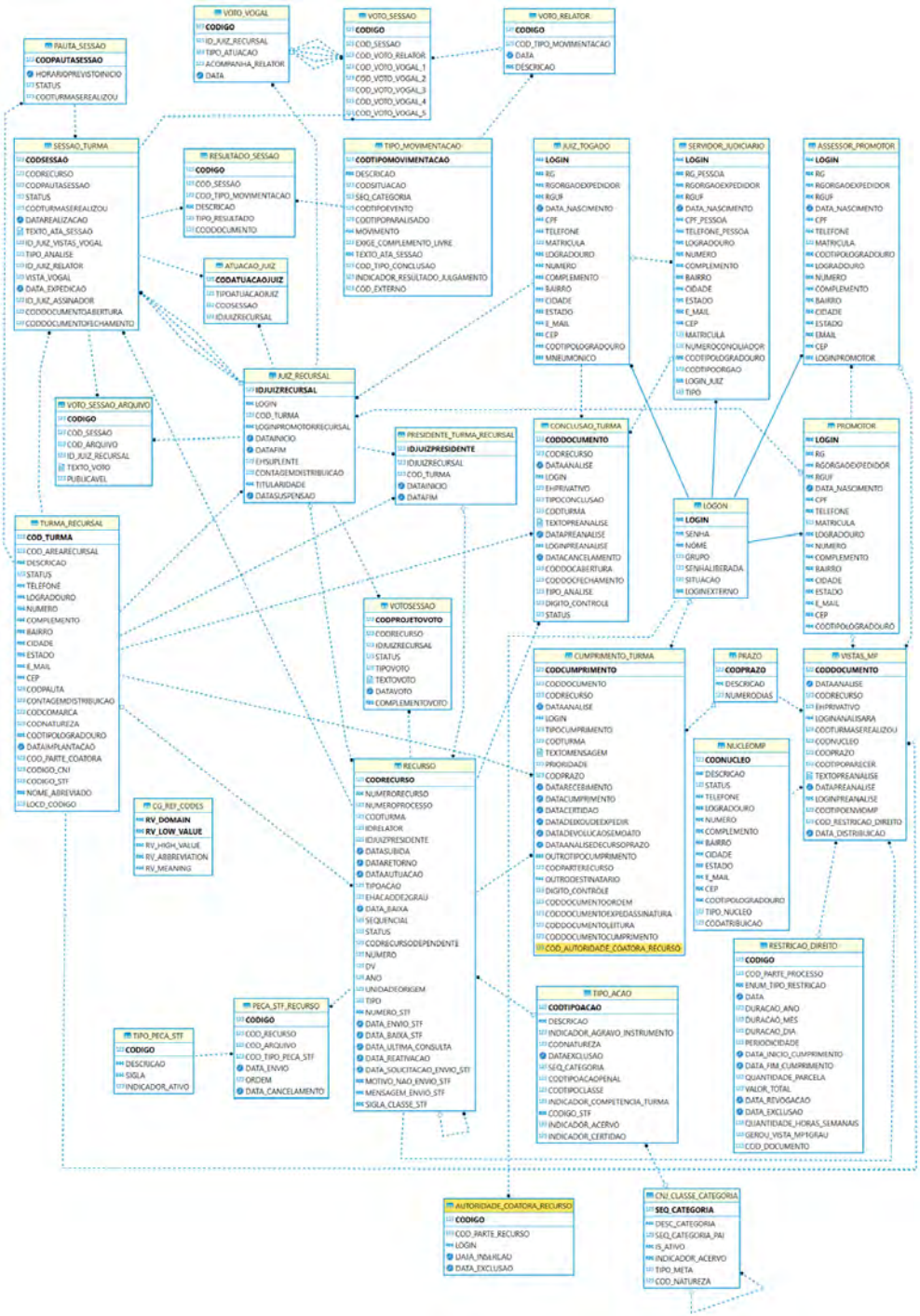
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 10 - ER de Citações.



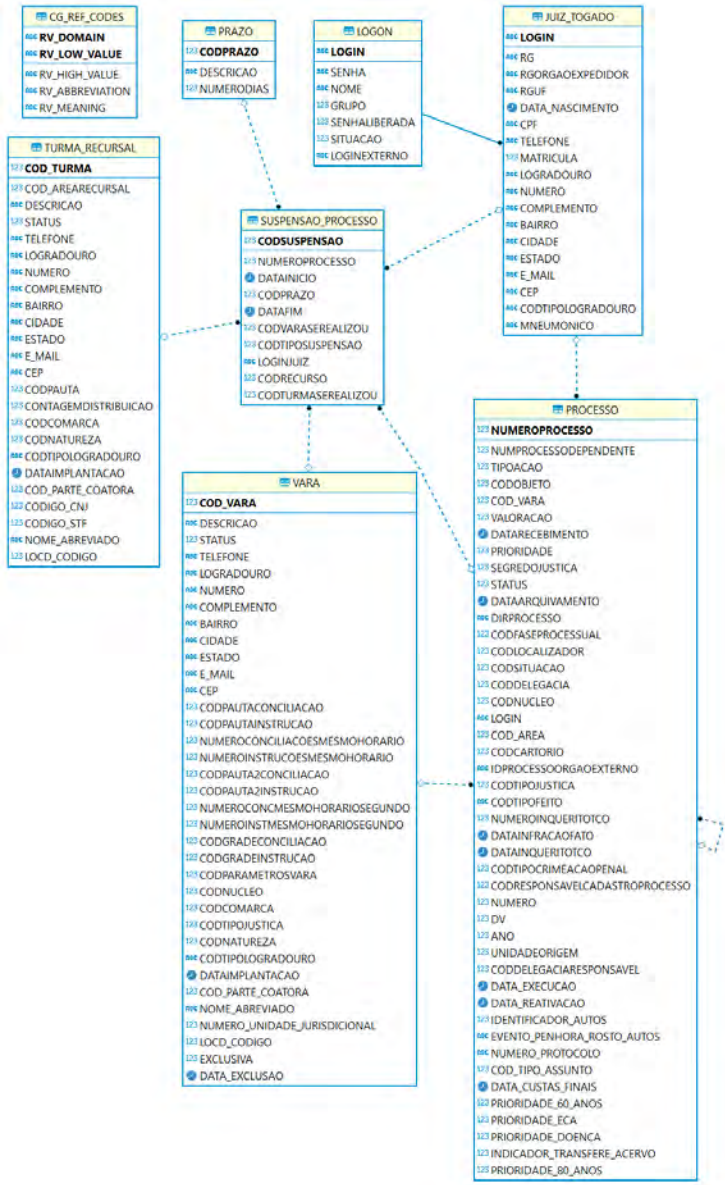
Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 11 - ER de Recursos



Fonte: Da pesquisa (2024).

Figura 12 - ER de Suspensão



Fonte: Da pesquisa (2024).

Essas imagens das entidades-relacionamento desempenham um papel importante no processo de extração e preservação dos metadados. Elas auxiliam na identificação de possíveis interdependências entre os elementos do banco de dados, o que garante a preservação da integridade dos documentos judiciais. A visualização dessas relações também facilita o trabalho de atualização das *queries* e garante que os metadados sejam coletados de maneira organizada e precisa.

Após a validação dos metadados e a criação das imagens das ER, foram definidas *queries* específicas para a localização e extração dos metadados no banco de dados do PROJUDI, utilizando o *software* BarraPres. Essas *queries* foram cuidadosamente desenvolvidas para garantir que todos os metadados necessários fossem capturados de maneira eficiente e precisa, minimizando o risco de perda de informações e estão disponíveis abaixo.

I. *Queries* de processos do PROJUDI

A. Consulta de informações de processos

A seguinte *query* extrai diversas informações de processos no sistema PROJUDI, incluindo número, tipo de ação, objeto do pedido, vara, valor da ação, prioridade, status, dados do magistrado responsável e outras informações relevantes.

```
SELECT p.NUMEROPROCESSO AS PROCESSO_NUMEROPROCESSO,


p.NUMERO||'.'||TO_CHAR(p.DV,'fm00')||'.'||p.ANO||'.'||'813'||'.'||TO_
CHAR(p.UNIDADEORIGEM,'fm0000') AS PROCESSOMASCARA,
  p.NUMPROCESSODEPENDENTE AS PROCESSO_NUMPROCESSODEPENDENTE,
  p.TIPOACAO AS PROCESSO_TIPOACAO,
  ta.DESCRICAO AS TIPO_ACAO_DESCRICAO,
  CASE
   WHEN ccc.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA
   WHEN ccc2.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
ccc2.DESC_CATEGORIA
   WHEN ccc3.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
ccc2.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc3.DESC_CATEGORIA
    WHEN ccc4.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<'
|| ccc2.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc3.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc4.
DESC_CATEGORIA
    WHEN ccc5.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<'
|| ccc2.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc3.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc4.
DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc5.DESC_CATEGORIA
   WHEN ccc6.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
ccc2.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc3.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || ccc5.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc6.DESC_CATEGORIA
   WHEN ccc7.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
ccc2.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc3.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || ccc5.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc6.DESC_CATEGORIA
|| '<<' || ccc7.DESC_CATEGORIA
```

```
WHEN ccc8.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN ccc.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
ccc2.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc3.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || ccc5.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc6.DESC_CATEGORIA ||
'<<' || ccc7.DESC_CATEGORIA || '<<' || ccc8.DESC_CATEGORIA
  END AS PROCESSO_TIPOACAO_HIERARQUIA,
  p.CODOBJETO AS PROCESSO_CODOBJETO,
  op.DESCRICAO AS OBJETO_PEDIDO_DESCRICAO,
  p.COD_VARA AS PROCESSO_COD_VARA,
  v.DESCRICAO AS VARA_DESCRICAO,
  p.VALORACAO AS PROCESSO_VALORACAO,
  p.DATARECEBIMENTO AS PROCESSO_DATARECEBIMENTO,
  p.PRIORIDADE AS PROCESSO_PRIORIDADE,
  crc.RV_MEANING AS PRIORIDADE_DESC,
  p.SEGREDOJUSTICA AS PROCESSO_SEGREDOJUSTICA,
  CASE p.SEGREDOJUSTICA
   WHEN 0 THEN 'Não'
   WHEN 1 THEN 'Sim'
  END AS PROCESSO_SEGREDOJUSTICA_DESC,
  p.STATUS AS PROCESSO_STATUS,
  crc2.RV_MEANING AS PROCESSO_STATUS_DESC,
  p.DATAARQUIVAMENTO AS PROCESSO_DATAARQUIVAMENTO,
  p.DIRPROCESSO AS PROCESSO_DIRPROCESSO,
  p.CODFASEPROCESSUAL AS PROCESSO_CODFASEPROCESSUAL,
  crc3.RV_MEANING AS PROCESSO_CODFASEPROCESSUAL_DESC,
  p.CODLOCALIZADOR AS PROCESSO_CODLOCALIZADOR,
  tl.DESCRICAO AS PROCESSO_CODLOCALIZADOR_DESC,
FROM ecnj.processo p
  LEFT JOIN ECNJ.TIPO_ACAO ta ON ta.CODTIPOACAO = p.TIPOACAO
  LEFT JOIN ECNJ.OBJETO_PEDIDO op ON op.CODOBJETO = p.CODOBJETO
  LEFT JOIN ECNJ.VARA v ON v.COD_VARA = p.COD_VARA
  LEFT JOIN ECNJ.CNJ_CLASSE_CATEGORIA ccc ON ccc.SEQ_CATEGORIA = ta.SEQ_
CATEGORIA
```

```
LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc ON crc.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.PRIORIDADE'
AND crc.RV_LOW_VALUE = p.PRIORIDADE

  LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc2 ON crc2.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.STATUS'
AND crc2.RV_LOW_VALUE = p.STATUS

   LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc3 ON crc3.RV_DOMAIN = 'PROCESSO.
CODFASEPROCESSUAL' AND crc3.RV_LOW_VALUE = p.CODFASEPROCESSUAL

WHERE p.numeroprocesso IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)

ORDER BY p.numeroprocesso;
```

B. Consultas adicionais para análise de estruturas de tabelas

Estas consultas ajudam a identificar os comentários e detalhes de colunas e tabelas relevantes no banco de dados PROJUDI.

- Consulta de comentários de tabelas e colunas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, atc.column_id, cc.COLUMN_name, cc.com-
ments

FROM all_tab_comments tc

JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name

JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name

JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name

WHERE t.dropped = 'NO'

   AND t.TABLE_NAME IN ('AREADEVARAS', 'CARTORIO_EXTRAJUDICIAL', 'CG_
REF_CODES', 'CNJ_CLASSE_CATEGORIA', 'COMARCA', 'DELEGACIA', 'LOGON',
'NUCLEOMP', 'OBJETO_PEDIDO', 'OUTRA_NUMERACAO_PROCESSO', 'PREVENCAO',
'PROCESSO', 'PROCESSO_PREVENTO', 'SITUACAO', 'TIPO_ACAO', 'TIPO_LOCALI-
ZADOR', 'VARA')

  AND t.owner = 'ECNJ'

ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

- Consulta de número, DV e ano do processo:

```
SELECT numero, dv, ano

FROM ecnj.processo

WHERE numeroprocesso = 2420088881321;
```

- Consulta de duplicidade em outra numeração de processos

```
SELECT numeroprocesso, count(*)
FROM ECNJ.OUTRA_NUMERACAO_PROCESSO
GROUP BY numeroprocesso
HAVING count(*) > 1
ORDER BY 1;
```

II. *Queries* de assuntos do PROJUDI

A. Consulta de assuntos de processos

Esta consulta retorna os assuntos associados a cada processo, incluindo informações como o código do assunto, a hierarquia de categorias e a descrição do indicador principal.

```
SELECT p.NUMEROPROCESSO AS NUMEROPROCESSO,
  NULL AS NUMERORECURSO,
  NULL AS CODRECURSO,
  ap.CODASSUNTO,
  cac.DESC_CATEGORIA,
  CASE
   WHEN cac.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac2.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac3.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA
    WHEN cac4.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<'
|| cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.
DESC_CATEGORIA
    WHEN cac5.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<'
|| cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.
DESC_CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac6.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac6.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac7.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac6.DESC_CATEGORIA ||
'<<' || cac7.DESC_CATEGORIA
```

```
   WHEN cac8.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac6.DESC_CATEGORIA ||
'<<' || cac7.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac8.DESC_CATEGORIA
  END AS HIERARQUIA,
  ap.INDICADOR_PRINCIPAL,
  CASE ap.INDICADOR_PRINCIPAL
   WHEN 0 THEN 'Assunto complementar'
   WHEN 1 THEN 'Assunto principal'
  END AS INDICADOR_PRINCIPAL_DESC,
  ap.DATAEXCLUSAO AS DATAEXCLUSAO,
  cac.SEQ_CATEGORIA_PAI,
  cac.IS_ATIVO,
  cac.CODNATUREZA,
  CASE cac.CODNATUREZA
   WHEN 1 THEN 'Cível'
   WHEN 2 THEN 'Crime'
  END AS CODNATUREZA_DESC
FROM ECNJ.PROCESSO p
  INNER JOIN ECNJ.ASSUNTO_PROCESSO ap ON ap.NUMEROPROCESSO = p.NUMEROPRO-
CESSO
  LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac ON cac.SEQ_CATEGORIA = ap.CO-
DASSUNTO
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac2 ON cac.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac2.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac3 ON cac2.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac3.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac4 ON cac3.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac4.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac5 ON cac4.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac5.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac6 ON cac5.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac6.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac7 ON cac6.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac7.SEQ_CATEGORIA
  LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac8 ON cac7.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac8.SEQ_CATEGORIA
WHERE p.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
```

B. Consulta de assuntos de recursos

Esta consulta extrai informações dos assuntos associados a recursos, como o número do recurso, a categoria hierárquica e o indicador principal.

```
SELECT p.NUMEROPROCESSO,
  r.NUMERORECURSO,
  ar.CODRECURSO,
  ar.CODASSUNTO,
  cac.DESC_CATEGORIA,
  CASE
   WHEN cac.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac2.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac3.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA
    WHEN cac4.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<'
|| cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.
DESC_CATEGORIA
    WHEN cac5.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<'
|| cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.
DESC_CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac6.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac6.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac7.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac6.DESC_CATEGORIA ||
'<<' || cac7.DESC_CATEGORIA
   WHEN cac8.SEQ_CATEGORIA_PAI IS NULL THEN cac.DESC_CATEGORIA || '<<' ||
cac2.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac3.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac4.DESC_
CATEGORIA || '<<' || cac5.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac6.DESC_CATEGORIA ||
'<<' || cac7.DESC_CATEGORIA || '<<' || cac8.DESC_CATEGORIA
  END AS CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA_CATEGORIA_HIERARQUIA,
  ar.INDICADOR_PRINCIPAL,
  CASE ar.INDICADOR_PRINCIPAL
   WHEN 0 THEN 'Assunto complementar'
   WHEN 1 THEN 'Assunto principal'
  END AS ASSUNTO_RECURSO_INDICADOR_PRINCIPAL_DESC,
  ar.DATAEXCLUSAO,
```

```
  cac.SEQ_CATEGORIA_PAI,
  cac.IS_ATIVO,
  cac.CODNATUREZA,
  CASE cac.CODNATUREZA
   WHEN 1 THEN 'Cível'
   WHEN 2 THEN 'Crime'
  END AS CODNATUREZA_DESC
FROM ECNJ.PROCESSO p
  LEFT JOIN ECNJ.RECURSO r ON r.NUMEROPROCESSO = p.NUMEROPROCESSO
  LEFT JOIN ECNJ.ASSUNTO_RECURSO ar ON ar.CODRECURSO = r.CODRECURSO
  LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac ON cac.SEQ_CATEGORIA = ar.CO-
DASSUNTO
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac2 ON cac.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac2.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac3 ON cac2.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac3.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac4 ON cac3.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac4.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac5 ON cac4.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac5.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac6 ON cac5.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac6.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac7 ON cac6.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac7.SEQ_CATEGORIA
   LEFT JOIN ECNJ.CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA cac8 ON cac7.SEQ_CATEGORIA_PAI =
cac8.SEQ_CATEGORIA
WHERE p.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY NUMEROPROCESSO, CODRECURSO DESC, INDICADOR_PRINCIPAL DESC;
```

C. Consultas adicionais para verificação de estruturas de tabelas

Essas consultas servem para verificar as estruturas de tabelas relacionadas a assuntos de processos e recursos.

- Consulta de estrutura de tabelas e comentários:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, cc.COLUMN_name, cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
    AND t.TABLE_NAME IN ('ASSUNTO_PROCESSO', 'CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA',
'RECURSO', 'ASSUNTO_RECURSO', 'PROCESSO')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

III. *Queries* de partes do processo no PROJUDI

A. Consulta de partes de processos

Esta *query* retorna informações sobre as partes envolvidas em processos, como o código da parte, tipo de parte, responsável pela baixa, reativação, revelia, entre outros dados.

```
SELECT p.NUMEROPROCESSO,
  NULL AS NUMERORECURSO,
  NULL AS CODRECURSO,
  pp.CODPARTE,
  pp.CODPARTEPROCESSO,
  NULL AS CODPARTERECURSO,
  pp.TIPOPARTE AS TIPOPARTEPROCESSO,
  NULL AS TIPOPARTERECURSO,
  tpp.DESCRICAO AS TIPOPARTEDESCRICAO,
  tpp.IDENTIFICADOR_PARTE || '-' || crc.RV_MEANING AS IDENTIFICADOR_PARTE,
  pp.DATABAIXA,
  pp.CODMOTIVOBAIXA,
  mb.DESCRICAO AS CODMOTIVOBAIXADESCRICAO,
  pp.LOGINRESPBAIXA,
  l.NOME AS LOGINRESPBAIXANOME,
```

```
  pp.DATAREATIVACAO,
  pp.LOGINRESPREATIVACAO,
  l2.NOME AS LOGINRESPREATIVACAONOME,
  pp.REVELIA,
  pp.ENDERECOPARTE,
  pp.DATACONHECIMENTOAUTORIA,
  pp.DATAVENCPRAZODECADENCIAL,
  pp.DATAINICIOPRAZODECADENCIAL,
  pp.DATATERMINOPRAZODECADENCIAL,
  pp.LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECAD,
  l3.NOME AS LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECADNOME,
  pp.DATAEXTINCAOPUNIBILIDADE,
  pp.LOGINEXTINCAOPUNIBILIDADE,
  l4.NOME AS LOGINEXTINCAOPUNIBILIDADENOME,
  pp.INCLUIDA_TURMA_RECURSAL,
  pp.DATACADASTRAMENTO
FROM ECNJ.PROCESSO p
  LEFT JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp ON pp.NUMEROPROCESSO = p.NUMEROPRO-
CESSO
 LEFT JOIN ECNJ.JUIZ_TOGADO jt ON jt.LOGIN = pp.LOGINEXTINCAOPUNIBILIDADE
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = pp.LOGINRESPBAIXA
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l2 ON l2.LOGIN = pp.LOGINRESPREATIVACAO
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l3 ON l3.LOGIN = pp.LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECAD
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l4 ON l4.LOGIN = jt.LOGIN
  LEFT JOIN ECNJ.MOTIVO_BAIXA mb ON mb.CODMOTIVOBAIXA = pp.CODMOTIVOBAIXA
  LEFT JOIN ECNJ.TIPO_PARTE_PROCESSO tpp ON tpp.CODTIPOPARTE = pp.TIPO-
PARTE
  LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc ON crc.RV_DOMAIN = 'DENOMINACAO_TIPO_
PARTE.IDENTIFICADOR' AND crc.RV_LOW_VALUE = tpp.IDENTIFICADOR_PARTE
WHERE pp.NUMEROPROCESSO IN (20179070378) -- (20139011106, 20159029521,
20179006356, ...)
```

B. Consulta de partes em recursos

Esta *query* retorna informações sobre as partes envolvidas em recursos de processos, incluindo dados específicos do recurso, como o número e código do recurso, e dados das partes relacionadas.

```
SELECT p2.NUMEROPROCESSO,
  r.NUMERORECURSO,
  pr.CODRECURSO,
  pp2.CODPARTE,
  pr.CODPARTEPROCESSO,
  pr.CODPARTERECURSO,
  NULL AS TIPOPARTEPROCESSO,
  pr.TIPOPARTE AS TIPOPARTERECURSO,
  tpp2.DESCRICAO AS TIPOPARTEDESCRICAO,
   tpp2.IDENTIFICADOR_PARTE || '-' || crc2.RV_MEANING AS IDENTIFICADOR_
PARTE,
  pr.DATABAIXA,
  pr.CODMOTIVOBAIXA,
  mb2.DESCRICAO,
  pr.LOGINRESPBAIXA,
  l5.NOME AS LOGINRESPBAIXANOME,
  pr.DATAREATIVACAO,
  pr.LOGINRESPREATIVACAO,
  l6.NOME AS LOGINRESPREATIVACAONOME,
  pp2.REVELIA,
  pp2.ENDERECOPARTE,
  pp2.DATACONHECIMENTOAUTORIA,
  pp2.DATAVENCPRAZODECADENCIAL,
  pp2.DATAINICIOPRAZODECADENCIAL,
  pp2.DATATERMINOPRAZODECADENCIAL,
  pp2.LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECAD,
  l7.NOME AS LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECADNOME,
  pp2.DATAEXTINCAOPUNIBILIDADE,
  pp2.LOGINEXTINCAOPUNIBILIDADE,
  l8.NOME AS LOGINEXTINCAOPUNIBILIDADENOME,
  pp2.INCLUIDA_TURMA_RECURSAL,
  pp2.DATACADASTRAMENTO
FROM ECNJ.PROCESSO p2
```

```
  LEFT JOIN ECNJ.PARTE_RECURSO pr ON pr.CODRECURSO = r.CODRECURSO
  LEFT JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp2 ON pp2.CODPARTEPROCESSO = pr.CODPAR-
TEPROCESSO
  LEFT JOIN ECNJ.JUIZ_TOGADO jt2 ON jt2.LOGIN = pp2.LOGINEXTINCAOPUNIBI-
LIDADE
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l5 ON l5.LOGIN = pr.LOGINRESPBAIXA
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l6 ON l6.LOGIN = pr.LOGINRESPREATIVACAO
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l7 ON l7.LOGIN = pp2.LOGINRESPINTERROMPERPRAZODECAD
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l8 ON l8.LOGIN = jt2.LOGIN
  LEFT JOIN ECNJ.MOTIVO_BAIXA mb2 ON mb2.CODMOTIVOBAIXA = pr.CODMOTIVO-
BAIXA
  LEFT JOIN ECNJ.TIPO_PARTE_PROCESSO tpp2 ON tpp2.CODTIPOPARTE = pr.TI-
POPARTE
  LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc2 ON crc2.RV_DOMAIN = 'DENOMINACAO_TIPO_
PARTE.IDENTIFICADOR' AND crc2.RV_LOW_VALUE = tpp2.IDENTIFICADOR_PARTE
WHERE pp2.NUMEROPROCESSO IN (20179070378) -- (20139011106, 20159029521,
20179006356, ...)
ORDER BY NUMEROPROCESSO, CODRECURSO DESC, CODPARTERECURSO ASC;
```

C. Consultas adicionais para verificação de estruturas de tabelas

Estas consultas verificam a estrutura e os comentários de tabelas relacionadas a partes do processo e recursos no banco de dados.

- Consulta de estrutura e comentários de tabelas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, cc.COLUMN_name, cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name = tc.TA-
BLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
   AND t.TABLE_NAME IN ('PARTES_PROCESSO', 'RECURSO', 'PARTE_RECURSO',
'TIPO_PARTE_PROCESSO', 'MOTIVO_BAIXA', 'LOGON', 'JUIZ_TOGADO')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

D. Exemplos de processos e recursos

Informações de exemplo para verificação de dados de partes em processos e recursos específicos:

- **Exemplo de processo:**

  - Número: 20189003713
  - Partes:
    > JANE JESUS DOS SANTOS FERREIRA (Promovente)
    > MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (Promovido)
    > ESTADO DE MINAS GERAIS - MG (Promovido)

- **Exemplo de recurso:**

  - Número do recurso: 9023948.74.2019.813.9001
  - Partes:
    > Agravante: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
    > Agravado: JANE JESUS DOS SANTOS FERREIRA

IV. *Queries* de dados de partes do processo no PROJUDI

A. Consulta de dados de partes do processo

Esta *query* extrai informações detalhadas sobre as partes do processo, como nome, CPF/CNPJ, sexo, citabilidade e intimabilidade online, tipo de pessoa, estado civil, escolaridade, entre outros dados.

```
SELECT pp.NUMEROPROCESSO,
  pp.CODPARTEPROCESSO,
  pa.CODPARTE,
  pa.NOME,
  pa.CPFCNPJ,
  pa.SENHA,
  pa.RGPARTE,
   pa.SEXOMASCULINO, -- Confirmado com Gustavo em 30/06/2023 (videoconfe-
rência)
  CASE pa.SEXOMASCULINO
   WHEN 0 THEN 'Feminino'
   WHEN 1 THEN 'Masculino'
```

```
END AS SEXO_DESC,
pa.CITACAOONLINE,
CASE pa.CITACAOONLINE
 WHEN 0 THEN 'Falso'
 WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
END AS CITACAOONLINE_DESC,
pa.INTIMACAOONLINE,
CASE pa.INTIMACAOONLINE
 WHEN 0 THEN 'Falso'
 WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
END AS INTIMACAOONLINE_DESC,
pa.ENDERECOPARTE,
pa.RECEBEEMAIL,
CASE pa.RECEBEEMAIL
 WHEN 0 THEN 'Falso'
 WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
END AS RECEBEEMAIL_DESC,
pa.CPFVIRTUAL,
CASE pa.CPFVIRTUAL
 WHEN 0 THEN 'O CPF da parte não é oficial'
 WHEN 1 THEN 'O CPF da parte é oficial'
END AS CPFVIRTUAL_DESC,
pa.NOMEDAMAE,
pa.RGORGAOEXPEDIDOR,
pa.RGUF,
pa.NUMEROCTPS,
pa.SERIECTPS,
pa.UFCTPS,
pa.CADASTROINSS,
pa.TITULOELEITOR,
pa.TIPOPARTE,
CASE pa.TIPOPARTE
 WHEN 1 THEN 'Entidade'
```

```
 WHEN 2 THEN 'Autoridade'
 WHEN 3 THEN 'Parte coatora'
 WHEN 4 THEN 'Parte a apurar'
 WHEN 5 THEN 'Município'
 WHEN 6 THEN 'Estado'
 WHEN 7 THEN 'Autarquias Municipais'
 WHEN 8 THEN 'Autarquias Estaduais'
 WHEN 9 THEN 'Fundações Municipais'
 WHEN 10 THEN 'Fundações Estaduais'
 WHEN 11 THEN 'Empresas Públicas Municipais'
 WHEN 12 THEN 'Empresas Públicas Estaduais'
 WHEN 13 THEN 'Defensoria Pública'
END AS TIPOPARTE_DESC,
pa.TIPOPESSOA,
CASE pa.TIPOPESSOA
 WHEN 0 THEN 'Pessoa Física'
 WHEN 1 THEN 'Pessoa Jurídica'
END AS TIPOPESSOA_DESC,
pa.NOMEDOPAI,
pa.DATANASCIMENTO,
pa.PROFISSAO,
pa.NATURALIDADE,
pa.UFNATURALIDADE,
pa.NACIONALIDADE,
pa.ESTADOCIVIL,
crc.RV_MEANING AS ESTADOCIVIL_DESC,
pa.CODMOTIVOSEMCPFCNPJ,
CASE pa.CODMOTIVOSEMCPFCNPJ
 WHEN 1 THEN pa.DESCRICAO_MOTIVO_SEM_CPFCNPJ
 ELSE mpscc.DESCRICAO
END AS CODMOTIVOSEMCPFCNPJ_DESC,
pa.RAZAOSOCIAL,
pa.PASSAPORTE,
```

```
  pa.ALCUNHA,
  pa.NIVELESCOLARIDADE,
  crc2.RV_MEANING AS NIVELESCOLARIDADE_DESC,
  pa.NUMPRONTUARIO,
  pa.NUMERO_SIP,
  pa.DATA_ATUALIZACAO,
  pa.LOGIN_ATUALIZACAO,
  l.NOME AS LOGIN_ATUALIZACAO_NOME,
  pa.ALTERADO_IMPORTACAO,
  CASE pa.ALTERADO_IMPORTACAO
   WHEN 0 THEN 'Falso'
   WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
  END AS ALTERADO_IMPORTACAO_DESC,
  pa.NOME_FONETICO
FROM ECNJ.PARTE pa
  INNER JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp ON pp.CODPARTE = pa.CODPARTE
   LEFT JOIN ECNJ.MOTIVO_PARTE_SEM_CPF_CNPJ mpscc ON mpscc.CODMOTIVO =
pa.CODMOTIVOSEMCPFCNPJ
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = pa.LOGIN_ATUALIZACAO
  LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc ON crc.RV_DOMAIN = 'PARTE.ESTADOCIVIL'
AND crc.RV_LOW_VALUE = pa.ESTADOCIVIL
  LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc2 ON crc2.RV_DOMAIN = 'PARTE.NIVELESCO-
LARIDADE' AND crc2.RV_LOW_VALUE = pa.NIVELESCOLARIDADE
WHERE pp.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY 1, 2;
```

B. Consultas adicionais para verificação de estruturas de tabelas

Essas consultas verificam a estrutura e os comentários de tabelas relacionadas a partes no processo, incluindo detalhes de tabelas como PARTE, MOTIVO_PARTE_SEM_CPF_CNPJ, LOGON e PARTES_PROCESSO.

- Consulta de estrutura e comentários de tabelas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, cc.COLUMN_name, cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.table_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name = tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
   AND t.TABLE_NAME IN ('PARTE', 'MOTIVO_PARTE_SEM_CPF_CNPJ', 'LOGON', 'PARTES_PROCESSO')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

C. Exemplo de consulta para códigos de referência da parte

Para verificar os códigos de referência de atributos específicos da tabela PARTE, utilize a seguinte consulta.

```
SELECT * FROM ecnj.CG_REF_CODES WHERE rv_domain LIKE '%PARTE.%';
```

V. *Queries* de dados de partes do processo no PROJUDI

A. Consulta de endereço de partes do processo

Esta *query* extrai informações sobre os endereços associados às partes de um processo, incluindo dados como telefone, tipo de endereço, cidade, estado, e se o endereço é utilizado para intimação ou citação.

```
SELECT pp.NUMEROPROCESSO,
  pp.CODPARTEPROCESSO,
  pp.CODPARTE,
  e.ENDERECO_ID,
  e.TELEFONE,
  e.LOGRADOURO,
  e.NUMERO,
  e.COMPLEMENTO,
  e.BAIRRO,
  e.ESTADO,
```

```
  e.E_MAIL,
  e.CEP,
  e.TIPO,
  CASE e.TIPO
   WHEN 0 THEN 'Endereço comercial'
   WHEN 1 THEN 'Endereço residencial'
  END AS TIPO_DESC,
  e.CODCIDADE,
  c.DESCRICAO AS CODCIDADE_DESC,
  e.CODTIPOLOGRADOURO,
  tl.DESCRICAO AS CODTIPOLOGRADOURO_DESC,
  e.NOMEPAIS,
  e.NOMEESTADOPROVINCIA,
  e.NOMECIDADE,
  e.CITACAO, -- Confirmado com Gustavo em 30/06/2023 (videoconferência)
  CASE e.CITACAO
   WHEN 0 THEN 'Endereço não utilizado para intimação/citação'
   WHEN 1 THEN 'Endereço utilizado para intimação/citação'
  END AS CITACAO_DESC
FROM ECNJ.ENDERECO e
  INNER JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp ON pp.ENDERECOPARTE = e.ENDERECO_ID
  LEFT JOIN ECNJ.CIDADE c ON c.CODCIDADE = e.CODCIDADE
  LEFT JOIN ECNJ.TIPO_LOGRADOURO tl ON tl.CODTIPOLOGRADOURO = e.CODTIPO-
LOGRADOURO
WHERE pp.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY pp.NUMEROPROCESSO;
```

B. Consultas adicionais para verificação de estruturas de tabelas

Essas consultas verificam a estrutura e os comentários de tabelas relacionadas a endereços das partes do processo, incluindo tabelas como ENDERECO, PARTES_PROCESSO, CIDADE, TIPO_LOGRADOURO, entre outras.

- Consulta de estrutura e comentários de tabelas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, cc.COLUMN_name, cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
   AND t.TABLE_NAME IN ('ENDERECO', 'PARTES_PROCESSO', 'CIDADE', 'TIPO_
LOGRADOURO', 'BAIRRO_CIDADE', 'LOGRADOURO_BAIRRO')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

VI. *Queries* de advogado de partes no processo no PROJUDI

A. Consulta de advogados das partes do processo

Esta *query* extrai informações sobre os advogados das partes em processos, incluindo dados como OAB, estado da OAB, se o advogado recebe e-mail, e os usuários responsáveis pela habilitação e desabilitação do advogado.

```
SELECT pp.NUMEROPROCESSO,
  pp.CODPARTE,
  ap.CODPARTEPROCESSO,
  ap.IDADVOGADOPARTE,
  ap.OAB,
  ap.ESTADOOAB,
  ap.DATAENTRADA,
  ap.DATASAIDA,
  ap.COMPLEMENTOOAB,
  crc.RV_MEANING AS COMPLEMENTOOAB_DESC,
  ap.RECEBEEMAIL,
  CASE ap.RECEBEEMAIL
   WHEN 0 THEN 'Falso'
   WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
  END AS RECEBEEMAIL_DESC,
  ap.LOGIN_HABILITACAO,
  l.NOME AS NOME_USUARIOHABILITA,
```

```
  ap.LOGIN_DESABILITACAO,
  l2.NOME AS NOME_DESCUSUARIODESABILITA
FROM ECNJ.ADVOGADO_PARTE ap
  INNER JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp ON pp.CODPARTEPROCESSO = ap.CODPAR-
TEPROCESSO
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = ap.LOGIN_HABILITACAO
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l2 ON l2.LOGIN = ap.LOGIN_DESABILITACAO
  LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc ON crc.RV_DOMAIN = 'ADVOGADO.COMPLEMEN-
TOOAB' AND crc.RV_LOW_VALUE = ap.COMPLEMENTOOAB
WHERE pp.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY pp.NUMEROPROCESSO, pp.CODPARTE, ap.IDADVOGADOPARTE;
```

B. Consultas adicionais para verificação de estruturas de tabelas

Essas consultas verificam a estrutura e os comentários de tabelas relacionadas a advogados das partes do processo, incluindo tabelas como ADVOGADO_PARTE, PARTES_PROCESSO, LOGON e CG_REF_CODES.

- Consulta de estrutura e comentários de tabelas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, cc.COLUMN_name, cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name = tc.TA-
BLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
  AND t.TABLE_NAME IN ('ADVOGADO_PARTE', 'PARTES_PROCESSO', 'LOGON', 'CG_
REF_CODES')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

C. Exemplo de consulta para advogados com documentação de procuração/substabelecimento

Para verificar os advogados das partes que possuem documentação de procuração ou substabelecimento, utilize a seguinte consulta:

```
SELECT * FROM ecnj.ADVOGADO_PARTE WHERE COD_ARQUIVO_PROCURACAO IS NOT NULL
OR COD_ARQUIVO_SUBSTABELECIMENTO IS NOT NULL;
```

VII. *Queries* de movimentação de processos no PROJUDI

A. Consulta de movimentações de processos

Esta *query* extrai informações sobre a movimentação dos processos, abrangendo campos como status, tipo de evento, descrição de movimentação, vara e turma responsáveis, entre outros.

```
SELECT m.NUMEROPROCESSO AS MOVIMENTACAO_NUMEROPROCESSO,
  m.STATUS AS MOVIMENTACAO_STATUS,
  CASE m.STATUS
   WHEN 0 THEN 'Ativo'
   WHEN 1 THEN 'Desativado'
  END AS MOVIMENTACAO_STATUS_DESC,
  m.LOGIN AS MOVIMENTACAO_LOGIN,
  l.NOME AS MOVIMENTACAO_LOGIN_NOME,
  m.CODRECURSO AS MOVIMENTACAO_CODRECURSO,
  m.CODDOCUMENTO AS MOVIMENTACAO_CODDOCUMENTO,
  m.CODDESCREVEMOVIMENTACAO AS MOVIMENTACAO_CODDESCREVEMOVIMENTACAO,
  m.DESCRICAO AS MOVIMENTACAO_DESCRICAO,
  tm.DESCRICAO AS TIPO_MOVIMENTACAO_DESCRICAO,
  tm.CODSITUACAO AS TIPO_MOVIMENTACAO_CODSITUACAO,
  s.DESCRICAO AS TIPO_MOVIMENTACAO_CODSITUACAO_DESCRICAO,
  tm.CODTIPOEVENTO AS TIPO_MOVIMENTACAO_CODTIPOEVENTO,
  CASE tm.CODTIPOEVENTO
   WHEN 0 THEN 'PROCESSO DISTRIBUIDO'
   WHEN 1 THEN 'PROCESSO REDISTRIBUIDO'
   WHEN 2 THEN 'AUTOS CONCLUSOS'
   WHEN 3 THEN 'EXPECASE DOCUMENTO'
   WHEN 4 THEN 'DOCUMENTO EXPEDIDO'
   WHEN 5 THEN 'DOCUMENTO LIDO'
   WHEN 6 THEN 'REMESSA ORGAO INTERNO'
  WHEN 7 THEN 'REMESSA ORGAO EXTERNO'
```

```
  WHEN 8 THEN 'AUDIENCIA'
  WHEN 9 THEN 'SESSAO TURMA MARCADA'
  WHEN 10 THEN 'RECEBIMENTO AUTOS'
  WHEN 11 THEN 'RECEBIMENTO DISTRIBUIDOR'
  WHEN 12 THEN 'JUNTADA PETICAO'
  WHEN 13 THEN 'JUNTADA DOCUMENTO'
  WHEN 14 THEN 'PROCESSO SUSPENSO'
  WHEN 15 THEN 'PROCESSO ARQUIVADO'
  WHEN 16 THEN 'PROCESSO DESARQUIVADO'
  WHEN 17 THEN 'APENSAMENTO'
  WHEN 18 THEN 'DESAPENSAMENTO'
  WHEN 19 THEN 'ARQUIVAMENTO DEFERIDO'
  WHEN 20 THEN 'RECURSO AUTUADO'
  WHEN 21 THEN 'DEVOLUCAO SEM LEITURA'
  WHEN 22 THEN 'PRAZO DECORRIDO SEM LEITURA'
  WHEN 23 THEN 'INTIMACAO REALIZADA AUDIENCIA'
  WHEN 24 THEN 'INTIMACAO REALIZADA SESSAO JULGAMENTO'
  WHEN 25 THEN 'FIM CONTAGEM PRAZO'
  WHEN 26 THEN 'NOVO TIPO ACAO'
  WHEN 27 THEN 'ALTERACAO TIPO CONCLUSAO'
  WHEN 28 THEN 'DECISAO PROLATADA'
  WHEN 29 THEN 'EXECUCAO SENTENCA REQUERIDA'
  WHEN 30 THEN 'AUTOS CONCLUSOS ORIGINAL'
  WHEN 31 THEN 'TRANSITO JULGADO'
  WHEN 32 THEN 'RECEBIMENTO DENUNCIA'
  WHEN 33 THEN 'RECEB ADITAMENTO DENUNCIA'
  WHEN 34 THEN 'REJEICAO DENUNCIA'
  WHEN 35 THEN 'REJ ADITAMENTO DENUNCIA'
  WHEN 36 THEN 'DOCUMENTO CUMPRIDO'
  WHEN 37 THEN 'DISTRIBUIDO CARTORIO'
  WHEN 38 THEN 'DOCUMENTO ASSINADO'
  WHEN 39 THEN 'DOCUMENTO REGISTRADO'
 WHEN 40 THEN 'OFERECIMENTO DENUNCIA'
```

```
  WHEN 41 THEN 'OFEREC ADITAMENTO DENUNCIA'
  WHEN 42 THEN 'LEILAO PRACA'
  WHEN 43 THEN 'TRANSFERENCIA CONCLUSAO'
  WHEN 44 THEN 'RECURSO EXTRAORDINARIO ADMITIDO'
  WHEN 45 THEN 'RECURSO EXTRAORDINARIO INADMITIDO'
  WHEN 46 THEN 'ANDAMENTO GENERICO STF'
  WHEN 47 THEN 'REPERCUSSAO GERAL'
  WHEN 48 THEN 'RETIRADA PAUTA'
  WHEN 49 THEN 'MOVIMENTACAO CONFIDENCIAL'
  WHEN 50 THEN 'DEVOLUCAO MANDADO'
  WHEN 51 THEN 'DEVOLUCAO OFICIO'
  WHEN 52 THEN 'EXTINCAO PUNIBILIDADE'
  WHEN 53 THEN 'EXTINCAO ART107'
  WHEN 54 THEN 'SUSPENSAO PRAZO DECADENCIAL'
  WHEN 55 THEN 'DELIBERACAO SESSAO'
  WHEN 56 THEN 'REQUISITA INFORMACAO'
  WHEN 57 THEN 'ACORDO HOMOLOGADO'
  WHEN 58 THEN 'JULGAMENTO'
  WHEN 59 THEN 'JULGAMENTO CONVERTIDO DILIGENCIA'
  WHEN 60 THEN 'RECURSO SUSPENSO'
  WHEN 61 THEN 'DESCUMPRIMENTO RESTRICAO DIREITO'
  WHEN 62 THEN 'INICIO TRANSACAO PENAL'
  WHEN 63 THEN 'DESPACHO MERO EXPEDIENTE'
  WHEN 64 THEN 'CANCELA ENVIO STF'
  WHEN 65 THEN 'SOLICITA ENVIO STF'
 END AS TIPO_MOVIMENTACAO_CODTIPOEVENTO_DESC,
 m.COMPLEMENTO AS MOVIMENTACAO_COMPLEMENTO,
 m.OBSERVACAO AS MOVIMENTACAO_OBSERVACAO,
 m.DATARECEBIMENTO AS MOVIMENTACAO_DATARECEBIMENTO,
 m.DATAENTRADAEFETIVA AS MOVIMENTACAO_DATAENTRADAEFETIVA,
 m.MOVIMENTADO_POR AS MOVIMENTACAO_MOVIMENTADO_POR,
 m.CODVARASEREALIZOU AS MOVIMENTACAO_CODVARASEREALIZOU,
v.DESCRICAO AS VARA_DESCRICAO,
```

```
  m.DATA_CANCELAMENTO AS MOVIMENTACAO_DATA_CANCELAMENTO,
  m.LOGIN_CANCELAMENTO AS MOVIMENTACAO_LOGIN_CANCELAMENTO,
  l5.NOME AS MOVIMENTACAO_LOGIN_CANCELAMENTO_NOME
FROM ECNJ.MOVIMENTACAO m
  INNER JOIN ECNJ.TIPO_MOVIMENTACAO tm ON tm.CODTIPOMOVIMENTACAO = m.CO-
DDESCREVEMOVIMENTACAO
  LEFT JOIN ECNJ.SITUACAO s ON s.CODSITUACAO = tm.CODSITUACAO
  LEFT JOIN ECNJ.VARA v ON v.COD_VARA = m.CODVARASEREALIZOU
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = m.LOGIN
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l5 ON l5.LOGIN = m.LOGIN_CANCELAMENTO
WHERE m.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY NUMEROPROCESSO, m.CODDOCUMENTO ASC;
```

B. Consultas adicionais para verificação de estruturas de tabelas

Essas consultas verificam a estrutura e os comentários das tabelas relacionadas a movimentações de processos, incluindo tabelas como MOVIMENTACAO, TIPO_MOVIMENTACAO, SITUACAO, CONCLUSAO, MOTIVO_BAIXA, TIPO_JUNTADA e PRAZO.

- Consulta de estrutura e comentários de tabelas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, atc.column_id, cc.COLUMN_name, cc.com-
ments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
  AND t.TABLE_NAME IN ('MOVIMENTACAO', 'TIPO_MOVIMENTACAO', 'SITUACAO',
'CONCLUSAO', 'MOTIVO_BAIXA', 'TIPO_JUNTADA', 'PRAZO')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

VIII. *Queries* de arquivos de documentos no PROJUDI

A. Consulta de arquivos relacionados a movimentações de processos

Esta *query* extrai informações sobre arquivos associados a movimentações de processos, incluindo dados de assinatura, tipo de arquivo, caminho e atributos específicos.

```
SELECT m.NUMEROPROCESSO AS MOVIMENTACAO_NUMEROPROCESSO,
  m.CODDESCREVEMOVIMENTACAO AS MOVIMENTACAO_CODDESCREVEMOVIMENTACAO,
  ad.CODDOCUMENTO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_CODDOCUMENTO,
  ad.CODARQUIVO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_CODARQUIVO,
  aa.ASSINADOPOR AS ASSINATURA_ARQUIVO_ASSINADOPOR,
  aa.CODASSINATURAARQUIVO AS ASSINATURA_ARQUIVO_CODASSINATURAARQUIVO,
  aa."DATA" AS ASSINATURA_ARQUIVO_DATA,
  aa.SERIALNUMBER AS ASSINATURA_ARQUIVO_SERIALNUMBER,
  ad.DESCRICAO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_DESCRICAO,
  ad.CODIGOTIPOARQUIVO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_CODIGOTIPOARQUIVO,
  dta.DESCRICAO AS DESCRICAO_TIPO_ARQUIVO_DESCRICAO,
  dta.CODIGO_STF AS DESCRICAO_TIPO_ARQUIVO_CODIGO_STF,
  dta.ORDEM AS DESCRICAO_TIPO_ARQUIVO_ORDEM,
  ad.CAMINHO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_CAMINHO,
  ad.NOMEARQUIVO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_NOMEARQUIVO,
  ad.SCAN AS ARQUIVO_DOCUMENTO_SCAN,
  CASE ad.SCAN
   WHEN 0 THEN 'Falso'
   WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
  END AS SCAN_DESC,
  ad.SITUACAO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_SITUACAO,
  CASE ad.SITUACAO
   WHEN 0 THEN 'Normal'
   WHEN 1 THEN 'Com vírus'
   WHEN 2 THEN 'Restrição download'
  END AS SITUACAO_DESC,
  ad.DATAINSERCAO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_DATAINSERCAO,
  ad.SEGREDOJUSTICA AS ARQUIVO_DOCUMENTO_SEGREDOJUSTICA,
 CASE ad.SEGREDOJUSTICA
```

```
    WHEN 0 THEN 'Falso'
    WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
  END AS SEGREDOJUSTICA_DESC,
  ad.GRAVADO_DISCO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_GRAVADO_DISCO,
  CASE ad.GRAVADO_DISCO
    WHEN 0 THEN 'Falso'
    WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
  END AS GRAVADO_DISCO_DESC,
  ad.COD_PROTOCOLO_DIGITALIZACAO AS ARQUIVO_DOCUMENTO_COD_PROTOCOLO_DIGI-
TALIZACAO
FROM ECNJ.MOVIMENTACAO m
  INNER JOIN ECNJ.ARQUIVO_DOCUMENTO ad ON ad.CODDOCUMENTO = m.CODDOCUMENTO
  LEFT JOIN ECNJ.ASSINATURA_ARQUIVO aa ON aa.CODARQUIVO = ad.CODARQUIVO
  LEFT JOIN ECNJ.DESCRICAO_TIPO_ARQUIVO dta ON dta.CODIGO = ad.CODIGOTI-
POARQUIVO
WHERE m.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY m.NUMEROPROCESSO, ad.CODDOCUMENTO, ad.CODARQUIVO ASC;
```

B. Consulta de estrutura e comentários das tabelas

Esta consulta detalha a estrutura e os comentários das tabelas relacionadas a arquivos de documentos, como ARQUIVO_DOCUMENTO, ASSINATURA_ARQUIVO, MOVIMENTACAO e DESCRICAO_TIPO_ARQUIVO.

- Estrutura e comentários de tabelas:

```
SELECT tc.TABLE_NAME, tc.comments, cc.COLUMN_name, cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
  AND t.TABLE_NAME IN ('ARQUIVO_DOCUMENTO', 'ASSINATURA_ARQUIVO', 'MOVI-
MENTACAO', 'DESCRICAO_TIPO_ARQUIVO')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

IX. *Queries* de intimações no PROJUDI

A. Consulta de intimações e informações associadas

A *query* principal extrai dados das tabelas ECNJ.INTIMACAO, ECNJ.INTIMACAO_2007, ECNJ.INTIMACAO_2008, ECNJ.INTIMACAO_2009 e ECNJ.INTIMACAO_2010_2014, buscando detalhes como número do processo, mensagens, prazos, status, informações de leitura e cumprimento, entre outros.

```
SELECT m.NUMEROPROCESSO AS NUMEROPROCESSO,
              m.CODDESCREVEMOVIMENTACAO AS CODDESCREVEMOVIMENTACAO,
              i.CODDOCUMENTO AS INTIMACAO_CODDOCUMENTO,
              i.CODINTIMACAO AS INTIMACAO_CODINTIMACAO,
              i.TEXTOMENSAGEM AS INTIMACAO_TEXTOMENSAGEM,
              i.CODPARTEPROCESSO AS INTIMACAO_CODPARTEPROCESSO,
              p.NOME AS PARTE_NOME,
              i.DATAPOSTAGEM AS INTIMACAO_DATAPOSTAGEM,
              i.EHPESSOAL AS INTIMACAO_EHPESSOAL,
              CASE i.EHPESSOAL
                     WHEN 0 THEN 'A intimação não é obrigatoriamente para
a parte'
                     WHEN 1 THEN 'A intimação tem que ser obrigatoriamente
para a parte'
              END AS INTIMACAO_EHPESSOAL_DESC,
              i.EHONLINE AS INTIMACAO_EHONLINE,
              CASE i.EHONLINE
                     WHEN 0 THEN 'Falso'
                     WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
              END AS INTIMACAO_EHONLINE_DESC,
              i.DATALEITURA AS INTIMACAO_DATALEITURA,
              i.DATACUMPRIMENTO AS INTIMACAO_DATACUMPRIMENTO,
              i.DATATERMOINICIALAUTOMATICO AS INTIMACAO_DATATERMOINICIA-
LAUTOMATICO,
              i.CODPRAZO AS INTIMACAO_CODPRAZO,
              p2.DESCRICAO AS INTIMACAO_CODPRAZO_DESCRICAO,
              p2.NUMERODIAS AS INTIMACAO_CODPRAZO_NUMERODIAS,
              i.NOMELEITOR AS INTIMACAO_NOMELEITOR,
              i.DATACERTIDAO AS INTIMACAO_DATACERTIDAO,
```

```
                i.CODTURMA AS INTIMACAO_CODTURMA,
                tr.DESCRICAO AS TURMA_RECURSAL_DESCRICAO,
                i.LOGINREALIZOU AS INTIMACAO_LOGINREALIZOU,
                l.NOME AS INTIMACAO_LOGINREALIZOU_NOME,
                i.CODVARASEREALIZOU AS INTIMACAO_CODVARASEREALIZOU,
                v.DESCRICAO AS CODVARASEREALIZOU_DESCRICAO,
                i.DATADEIXOUDEEXPEDIR AS INTIMACAO_DATADEIXOUDEEXPEDIR,
                i.DATADEVOLUCAOSEMOATO AS INTIMACAO_DATADEVOLUCAOSEMOATO,
                i.DATAANALISEDECURSOPRAZO AS INTIMACAO_DATAANALISEDECURSO-
PRAZO,
                i.CODMOTIVO AS INTIMACAO_CODMOTIVO,
                CASE i.CODMOTIVO
                       WHEN 0 THEN 'Nenhum'
                       ELSE crc.RV_MEANING
                END AS INTIMACAO_CODMOTIVO_DESC,
                i.CODNUCLEO AS INTIMACAO_CODNUCLEO,
                n.DESCRICAO AS NUCLEO_DESCRICAO,
                i.CODTIPOMANIFESTACAO AS INTIMACAO_CODTIPOMANIFESTACAO,
                crc2.RV_MEANING AS TIPOMANIFESTACAO_DESC,
                i.CODDOCUMENTOORDEM AS INTIMACAO_CODDOCUMENTOORDEM,
                i.CODDOCUMENTOEXPEDICAO  AS  INTIMACAO_CODDOCUMENTOEXPEDI-
CAO,
                i.CODDOCUMENTOLEITURA AS INTIMACAO_CODDOCUMENTOLEITURA,
                i.CODDOCUMENTOCUMPRIMENTO AS INTIMACAO_CODDOCUMENTOCUMPRI-
MENTO,
                i.DIGITO_CONTROLE AS INTIMACAO_DIGITO_CONTROLE,
                i.STATUS AS INTIMACAO_STATUS,
                CASE i.STATUS
                       WHEN 0 THEN 'Para expedir'
                       WHEN 1 THEN 'Expedida'
                       WHEN 2 THEN 'Cancelada'
                       WHEN 3 THEN 'Lida'
                       WHEN 4 THEN 'Leitura automática'
                       WHEN 6 THEN 'Cumpridas'
```

```
                    WHEN 5 THEN 'Retorno sem leitura'
                    WHEN 7 THEN 'Decurso de prazo'
                    WHEN 8 THEN 'Certificadas'
            END AS INTIMACAO_STATUS_DESC
FROM   ECNJ.MOVIMENTACAO m
            INNER JOIN ECNJ.INTIMACAO i ON i.CODDOCUMENTO = m.CODDOCU-
MENTO
            LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc ON crc.RV_DOMAIN = 'INTIMA-
CAO.CODMOTIVO' AND crc.RV_LOW_VALUE = i.CODMOTIVO
            LEFT JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp ON pp.CODPARTEPROCESSO =
i.CODPARTEPROCESSO
            LEFT JOIN ECNJ.PARTE p ON p.CODPARTE = pp.CODPARTE
            LEFT JOIN ECNJ.PRAZO p2 ON p2.CODPRAZO = i.CODPRAZO
            LEFT JOIN ECNJ.TURMA_RECURSAL tr ON tr.COD_TURMA = i.CODTURMA
            LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = i.LOGINREALIZOU
            LEFT JOIN ECNJ.VARA v ON v.COD_VARA = i.CODVARASEREALIZOU
            LEFT  JOIN  ECNJ.CG_REF_CODES  crc2  ON  crc2.RV_DOMAIN  =
'VISTAS_MP1GRAU.CODTIPOPARECER' AND crc2.RV_LOW_VALUE = i.CODTIPOMANIFES-
TACAO
            LEFT JOIN ECNJ.NUCLEOMP n ON n.CODNUCLEO = i.CODNUCLEO
WHERE  m.NUMEROPROCESSO IN (20139011106,20159029521,20179006356,24200769
47654,2420088804117,2420088823216,2420088891627,2420089141188,2420089283
048,2420093681716)
ORDER BY NUMEROPROCESSO, INTIMACAO_CODINTIMACAO, INTIMACAO_CODPARTEPRO-
CESSO;
```

B. Consulta de estrutura e comentários das tabelas

Esta consulta permite verificar a estrutura e os comentários das tabelas relacionados à intimação, incluindo INTIMACAO, PRAZO, NUCLEOMP, CG_REF_CODES, TURMA_RECURSAL, LOGON, VARA e PARTE.

```
SELECT tc.TABLE_NAME,
  tc.comments,
  atc.column_id,
  cc.COLUMN_name,
 cc.comments
FROM all_tab_comments tc
```

```
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
  AND t.TABLE_NAME IN ('INTIMACAO', 'INTIMACAO_2007', 'INTIMACAO_2008',
'INTIMACAO_2009', 'INTIMACAO_2010_2014', 'PRAZO', 'NUCLEOMP', 'CG_REF_
CODES', 'TURMA_RECURSAL', 'LOGON', 'VARA', 'PARTE')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

X. *Queries* de citações e notificações no PROJUDI

A. Consulta principal: Extração de dados de citações e notificações

Esta consulta extrai informações das tabelas ECNJ.CITACAO, ECNJ.PARTES_PROCESSO, ECNJ.PRAZO, ECNJ.TURMA_RECURSAL, ECNJ.LOGON, ECNJ.VARA, ECNJ.AUDIENCIA_CONCILIACAO e ECNJ.AGENDA_CONCILIACAO. Os dados incluem informações como o número do processo, códigos de audiência e citação, texto da citação, datas, detalhes da audiência e status.

```
SELECT m.NUMEROPROCESSO AS NUMEROPROCESSO,
               m.CODDESCREVEMOVIMENTACAO AS CODDESCREVEMOVIMENTACAO,
               c.CODDOCUMENTO AS CITACAO_CODDOCUMENTO,
               c.CODCITACAO AS CITACAO_CODCITACAO,
               c.CODPARTEPROCESSO AS CITACAO_CODPARTEPROCESSO,
               p.NOME AS CITACAO_CODPARTEPROCESSO_NOME,
               c.TEXTOCITACAO AS CITACAO_TEXTOCITACAO,
               c.DATAPOSTAGEM AS CITACAO_DATAPOSTAGEM,
               c.DATATERMOINICIALAUTOMATICO AS CITACAO_DATATERMOINICIALAU-
TOMATICO,
               c.DATARECEBIMENTO AS CITACAO_DATARECEBIMENTO,
               c.EHONLINE AS CITACAO_EHONLINE,
               CASE c.EHONLINE
                      WHEN 0 THEN 'Falso'
                      WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
               END AS CITACAO_EHONLINE_DESC,
               c.CODAUDIENCIA AS CITACAO_CODAUDIENCIA,
```

```
                ac.NUMEROPROCESSO AS AUDIENCIA_CONCILIACAO_NUMEROPROCESSO,
                ac2.CODAGENDA AS AGENDA_CODAGENDA,
                ac2.CODVARA AS AGENDA_CODVARA,
                v2.DESCRICAO AS AGENDA_CODVARA_DESC,
                ac2.HORARIOAUDIENCIA  AS  AGENDA_CONCILIACAO_HORARIOAUDIEN-
CIA,
                ac2.CRIADAMANUALMENTE  AS  AGENDA_CONCILIACAO_CRIADAMANUAL-
MENTE,
                CASE ac2.CRIADAMANUALMENTE
                       WHEN 0 THEN 'Falso'
                       WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
                END AS AGENDA_CONCILIACAO_CRIADAMANUALMENTE_DESC,
                ac.STATUS AS AUDIENCIA_CONCILIACAO_STATUS,
                CASE ac.STATUS
                       WHEN 1 THEN 'Designada'
                       WHEN 2 THEN 'Realizada'
                       WHEN 3 THEN 'Cancelada'
                       WHEN 4 THEN 'Negativa'
                       WHEN 5 THEN 'Redesignada'
                END AS AUDIENCIA_CONCILIACAO_STATUS_DESC,
                ac.LOGINJUIZ AS AUDIENCIA_CONCILIACAO_LOGINJUIZ,
                l4.NOME AS AUDIENCIA_CONCILIACAO_LOGINJUIZ_NOME,
                c.LOGINREALIZOU AS CITACAO_LOGINREALIZOU,
                l.NOME AS NOME_LOGINREALIZOU_NOME,
                c.CODPRAZO AS CITACAO_CODPRAZO,
                p2.DESCRICAO AS PRAZO_DESCRICAO,
                p2.NUMERODIAS AS PRAZO_NUMERODIAS,
                c.EHUMANOTIFICACAO AS CITACAO_EHUMANOTIFICACAO,
                CASE c.EHUMANOTIFICACAO
                       WHEN 0 THEN 'Falso'
                       WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
                END AS CITACAO_EHUMANOTIFICACAO_DESC,
                c.URGENTE AS CITACAO_URGENTE,
                CASE c.URGENTE
```

```
                    WHEN 0 THEN 'Falso'
                    WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
            END AS CITACAO_URGENTE_DESC,
            c.STATUS AS CITACAO_STATUS,
            CASE c.STATUS
                    WHEN 0 THEN 'Para expedir'
                    WHEN 1 THEN 'Expedida'
                    WHEN 2 THEN 'Cancelada'
                    WHEN 3 THEN 'Retorno bem-sucedido'
                    WHEN 4 THEN 'Retorno frustrado'
                    WHEN 5 THEN 'Decurso de prazo'
            END AS CITACAO_STATUS_DESC
FROM   ECNJ.MOVIMENTACAO m
            INNER JOIN ECNJ.CITACAO c ON c.CODDOCUMENTO = m.CODDOCU-
MENTO
            LEFT JOIN ECNJ.PARTES_PROCESSO pp ON pp.CODPARTEPROCESSO =
c.CODPARTEPROCESSO
            LEFT JOIN ECNJ.PARTE p ON p.CODPARTE = pp.CODPARTE
            LEFT JOIN ECNJ.PRAZO p2 ON p2.CODPRAZO = c.CODPRAZO
            LEFT JOIN ECNJ.TURMA_RECURSAL tr ON tr.COD_TURMA = c.CODTUR-
MASEREALIZOU
            LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = c.LOGINREALIZOU
            LEFT JOIN ECNJ.VARA v ON v.COD_VARA = c.CODVARASEREALIZOU
            LEFT JOIN ECNJ.AUDIENCIA_CONCILIACAO ac ON ac.CODAUDIENCIA
= c.CODAUDIENCIA
            LEFT JOIN ECNJ.AGENDA_CONCILIACAO ac2 ON ac2.CODAGENDA =
ac.CODAGENDA
            LEFT JOIN ECNJ.VARA v2 ON v2.COD_VARA = ac2.CODVARA
            LEFT JOIN ECNJ.LOGON l4 ON l4.LOGIN = ac.LOGINJUIZ
WHERE  m.NUMEROPROCESSO IN (20139011106,20159029521,20179006356,24200769
47654,2420088804117,2420088823216,2420088891627,2420089141188,2420089283
048,2420093681716)
ORDER BY m.NUMEROPROCESSO, c.CODCITACAO, c.CODPARTEPROCESSO;
```

B. Consulta de estrutura e comentários das tabelas

Esta consulta fornece a estrutura e os comentários das tabelas CITACAO, PRAZO, AUDIENCIA_CONCILIACAO, AGENDA_CONCILIACAO, TURMA_RECURSAL, LOGON, VARA e PARTE, usadas na consulta principal para facilitar o entendimento dos dados armazenados.

```
SELECT tc.TABLE_NAME,
  tc.comments,
  atc.column_id,
  cc.COLUMN_name,
  cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.table_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name = tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
    AND t.TABLE_NAME IN ('CITACAO', 'PRAZO', 'AUDIENCIA_CONCILIACAO', 'AGENDA_CONCILIACAO', 'TURMA_RECURSAL', 'LOGON', 'VARA', 'PARTE')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

XI. *Queries* de recursos no PROJUDI

A. Consulta principal: extração de dados de recursos

Esta consulta extrai informações das tabelas ECNJ.RECURSO, ECNJ.TURMA_RECURSAL, ECNJ.JUIZ_RECURSAL, ECNJ.JUIZ_TOGADO, ECNJ.LOGON, ECNJ.TIPO_ACAO, ECNJ.CNJ_CLASSE_CATEGORIA, ECNJ.CONCLUSAO_TURMA, ECNJ.CUMPRIMENTO_TURMA, ECNJ.AUTORIDADE_COATORA_RECURSO, ECNJ.PECA_STF_RECURSO, ECNJ.TIPO_PECA_STF, ECNJ.SESSAO_TURMA, ECNJ.PAUTA_SESSAO, ECNJ.RESULTADO_SESSAO, ECNJ.VOTO_SESSAO, ECNJ.VOTO_RELATOR, ECNJ.VOTO_VOGAL, ECNJ.VOTO_SESSAO_ARQUIVO, ECNJ.ATUACAO_JUIZ, ECNJ.VISTAS_MP, ECNJ.NUCLEOMP, ECNJ.RESTRICAO_DIREITO, ECNJ.PRAZO, ECNJ.ASSESSOR_PROMOTOR, entre outras. Os dados incluem informações como o número do processo, descrição do recurso, dados do relator, presidente da turma recursal, status do recurso, tipo de ação, detalhes de cumprimento, dados de sessões e votos.

```
SELECT r.NUMEROPROCESSO AS RECURSO_NUMEROPROCESSO,
  r.CODRECURSO AS RECURSO_CODRECURSO,
  r.NUMERORECURSO AS RECURSO_NUMERORECURSO,
```

```
  r.CODTURMA AS RECURSO_CODTURMA,
  tr.DESCRICAO AS RECURSO_CODTURMA_DESCRICAO,
  r.IDRELATOR AS RECURSO_IDRELATOR,
  l.NOME AS RECURSO_IDRELATOR_NOME,
  r.IDJUIZPRESIDENTE AS RECURSO_IDJUIZPRESIDENTE,
  l2.NOME AS RECURSO_IDJUIZPRESIDENTE_NOME,
  r.DATASUBIDA AS RECURSO_DATASUBIDA,
  r.DATARETORNO AS RECURSO_DATARETORNO,
  r.DATAAUTUACAO AS RECURSO_DATAAUTUACAO,
  r.TIPOACAO AS RECURSO_TIPOACAO,
  ta.DESCRICAO AS TIPO_ACAO_DESCRICAO,
   ta.INDICADOR_AGRAVO_INSTRUMENTO AS TIPO_ACAO_INDICADOR_AGRAVO_INSTRU-
MENTO,
  CASE ta.INDICADOR_AGRAVO_INSTRUMENTO
   WHEN 0 THEN 'Não'
   WHEN 1 THEN 'Sim'
  END AS INDICADOR_AGRAVO_INSTRUMENTO_DESC,
  ta.CODNATUREZA AS TIPO_ACAO_CODNATUREZA,
  CASE ta.CODNATUREZA
   WHEN 1 THEN 'Cível'
   WHEN 2 THEN 'Crime'
  END AS TIPO_ACAO_CODNATUREZA_DESC,
  ta.SEQ_CATEGORIA AS TIPO_ACAO_SEQ_CATEGORIA,
  ccc.DESC_CATEGORIA AS CNJ_CLASSE_CATEGORIA_DESC_CATEGORIA,
  ta.CODTIPOCLASSE AS TIPO_ACAO_CODTIPOCLASSE,
  CASE ta.CODTIPOCLASSE
   WHEN 0 THEN ''
   WHEN 1 THEN 'EXECUCAO'
   WHEN 2 THEN 'AGRAVO_INSTRUMENTO'
   WHEN 3 THEN 'ACAO_MONITORIA'
   WHEN 4 THEN 'RECURSO_INTERPOSTO'
   WHEN 5 THEN 'HOMOLOGACAO'
  WHEN 6 THEN 'EXECUCAO_EXTRAJUD'
   WHEN 7 THEN 'INQUERITO'
```

```
 WHEN 8 THEN 'AGRAVO_RECURSO_EXTRAORDINARIO'
  WHEN 9 THEN 'RECURSO_EXTRAORDINARIO'
  WHEN 11 THEN 'CONFIDENCIAL'
  WHEN 13 THEN 'RECURSO_AUTONOMO'
  WHEN 14 THEN 'AGRAVO_INSTR_DECISAO_INTERLOCUT'
  WHEN 15 THEN 'UNIFORMIZACAO_JURISPRUDENCIA'
  WHEN 16 THEN 'AVERIGUACAO_PATERNIDADE'
 END AS TIPO_ACAO_CODTIPOCLASSE_DESC,
ta.INDICADOR_COMPETENCIA_TURMA AS TIPO_ACAO_INDICADOR_COMPETENCIA_TURMA,
 CASE ta.INDICADOR_COMPETENCIA_TURMA
  WHEN 0 THEN 'FALSO'
  WHEN 1 THEN 'VERDADEIRO'
 END AS TIPO_ACAO_CODTIPOACAOPENAL_DESC,
 ta.CODIGO_STF AS TIPO_ACAO_CODIGO_STF,
 CASE ta.CODIGO_STF
  WHEN 'RE' THEN 'Recurso Extraordinário'
  WHEN 'MS' THEN 'Mandado de Segurança'
  WHEN 'ARE' THEN 'Agravo Recurso Extraordinário'
  WHEN 'AI' THEN 'Agravo de Instrumento'
 END AS TIPO_ACAO_CODIGO_STF_DESC,
 ta.INDICADOR_ACERVO AS TIPO_ACAO_INDICADOR_ACERVO,
 CASE ta.INDICADOR_ACERVO
  WHEN 0 THEN 'FALSO'
  WHEN 1 THEN 'VERDADEIRO'
 END AS INDICADOR_ACERVO_DESC,
 ta.INDICADOR_CERTIDAO AS TIPO_ACAO_INDICADOR_CERTIDAO,
 CASE ta.INDICADOR_CERTIDAO
  WHEN 0 THEN 'FALSO'
  WHEN 1 THEN 'VERDADEIRO'
 END AS INDICADOR_CERTIDAO_DESC,
 r.EHACAODE2GRAU AS RECURSO_EHACAODE2GRAU,
 CASE r.EHACAODE2GRAU
  WHEN 0 THEN 'Falso'
```

```
 WHEN 1 THEN 'Verdadeiro'
END AS RECURSO_EHACAODE2GRAU_DESC,
r.DATA_BAIXA AS RECURSO_DATA_BAIXA,
r.SEQUENCIAL AS RECURSO_SEQUENCIAL,
r.STATUS AS RECURSO_STATUS,
CASE r.STATUS
 WHEN 0 THEN 'Baixado'
 WHEN 1 THEN 'Em Diligência na Vara'
 WHEN 2 THEN 'Julgado'
 WHEN 3 THEN 'Em Andamento na Turma Recursal'
 WHEN 4 THEN 'Sobrestado'
 WHEN 5 THEN 'A Autuar'
 WHEN 6 THEN 'Em Tramitação no STF'
 WHEN 7 THEN 'Cadastro Indevido'
 WHEN 8 THEN 'Não Remetido'
 WHEN 9 THEN 'Envio pendente STF'
 WHEN 10 THEN 'Solicitação de envio ao STF'
 WHEN 11 THEN 'Aguardando recebimento STF'
END AS RECURSO_STATUS_DESC,
r.CODRECURSODEPENDENTE AS RECURSO_CODRECURSODEPENDENTE,
r.NUMERO AS RECURSO_NUMERO,
r.DV AS RECURSO_DV,
r.ANO AS RECURSO_ANO,
r.UNIDADEORIGEM AS RECURSO_UNIDADEORIGEM,
r.TIPO AS RECURSO_TIPO,
CASE r.TIPO
 WHEN 1 THEN 'Inominado'
 WHEN 2 THEN 'Extraordinário'
 WHEN 3 THEN 'Especial'
 WHEN 4 THEN 'Embargos de Declaração'
 WHEN 5 THEN 'Agravo de Instrumento'
 WHEN 6 THEN 'Ação Ordinária Autônoma'
WHEN 7 THEN 'Outros'
WHEN 8 THEN 'Agravo'
```

```
  END AS RECURSO_TIPO_DESC,
  r.NUMERO_STF AS RECURSO_NUMERO_STF,
  r.DATA_ENVIO_STF AS RECURSO_DATA_ENVIO_STF,
  r.DATA_BAIXA_STF AS RECURSO_DATA_BAIXA_STF,
  r.DATA_ULTIMA_CONSULTA AS RECURSO_DATA_ULTIMA_CONSULTA,
  r.DATA_REATIVACAO AS RECURSO_DATA_REATIVACAO,
  r.DATA_SOLICITACAO_ENVIO_STF AS RECURSO_DATA_SOLICITACAO_ENVIO_STF,
  r.MOTIVO_NAO_ENVIO_STF AS RECURSO_MOTIVO_NAO_ENVIO_STF,
  r.MENSAGEM_ENVIO_STF AS RECURSO_MENSAGEM_ENVIO_STF,
  r.SIGLA_CLASSE_STF AS RECURSO_SIGLA_CLASSE_STF,
  CASE r.SIGLA_CLASSE_STF
   WHEN 'RE' THEN 'Recurso Extraordinário'
   WHEN 'ARE' THEN 'Agravo Recurso Extraordinário'
   WHEN 'AI' THEN 'Agravo de Instrumento'
  END AS RECURSO_SIGLA_CLASSE_STF_DESC
FROM ECNJ.RECURSO r
  LEFT JOIN ECNJ.TURMA_RECURSAL tr ON tr.COD_TURMA = r.CODTURMA
  LEFT JOIN ECNJ.TIPO_ACAO ta ON ta.CODTIPOACAO = r.TIPOACAO
  LEFT JOIN ECNJ.CONCLUSAO_TURMA ct ON ct.CODRECURSO = r.CODRECURSO
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = r.IDRELATOR
  LEFT JOIN ECNJ.LOGON l2 ON l2.LOGIN = r.IDJUIZPRESIDENTE
WHERE r.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654, 2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
ORDER BY r.NUMEROPROCESSO, r.CODRECURSO;
```

B. Consulta de estrutura e comentários das tabelas:

Esta consulta fornece a estrutura e os comentários das tabelas RECURSO, ASSESSOR_PROMOTOR, ASSUNTO_RECURSO, ATUACAO_JUIZ, CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA, CONCLUSAO_TURMA, CUMPRIMENTO_TURMA, JUIZ_RECURSAL, JUIZ_TOGADO, NUCLEOMP, PAUTA_SESSAO, PECA_STF_RECURSO, PRAZO, PRESIDENTE_TURMA_RECURSAL, PROMOTOR, RESTRICAO_DIREITO, RESULTADO_SESSAO, SERVIDOR_JUDICIARIO, SESSAO_TURMA, TIPO_ACAO, TIPO_MOVIMENTACAO, TIPO_PECA_STF, TURMA_RECURSAL, VISTAS_MP, VOTO_RELATOR, VOTO_SESSAO, VOTO_SESSAO_ARQUIVO e VOTO_VOGAL, usadas na consulta principal, facilitando o entendimento dos dados armazenados.

```
SELECT tc.TABLE_NAME,
  tc.comments,
  atc.column_id,
  cc.COLUMN_name,
  cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner AND atc.table_name =
tc.TABLE_NAME AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
  AND t.TABLE_NAME IN ('RECURSO', 'ASSESSOR_PROMOTOR', 'ASSUNTO_RECURSO',
'ATUACAO_JUIZ', 'CNJ_ASSUNTO_CATEGORIA', 'CONCLUSAO_TURMA', 'CUMPRI-
MENTO_TURMA', 'JUIZ_RECURSAL', 'JUIZ_TOGADO', 'NUCLEOMP', 'PAUTA_SESSAO',
'PECA_STF_RECURSO', 'PRAZO', 'PRESIDENTE_TURMA_RECURSAL', 'PROMOTOR',
'RESTRICAO_DIREITO', 'RESULTADO_SESSAO', 'SERVIDOR_JUDICIARIO', 'SESSAO_
TURMA', 'TIPO_ACAO', 'TIPO_MOVIMENTACAO', 'TIPO_PECA_STF', 'TURMA_RECUR-
SAL', 'VISTAS_MP', 'VOTO_RELATOR', 'VOTO_SESSAO', 'VOTO_SESSAO_ARQUIVO',
'VOTO_VOGAL')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

XII. *Queries* de suspensão no PROJUDI

A. Consulta de suspensão de processos:

Esta consulta extrai informações das tabelas ECNJ.SUSPENSAO_PROCESSO, ECNJ.PROCESSO, ECNJ.PRAZO, ECNJ.CG_REF_CODES, ECNJ.VARA, ECNJ.JUIZ_TOGADO, ECNJ.LOGON e ECNJ.TURMA_RECURSAL. Os dados incluem o número do processo, códigos e datas de início e fim da suspensão, prazo, vara, turma e juiz responsável pela realização da suspensão e o tipo de suspensão.

```
SELECT p.NUMEROPROCESSO AS PROCESSO_NUMEROPROCESSO,
               sp.CODSUSPENSAO AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODSUSPENSAO,
               sp.NUMEROPROCESSO AS SUSPENSAO_PROCESSO_NUMEROPROCESSO,
               sp.DATAINICIO AS SUSPENSAO_PROCESSO_DATAINICIO,
               sp.CODPRAZO AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODPRAZO,
               p2.DESCRICAO AS SUSPENSAO_PROCESSO_PRAZO_DESCRICAO,
               p2.NUMERODIAS AS SUSPENSAO_PROCESSO_PRAZO_NUMERODIAS,
```

```
            sp.DATAFIM AS SUSPENSAO_PROCESSO_DATAFIM,
            sp.CODVARASEREALIZOU AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODVARASEREALI-
ZOU,
            v.DESCRICAO AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODVARASEREALIZOU_DESCRI-
CAO,
            sp.CODTIPOSUSPENSAO AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODTIPOSUSPEN-
SAO,
            crc.RV_MEANING AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODTIPOSUSPENSAO_DESC,
            sp.LOGINJUIZ AS SUSPENSAO_PROCESSO_LOGINJUIZ,
            l.NOME AS SUSPENSAO_PROCESSO_LOGINJUIZ_NOME,
            sp.CODRECURSO AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODRECURSO,
            sp.CODTURMASEREALIZOU AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODTURMASEREA-
LIZOU,
            tr.DESCRICAO AS SUSPENSAO_PROCESSO_CODTURMASEREALIZOU_
DESCRICAO
 FROM  ECNJ.PROCESSO p
            LEFT JOIN ECNJ.SUSPENSAO_PROCESSO sp ON sp.NUMEROPROCESSO =
p.NUMEROPROCESSO
            LEFT JOIN ECNJ.PRAZO p2 ON p2.CODPRAZO = sp.CODPRAZO
            LEFT JOIN ECNJ.CG_REF_CODES crc ON crc.RV_DOMAIN = 'SUSPEN-
SAO_PROCESSO.CODTIPOSUSPENSAO'
          AND crc.RV_LOW_VALUE = sp.CODTIPOSUSPENSAO
            LEFT JOIN ECNJ.VARA v ON v.COD_VARA = sp.CODVARASEREALIZOU
            LEFT JOIN ECNJ.JUIZ_TOGADO jt ON jt.LOGIN = sp.LOGINJUIZ
            LEFT JOIN ECNJ.LOGON l ON l.LOGIN = jt.LOGIN
            LEFT JOIN ECNJ.TURMA_RECURSAL tr ON tr.COD_TURMA = sp.CODTUR-
MASEREALIZOU
 WHERE p.NUMEROPROCESSO IN (20139011106, 20159029521, 20179006356,
2420076947654,2420088804117, 2420088823216, 2420088891627, 2420089141188,
2420089283048, 2420093681716)
 ORDER BY p.NUMEROPROCESSO, sp.CODSUSPENSAO;
```

B. Consulta de estrutura e comentários das tabelas:

Esta consulta fornece a estrutura e os comentários das tabelas relacionadas à suspensão, como PROCESSO, SUSPENSAO_PROCESSO, PRAZO, CG_REF_CODES, VARA, JUIZ_TOGADO, LOGON e TURMA_RECURSAL. Esses comentários ajudam a entender os dados e as colunas específicas em cada tabela.

```
SELECT tc.TABLE_NAME,
  tc.comments,
  cc.COLUMN_name,
  cc.comments
FROM all_tab_comments tc
JOIN all_tables t ON tc.owner = t.owner AND tc.table_name = t.table_name
JOIN all_col_comments cc ON cc.owner = t.owner AND cc.table_name = t.ta-
ble_name
JOIN all_tab_columns atc ON atc.owner = t.owner
        AND atc.table_name = tc.TABLE_NAME
        AND atc.column_name = cc.COLUMN_name
WHERE t.dropped = 'NO'
   AND t.TABLE_NAME IN ('PROCESSO', 'SUSPENSAO_PROCESSO', 'PRAZO', 'CG_
REF_CODES',
        'VARA', 'JUIZ_TOGADO', 'LOGON', 'TURMA_RECURSAL')
  AND t.owner = 'ECNJ'
ORDER BY tc.TABLE_NAME, atc.column_id;
```

4.3 Estudos e análises das demandas de preservação

O sistema PROJUDI desempenhou um papel relevante na tramitação de processos judiciais no TJMG, porém, sua complexidade e a ausência de funcionalidades específicas para a gestão documental impulsionaram o desenvolvimento de uma estrutura de preservação digital que assegure a integridade, acessibilidade e durabilidade dos registros judiciais. Com esse objetivo, foram realizados estudos e análises aprofundadas para identificar e suprir as necessidades de preservação dos documentos destinados à guarda permanente.

O fluxo de preservação no PROJUDI é estruturado a partir de metadados selecionados e validados, que desempenham uma função central na organização, recuperação e preservação dos documentos de valor permanente. Esse processo segue as melhores práticas arquivísticas e as diretrizes da Resolução 324/2020 do CNJ.

Após a identificação e classificação com base nos metadados definidos, os documentos são direcionados ao sistema de preservação digital Archivematica, que aplica técnicas para garantir o armazenamento seguro e acessível desses registros, independentemente de eventuais avanços tecnológicos. A integração entre o Archivematica e o BarraPres automatiza o fluxo de preservação, desde a coleta de metadados até o armazenamento final dos documentos.

A extração dos metadados do banco de dados do PROJUDI é realizada por meio de *queries* específicas, desenvolvidas para capturar as informações essenciais de forma estruturada e coerente, possibilitando a construção do Pacote de Transferência Inicial (PTI). O PTI reúne todos os documentos e metadados relacionados a um determinado processo judicial, assegurando a integridade e a autenticidade das informações.

Abaixo, apresenta-se uma listagem das *queries* utilizadas para a coleta dos metadados, acompanhada da descrição dos arquivos gerados:

a) Metadados do Processo

- *Query*: 01.PROCESSO.sql
- Função: Extrai os dados principais do processo judicial, como número do processo, data de abertura e status atual
- Arquivo gerado: 01-%nroprocesso%-processo.csv
- Exemplo: 01-8002675.01.2019.813.0024-processo.csv

b) Metadados dos Assuntos Presentes no Processo

- *Query*: 02.ASSUNTO.sql
- Função: Extrai os assuntos que estão sendo tratados no processo, categorizando e detalhando cada um deles.
- Arquivo gerado: 02-%nroprocesso%-assunto.csv

c) Metadados dos Cadastros das Partes Envolvidas

- *Query*: 03.PARTES_PROCESSO.sql
- Função: Coleta informações sobre as partes envolvidas no processo, tais como nome, CPF, e outras informações de cadastro.
- Arquivo gerado: 03-%nroprocesso%-partes.csv

d) Metadados das Informações Pessoais das Partes

- *Query*: 04.PARTES_DADOS.sql
- Função: Detalha as informações pessoais das partes, incluindo dados como endereço e contatos.
- Arquivo gerado: 04-%nroprocesso%-partesdadospessoais.csv

e) Metadados dos Endereços das Partes

- *Query*: 05.PARTES_ENDERECO.sql
- Função: Especifica os endereços das partes envolvidas no processo.
- Arquivo gerado: 05-%nroprocesso%-partesendereco.csv

f) Metadados dos Advogados das Partes

- *Query*: 06.PARTES_ADVOGADO.sql
- Função: Coleta informações sobre os advogados que representam as partes no processo, incluindo nome e registro na OAB.
- Arquivo gerado: 06-%nroprocesso%-partesadvogado.csv

g) Metadados das Movimentações Processuais

- *Query*: 07.MOVIMENTACAO.sql
- Função: Registra todas as movimentações ocorridas no processo, como decisões, petições, despachos, entre outros.
- Arquivo gerado: 07-%nroprocesso%-movimentacao.csv

h) Arquivos Anexados ao Processo

- *Query*: 08.ARQUIVOS.sql
- Função: Extrai e registra todos os arquivos digitais anexados ao processo, incluindo PDFs e arquivos assinados digitalmente (.p7s).
- Arquivo gerado: 08-%nroprocesso%-movimentacaoarquivos.csv
- Exemplo: Arquivos como 24494390.p7s e 24494390.pdf são extraídos e preservados.

i) Intimações

- *Query*: 09.INTIMACOES.sql
- Função: Detalha as intimações realizadas no processo, incluindo datas, destinatários e conteúdo.
- Arquivo gerado: 09-%nroprocesso%-movimentacaointimacoes.csv

j) Citações

- *Query*: 10.CITACOES.sql
- Função: Registra as citações emitidas no âmbito do processo, assegurando a documentação completa das comunicações processuais.
- Arquivo gerado: 10-%nroprocesso%-movimentacaocitacoes.csv

Essas *queries*, juntamente com os arquivos gerados, formam a base para a construção do PTI, que é submetido ao Archivematica, onde os documentos e metadados são processados conforme as melhores práticas de preservação digital. O fluxo contínuo de dados, desde a extração no PROJUDI até o armazenamento final no Archivematica, garante que a integridade e autenticidade dos registros judiciais sejam preservadas.

5

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ARCHIVEMATICA E ATOM

A implementação de sistemas eficientes de preservação digital é fundamental para garantir que os documentos arquivísticos do TJMG sejam mantidos com segurança, acessibilidade e integridade ao longo do tempo. Para atender a essa demanda, foram adotados os sistemas Archivematica e AtoM, amplamente reconhecidos por sua aderência às melhores práticas internacionais de preservação digital.

O Archivematica é responsável pelo processamento e preservação dos documentos digitais a longo prazo, enquanto o AtoM é utilizado para a descrição arquivística e o acesso aos representantes digitais dos documentos que integram o arquivo permanente, possibilitando que usuários internos e externos consultem informações organizadas e contextualizadas.

Este capítulo apresenta o processo de instalação e integração dessas ferramentas no âmbito do TJMG, descrevendo as configurações técnicas adotadas e as avaliações preliminares realizadas antes de sua implementação.

5.1 Avaliação do escopo informacional, tecnológico e computacional do TJMG

Antes de instalar o Archivematica e o AtoM, realizou-se uma avaliação do ambiente computacional do TJMG para assegurar compatibilidade com as demandas dos sistemas.

- **Escopo Informacional:** Analisou-se a diversidade de documentos judiciais e administrativos do TJMG que necessitam de preservação, incluindo processos digitais e publicações no DJe. A revisão focou em metadados essenciais (descritivos, administrativos e de preservação) a serem gerenciados por ambos os sistemas.
- **Escopo Tecnológico:** Confirmou-se a compatibilidade com a infraestrutura e *softwares* existentes, escolhendo-se inicialmente o **CentOS 7** por sua estabilidade no setor público. Posteriormente, houve uma atualização para o Oracle Linux 9, sem grandes mudanças no funcionamento do sistema. Também foram considerados requisitos específicos de *hardware* para acomodar grandes volumes de dados e operações de preservação digital.
- **Escopo Computacional:** Avaliou-se a capacidade de processamento, armazenamento e rede do TJMG, realizando ajustes para garantir que os sistemas não comprometessem o desempenho de outros serviços institucionais. Medidas de segurança foram incorporadas para proteger os dados contra acessos não autorizados.

5.2 Instalação do Archivematica e AtoM, em modo de homologação, no ambiente tecnológico institucional

Após a avaliação, procedeu-se à instalação dos sistemas em modo de homologação, ambiente necessário para testar e validar funcionalidades em um ambiente controlado, antes da sua colocação em produção.

- **Instalação do Archivematica:** A instalação do Archivematica 1.17.0 foi realizada em ambiente **Oracle Linux 9**, configurando componentes como o *Dashboard*, *Client*, *Server* e *Storage Service*. Essa configuração permite gerenciar centralmente os processos de preservação digital, facilitando interações e garantindo a integridade dos Pacotes AIPs.
- **Instalação do AtoM:** inicialmente, a instalação do AtoM foi feita na versão 2.6.x, que permitiu a validação dos fluxos de acesso e de publicação dos documentos preservados. Posteriormente, avançou-se para a versão 2.8.x, visando maior estabilidade e recursos adicionais. Apesar de a versão 2.9 já estar disponível, a pedido do TJMG não se dará prosseguimento a essa atualização. Com isso, o ambiente permanece na 2.8.x, ajustado com taxonomias e esquemas de metadados que asseguram a organização e a acessibilidade dos documentos arquivísticos.
- **Testes e Validações:** Testes de ingestão, fluxos de preservação e publicação no AtoM foram conduzidos para garantir a integridade dos documentos e a integração plena dos sistemas.

6

EXPERIÊNCIA COM O BARRAPRES PARA O DJE

O DJe foi inicialmente contemplado no escopo do projeto de implantação do Modelo Hipátia no TJMG. A proposta era utilizar o BarraPres como ferramenta de coleta, estruturando fluxos de extração automática das edições publicadas diariamente. A partir dessas edições, o sistema geraria Pacotes SIP, que seriam posteriormente encaminhados ao Archivematica para ingestão e formação dos Pacotes AIP. Esse desenho inicial visava assegurar não apenas a preservação a longo prazo das edições do DJe, mas também a rastreabilidade e integridade das informações publicadas.

Durante a fase de homologação, foram conduzidos testes experimentais de ingestão com diferentes abordagens. Em alguns cenários, simulou-se o fluxo contínuo de ingestão, no qual cada edição diária era processada e transferida automaticamente para o Archivematica. Em outros, testaram-se ingestões em lote, permitindo a avaliação da performance do sistema em situações de maior volume. Esses experimentos foram decisivos para analisar a robustez do ambiente tecnológico e a viabilidade da automação do processo de preservação digital de um periódico eletrônico com alto grau de atualização e circulação.

A preparação do ambiente técnico também exigiu um trabalho de análise computacional. Identificaram-se dependências já presentes na infraestrutura utilizada pelo Archivematica, como o banco de dados MySQL e o interpretador Python, o que facilitou a instalação e o funcionamento do BarraPres. Além disso, optou-se pela padronização do sistema operacional em **Oracle Linux 9**, após uma migração inicial que utilizava CentOS 7. Essa decisão teve impacto positivo, pois garantiu maior estabilidade, suporte a pacotes atualizados e reforço nos mecanismos de segurança. A uniformidade da infraestrutura também simplificou a manutenção, reduzindo riscos de incompatibilidades entre sistemas.

No processo de configuração, foi possível verificar o potencial do BarraPres para lidar com documentos de natureza sensível, como é o caso das edições do DJe. Questões de segurança foram discutidas com atenção, envolvendo mecanismos de controle de acesso, criptografia e integridade dos arquivos. A avaliação de desempenho também foi um aspecto relevante: monitoraram-se os tempos de ingestão, a utilização de recursos computacionais e os pontos críticos que poderiam comprometer o fluxo em larga escala.

Esses testes demonstraram que a ingestão automatizada das edições do DJe era tecnicamente viável e poderia ser integrada de forma consistente ao fluxo de preservação digital. Contudo, em decisões institucionais tomadas posteriormente, o escopo referente ao DJe foi reduzido. Essa escolha refletiu ajustes estratégicos do projeto e resultou na não priorização da ingestão contínua das edições dentro do Modelo Hipátia.

Ainda que o fluxo não tenha sido incorporado à configuração final, a experiência trouxe ganhos significativos. O exercício de parametrização do BarraPres para o DJe contribuiu para o amadurecimento da equipe, oferecendo uma compreensão mais ampla sobre a aplicação de fluxos automatizados em documentos de grande circulação e atualização diária. Os aprendizados também reforçaram a importância de alinhar as definições institucionais com a capacidade tecnológica, garantindo que os esforços de preservação estejam em consonância com as prioridades estratégicas da organização.

Por esse motivo, os registros dessa etapa permanecem documentados como parte integrante da jornada do TJMG com o Modelo Hipátia. Ainda que não tenham resultado na manutenção do fluxo no ambiente de produção, eles representam um marco de experimentação, validação e reflexão sobre os caminhos possíveis para a preservação digital em instituições judiciais.

7

INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO BARRAPRES PARA O PROJUDI

7.1 Análise computacional do PROJUDI

A preservação dos documentos judiciais gerados pelo PROJUDI no TJMG exigiu uma análise computacional minuciosa para garantir que o ambiente estivesse preparado para as demandas de processamento e segurança. A análise computacional do PROJUDI focou em avaliar sua compatibilidade com o BarraPres, visando à coleta e preservação eficiente dos dados.

- **Análise de Dependências e Requisitos:** O primeiro passo da análise foi verificar quais dependências tecnológicas do ambiente do Archivematica podem ser reaproveitadas para a instalação do BarraPres no mesmo servidor. Isso inclui a utilização de bancos de dados e bibliotecas já em operação, o que otimiza recursos e facilita a instalação sem a necessidade de configurar ambientes adicionais para cada ferramenta.
- **Compatibilidade e Consistência do Ambiente Computacional:** A escolha inicial do sistema operacional CentOS 7 para a operação integrada do Archivematica e do BarraPres foi uma decisão estratégica que visou simplificar a administração do ambiente e facilitar a interoperabilidade entre os sistemas. Recentemente, houve uma atualização para o **Linux Oracle 9**, mas sem grandes mudanças no funcionamento do ambiente. Essa uniformidade, juntamente com a reutilização de dependências, assegura um ambiente mais eficiente e facilita o monitoramento e a manutenção.
- **Segurança e Desempenho do Sistema:** A análise também incluiu uma avaliação dos mecanismos de segurança e das capacidades de desempenho do ambiente computacional. Como o PROJUDI lida com dados sensíveis e críticos, é necessário que a infraestrutura suporte a integridade e proteção desses dados. Por isso, foram considerados ajustes de controle de acesso e criptografia para prevenir acessos não autorizados e assegurar a conformidade com os requisitos de segurança do TJMG.

Essa análise computacional é importante para que a integração do BarraPres ao PROJUDI ocorra com segurança e eficiência, assegurando que o sistema atenderá a todas as exigências institucionais para preservação digital.

7.2 Instalação e configuração do BarraPres para o PROJUDI

Após a análise computacional, iniciou-se o processo de instalação e configuração do BarraPres, considerando a compatibilidade com o ambiente existente e a possibilidade de compartilhamento de recursos com o Archivematica. Esse processo incluiu etapas de preparação, instalação e configuração específicas para garantir uma operação otimizada.

- **Procedimento de Instalação:** A instalação do BarraPres foi inicialmente feita no servidor CentOS 7, compartilhado com o Archivematica, utilizando as dependências de banco de dados e bibliotecas de Python já configuradas. Houve uma atua-

lização para o **Linux Oracle 9**, que não gerou, no entanto, grandes mudanças no funcionamento do sistema. Foram definidos parâmetros específicos para permitir a coleta automatizada e o processamento dos documentos do PROJUDI, facilitando a preservação digital sem necessidade de intervenções manuais frequentes.

- **Configuração de Fluxo de Trabalho:** Um fluxo de trabalho automatizado foi configurado para o PROJUDI, com etapas que incluem a extração dos documentos, sua organização em pacotes de informação (SIP), e a transferência para o Archivematica. Esse fluxo garante que cada documento seja processado de maneira uniforme e segura, preservando a consistência dos dados.
- **Testes e Validação:** Após a instalação e configuração, uma série de testes foram conduzidos para verificar o funcionamento do BarraPres com o PROJUDI. Esses testes simulam cenários reais de publicação e extração de documentos, observando a transferência e a preservação dos dados no Archivematica. Foram monitorados eventuais erros e implementados ajustes para garantir o pleno funcionamento do sistema conforme os padrões de segurança e eficiência exigidos pelo TJMG.

Essas etapas e configurações asseguram que o BarraPres atenda às especificidades do PROJUDI, garantindo a integridade e acessibilidade dos documentos judiciais ao longo do tempo, com um fluxo de preservação digital automatizado e seguro.

7.2.1 Guia de instalação do BarraPres no TJMG configurando PROJUDI

Inicialmente, o TJMG realizava a coleta de documentos e metadados do PROJUDI por meio de consultas diretas ao banco de dados. Esse método permitia extrair os dados necessários para a preservação digital, mas gerava maior carga de processamento e dependência de conexões diretas.

Após uma atualização de procedimentos, o TJMG adotou um modelo de ingestão baseado no envio de arquivos CSV contendo os metadados e referências aos documentos. Essa mudança tornou o processo mais eficiente, reduzindo a carga sobre o banco de dados e facilitando a automação da ingestão de documentos pelo BarraPres.

A instalação do BarraPres permaneceu inalterada, mas a configuração do sistema passou a considerar os arquivos CSV gerados pelo PROJUDI, armazenados em diretórios específicos de ingestão. O arquivo .env do BarraPres deve ser ajustado para apontar para esses diretórios, garantindo que os dados sejam processados corretamente e alimentem o banco de dados do sistema.

Além disso, o BarraPres mantém integração com o banco de dados Oracle, os diretórios de armazenamento de processos e os pacotes PTI, que podem ser posteriormente mapeados no Archivematica Storage Service.

8

VALIDAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO MODELO DE PRESERVAÇÃO

A validação e efetivação do Modelo Hipátia no TJMG envolveram um processo minucioso, composto por diversas etapas de testes e ajustes que garantiram a preservação segura e eficiente dos documentos arquivísticos digitais do Tribunal. Esse trabalho incluiu a implementação do modelo para o PROJUDI e o DJe, a validação da arquitetura informacional e a implantação definitiva na infraestrutura do TJMG para o sistema PROJUDI. Cada uma dessas etapas foi executada com rigor técnico, buscando garantir a integridade, autenticidade e acessibilidade dos documentos ao longo do tempo.

8.1 Plano de aplicação do modelo de preservação para o PROJUDI

A implementação do Modelo Hipátia no TJMG foi cuidadosamente planejada para assegurar que os documentos fossem preservados em conformidade com as melhores práticas arquivísticas e normativas vigentes. Foram estabelecidos procedimentos detalhados para a geração e o processamento dos Pacotes PTI, contemplando metadados obrigatórios, estrutura de armazenamento e conformidade com padrões de preservação digital estabelecidos pelo TJMG e pelos órgãos reguladores.

Considerando a redução do escopo do projeto, com a retirada do DJe, o planejamento para a implementação do ambiente de preservação digital em modo de produção foi direcionado ao recolhimento dos documentos produzidos no sistema PROJUDI, que acumulou cerca de 1 milhão de processos digitais até sua descontinuação. Esse volume expressivo evidenciou a necessidade de uma abordagem eficaz para garantir a preservação adequada desses documentos, impactando diretamente os testes e validações realizadas.

Para o PROJUDI, os processos de preservação foram divididos em duas categorias:

- **Guarda integral:** todos os arquivos anexados ao processo foram copiados para a estrutura do bagIt e enviados para o ambiente de preservação. Essa abordagem permitiu que a totalidade dos documentos relacionados a um processo estivesse preservada de forma segura e acessível para futuras consultas.
- **Guarda parcial:** apenas as peças processuais previamente determinadas pelo TJMG foram preservadas, garantindo que apenas os documentos essenciais fossem mantidos a longo prazo. Essa estratégia foi adotada para otimizar o uso de armazenamento e respeitar os requisitos da Resolução 324/2020 do CNJ, que define critérios para a preservação de documentos eletrônicos.

Inicialmente procedeu-se com as pesquisas e estudos com objetivo de fornecer ao projeto subsídios relacionados aos requisitos e dependências da arquitetura do PROJUDI. Assim, com apoio do Ibict realizou-se análises sobre requisitos, dependências de *hardwares*, *softwares*, metodologias e boas práticas de desenvolvimento aplicados ao sistema, governança de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), compatibilidade com as tecnologias adotadas para implementação da preservação digital, a aderência ao MoReq-Jus entre outros aspectos.

Esses estudos foram etapas prévias à implementação em modo de produção, e tiveram como produtos: o mapeamento da Modelagem Entidade-Relacionamento das tabelas e atributos encontrados no banco de dados do sistema; a identificação dos metadados de gestão; identificação dos metadados que serão preservados em conjunto com os documentos arquivísticos; e a produção do relatório de análise dos metadados, indicando o dicionário de dados do sistema e vulnerabilidades e potenciais do PROJUDI para a consecução da gestão de documentos digitais.

A construção do Plano de Aplicação do modelo de preservação digital do sistema PROJUDI foi resultado de um trabalho colaborativo entre as equipes de Arquivo e Tecnologia da Informação do TJMG, em parceria com o Ibict. Esse esforço conjunto buscou alinhar competências técnicas e arquivísticas, de modo a estruturar um planejamento consistente para a implantação do RDC-Arq.

Para viabilizar o planejamento, foram definidas as etapas e rotinas necessárias para a implementação do ambiente de preservação digital em modo de produção. Essas definições contemplaram a execução e o monitoramento contínuo das atividades, tendo como propósito central assegurar a continuidade e a escalabilidade do RDC-Arq após a conclusão do projeto desenvolvido junto ao Ibict.

Em um segundo momento, foram identificadas as áreas responsáveis e seus respectivos pontos focais, definindo com clareza as responsabilidades atribuídas. Entre essas rotinas destacam-se: a administração e gestão do RDC-Arq; o acompanhamento e monitoramento do processamento de pacotes por meio dos dashboards do Archivematica, a cargo das áreas de Arquivo e TI; a execução periódica do BarraPres; a manutenção e atualização da estrutura tecnológica do repositório; o controle de acessos; além do monitoramento e tratamento de ocorrências. Todas essas etapas foram estruturadas de forma a assegurar a continuidade das operações e a integração entre as áreas envolvidas.

8.2 Validação da arquitetura informacional do modelo

A validação da arquitetura informacional foi um processo crítico para assegurar que a infraestrutura implementada suportasse adequadamente os fluxos de preservação digital. A validação envolveu a execução de testes com diferentes cenários de processamento, utilizando um ambiente segregado para isolar possíveis problemas e analisar o desempenho do sistema em condições variadas.

O ambiente configurado incluiu a instalação e parametrização dos sistemas BarraPres, Archivematica e AtoM, garantindo que todas as etapas da ingestão, preservação e disseminação dos documentos fossem realizadas de forma estruturada e eficiente. Foram realizados testes de integridade e conformidade dos metadados armazenados nos pacotes AIP e DIP, verificando sua aderência às normas arquivísticas vigentes.

Durante os testes, foram identificados desafios como a desconfiguração de caracteres especiais em arquivos JSON, a duplicação de metadados em arquivos CSV e a falha na geração de algumas derivadas de preservação. Esses problemas foram tratados através da revisão das configurações do Processing Configuration, da implementação de *scripts* de correção, da definição de protocolos de monitoramento do recolhimento de pacotes e da otimização dos fluxos de ingestão dos pacotes no Archivematica.

8.3 Efetivação do modelo na infraestrutura do TJMG

A efetivação do modelo no TJMG ocorreu de forma gradual, passando por diversas fases de testes e ajustes. Foram conduzidos três cenários distintos para avaliar a capacidade do sistema em lidar com grandes volumes de pacotes e identificar possíveis gargalos operacionais. No primeiro e segundo cenários, observou-se um alto consumo de CPU e memória, além de falhas de comunicação entre o BarraPres e o Archivematica, o que resultou em perdas de pacotes e falhas no processamento. No terceiro cenário, a implementação de um ambiente segregado e otimizável permitiu a resolução dos problemas anteriores, reduzindo significativamente o tempo de processamento de um milhão de pacotes de aproximadamente cinco anos para pouco mais de seis meses.

As melhorias implementadas incluíram:

- Adoção de um ambiente distribuído e escalável para melhor aproveitamento dos recursos computacionais;
- Configuração de processamento paralelo para otimização do desempenho;
- Revisão das rotinas de automação para garantir a integridade e a acessibilidade dos documentos a longo prazo;
- Criação de um sistema de redundância e *backup* para mitigar riscos de perda de dados;
- Implementação de um painel de monitoramento para acompanhamento em tempo real do status dos pacotes preservados.

Os testes finais confirmaram que os pacotes preservados estavam em conformidade com os padrões do TJMG, assegurando a confiabilidade do modelo e sua adequação às normativas vigentes. Dessa forma, a implementação do Modelo Hipátia consolidou-se como uma solução robusta para a preservação digital dos documentos arquivísticos do TJMG, garantindo a perenidade dos registros e a segurança da informação no longo prazo.

9

RELATÓRIOS E RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos ao longo da implementação do Modelo Hipátia no TJMG foram documentados em uma série de relatórios técnicos, permitindo uma análise detalhada de cada fase do projeto. A sistematização dessas informações possibilitou a identificação de desafios, soluções aplicadas e impactos positivos na gestão documental do Tribunal. Este capítulo apresenta os principais relatórios gerados e os resultados alcançados em cada etapa do processo, consolidando as lições aprendidas e as recomendações para aprimoramento contínuo.

9.1 Apresentação dos resultados das etapas realizadas

Os resultados da implementação do Modelo Hipátia no TJMG foram registrados em uma série de relatórios técnicos, cada um abordando aspectos específicos do projeto:

- **Relatório Técnico – Meta 1:** Inclui o levantamento bibliográfico sobre preservação digital arquivística, a análise dos documentos normativos do TJMG e a caracterização da estrutura de TI do Tribunal. Contém também instruções detalhadas para a instalação do Archivematica e do AtoM no ambiente institucional.
- **Relatório Técnico – Metas 1 e 2:** Apresenta a análise dos documentos arquivísticos digitais do PROJUDI e DJe, com foco na identificação de demandas de gestão e preservação. Contém estudos sobre metadados, proposição de fluxos de avaliação de documentos e testes de coleta. Além disso, documenta a instalação dos sistemas BarraPres, Archivematica e AtoM, bem como a realização de entrevistas técnicas e reuniões de acompanhamento.
- **Relatório Técnico – Metas 3 e 4 (em construção):** Em decisão conjunta entre as equipes do TJMG e do IBICT, as atividades previstas originalmente para as Metas 3 e 4 foram integradas em um único relatório técnico final. Esse documento reunirá, de forma articulada, tanto a aplicação prática do Modelo Hipátia no ambiente do Tribunal, contemplando as ações de implementação e a validação da arquitetura informacional, quanto os esforços de disseminação do conhecimento produzido ao longo do projeto. O relatório consolidado tratará das atividades de capacitação técnica das equipes do TJMG, da realização de eventos voltados às comunidades jurídica e acadêmica e da sistematização dos resultados em uma publicação técnico-científica. A unificação das metas permite apresentar de maneira mais coesa, completa e clara todo o conjunto de entregas e avanços obtidos.

Esses relatórios servem como referência fundamental para validar a eficácia do modelo implementado, destacando as melhorias alcançadas em termos de eficiência operacional, segurança dos dados e conformidade com os padrões arquivísticos exigidos.

9.2 Dificuldades e soluções encontradas

Durante o processo de implementação, diversas dificuldades foram identificadas, exigindo a adoção de estratégias para mitigação de riscos e otimização do desempenho do modelo. Entre os desafios enfrentados, destacam-se:

- **Alto consumo de recursos computacionais:** resolvido por meio da escalabilidade da infraestrutura e da segregação dos ambientes de processamento.
- **Falhas de comunicação entre os sistemas:** solucionadas com a reconfiguração dos parâmetros de conectividade e a criação de redundância na troca de dados.
- **Necessidade de treinamento da equipe técnica do TJMG:** abordada por meio de capacitações contínuas e da elaboração de manuais detalhados para cada ferramenta do modelo.

O sucesso da implementação demonstra a viabilidade da aplicação do Modelo Hipátia no Poder Judiciário , servindo de referência para futuras iniciativas de preservação digital.

A adoção de um modelo de governança documental e a criação de um comitê responsável pela manutenção e atualização contínua do sistema foram medidas adicionais que garantiram a sustentabilidade da solução ao longo do tempo. Dessa forma, o TJMG consolida sua posição como referência na preservação digital de documentos arquivísticos no Brasil, garantindo a acessibilidade e integridade de seus registros para as próximas gerações.

10

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este capítulo final aborda as reflexões e perspectivas para a preservação digital no Brasil, destacando o papel central do Ibict no desenvolvimento de uma infraestrutura sustentável e inclusiva para a memória científica e cultural. Dividido em duas seções principais, o capítulo propõe uma análise crítica sobre o presente e o futuro das estratégias de preservação digital, considerando o impacto das ações e tecnologias do Ibict para o avanço dessa área.

Na primeira seção, "Abordagem do Ibict na Preservação da Memória Científica", é explorado o modelo de gestão do Instituto, centrado na "Arquitetura da Informação Pervasiva" de Resmini e Rosati (2012), que integra pessoas, dados e processos em um ecossistema informacional coeso. A partir dessa abordagem, o Ibict oferece tecnologias e serviços para a preservação de publicações eletrônicas, dados de pesquisa e documentos arquivísticos, atendendo às exigências de um cenário científico que é cada vez mais digital e interconectado.

A segunda seção, "Visão Estratégica do Ibict para um Ecossistema Nacional de Preservação Digital", aborda as metas do Instituto para fomentar uma rede colaborativa que reúna diferentes instituições e promova a troca de boas práticas e o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. Discute-se a criação de uma estrutura nacional capaz de garantir a preservação contínua e o acesso a longo prazo ao conhecimento científico, enfrentando desafios como a obsolescência tecnológica e a rápida evolução dos formatos de informação.

Este capítulo também reflete sobre a preservação digital como um compromisso ético e institucional, necessário para garantir a acessibilidade e a valorização da memória científica. Convida o leitor a refletir sobre o papel das instituições de informação em construir estratégias integradas e sustentáveis para preservar o patrimônio científico e cultural para as gerações futuras.

10.1 Abordagem do Ibict na preservação da memória científica

A abordagem do Ibict na preservação da memória científica é construída sobre a "Arquitetura da Informação Pervasiva", que busca conectar pessoas, informações e processos de forma abrangente. Esse modelo, inspirado no conceito de Resmini e Rosati (2012), sustenta as práticas de preservação digital ao permitir que informações sejam geridas e acessadas de forma eficiente e segura, criando um ambiente propício à continuidade do conhecimento científico.

O Ibict disponibiliza um conjunto de serviços voltados para bibliotecas, arquivos, pesquisadores e instituições acadêmicas, como soluções para preservação de publicações eletrônicas, arquivamento de páginas web e gestão de dados de pesquisa. Essas iniciativas, fundamentais no contexto de transformação digital, garantem a integridade e a longevidade de informações científicas, mesmo em um ambiente altamente tecnológico e dinâmico.

A crescente transição para o meio digital impacta profundamente as práticas científicas e exige novas estratégias para preservar a memória científica. Em uma sociedade

marcada pela instantaneidade e pelo alto fluxo de informações, a preservação digital se torna essencial para assegurar que o conhecimento científico seja acessível e contextualizado no futuro. Além de armazenar dados, a preservação envolve o desafio de manter o contexto e a legibilidade das informações ao longo do tempo.

Estudos sobre a memória coletiva, como os de Halbwachs (2006) e Pierre Nora (1984), ressaltam a importância de preservar não apenas o conteúdo, mas também o significado cultural e histórico da informação. O Ibict, com sua expertise, fortalece a preservação da memória científica ao promover métodos que buscam manter o conhecimento em face das mudanças tecnológicas e culturais.

10.2 Visão estratégica do Ibict para um ecossistema nacional de Preservação Digital

A visão estratégica do Ibict para a construção de um ecossistema nacional de preservação digital busca criar uma rede colaborativa entre instituições para promover boas práticas de preservação. O Programa de Preservação Digital Brasileiro, iniciado em 2017, foi um marco importante nesse esforço, propondo um conjunto de diretrizes para padronizar e compartilhar práticas e recursos de preservação.

O programa incentiva a colaboração entre instituições, o que fortalece a capacidade de cada participante para enfrentar os desafios da preservação digital. Essa rede de suporte mútuo é essencial em um cenário onde as mudanças tecnológicas podem ameaçar a acessibilidade e a integridade dos dados. Além disso, a obsolescência tecnológica exige constantes atualizações, e o Ibict busca garantir que a infraestrutura de preservação digital nacional seja robusta e sustentável, atendendo tanto às necessidades imediatas quanto à viabilidade a longo prazo.

No século XXI, a preservação da memória científica e cultural depende profundamente de uma infraestrutura digital sólida. No contexto da "memória coletiva", conceito de Nora (1984), repositórios digitais e outras plataformas de informação tornam-se os "lugares de memória" da era digital. Assim, o Ibict contribui significativamente para a preservação dessa memória, assegurando que dados e documentos continuem acessíveis e úteis para futuras gerações.

A preservação digital é fundamental para o desenvolvimento científico e cultural do Brasil. As iniciativas do Ibict promovem não apenas a retenção do conhecimento, mas também a democratização do acesso à informação científica. Ao liderar o desenvolvimento de um ecossistema nacional de preservação digital, o Ibict ajuda a moldar um futuro em que o conhecimento seja valorizado, acessível e preservado, cumprindo seu papel como um recurso fundamental para o progresso científico e social.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Como elaborar plano de classificação e tabela de temporalidade**. Manual. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2007. 53 p. (Projeto Como Fazer, Oficinas 2007).

BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes. O modelo Hipátia: a proposta do Ibict para a preservação digital arquivística. *In*: BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília: Ibict, 2022. p. 52-65. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI: https://doi.org/10.22477/9786589167501.cap4.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário**: documentos arquivísticos digitais. 8. ed. Brasília, DF: Conarq, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014**. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Brasília, DF: Conarq, 2014. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?in-foid=947&sid=46. Acesso em: 12 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual_de_Gestao_Documental_v16-04-2021.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020**. Dispõe sobre a política de gestão documental e memória do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376. Acesso em: 1 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 455, de 27 de abril de 2022**. Institui o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN). Brasília: CNJ, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 522, de 26 de setembro de 2023**. Dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Brasileira (MoReq-Jus 2.0). Brasília: CNJ, 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018.

GALIN, Daniel. **Software Quality Assurance**: From Theory to Implementation. Harlow: Pearson Education, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. (Biblioteca Vértice: sociologia e política).

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital. **Glossário**. Brasília, DF: IBICT, c2022. Disponível em: https://cariniana.ibict.br/?page_id=480. Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Brasil). **Glossário**. Brasília, DF: ITI, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iti/pt-br/centrais-de-conteudo/glossario. Acesso em: 12 set. 2024.

KIMBALL, Ralph; ROSS, Margy. **The Data Warehouse Toolkit**: The Definitive Guide to Dimensional Modeling. 3. ed. Indianapolis: Wiley, 2013.

LAVOIE, Brian; DEMPSEY, Lorcan. Thirteen ways of looking at... digital preservation. **D-Lib Magazine**, v. 10, n. 7/8, jul./ago. 2004. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/july04/lavoie/07lavoie.html. Acesso em: 12 ago. 2024.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 354f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2008.

NASCIMENTO, E. S. B. **A mulher e a lenda - Hipátia de Alexandria e os desafios de se recuperar uma história não idealizada**. 2022. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/17773. Acesso em: 20 set. 2024.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.) Les lieux de mémoire. La république. [S. l.]: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Alexandre Faria de; SHINTAKU, Milton; SILVA, Marcos Sigismundo da. Casos de sucesso de implementação do Modelo RDCArq e Hipátia. *In*: BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília, DF: Ibict, 2022. p. 79-90. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.

PEARCE-MOSES, R. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005. (*Archival* fundamentals serie, II). Disponível em: https://www2.archivists.org/glossary. Acesso em: 17 fev. 2020.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de Software**: Uma abordagem profissional. 6. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2005.

RESMINI, A.; ROSATI, L. A brief history of information architecture. **Journal of Information Architecture**, [s. l.], v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: https://journalofia.org/volume3/issue2/03-resmini/. Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 114-116, jan./abr., 2012. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1357/1536. Acesso em: 12 set. 2024.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. **Sistemas de Banco de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2019.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. O Ibict e a preservação da memória científica. *In*: BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel (org.). **Hipátia**: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis. Brasília, DF: Ibict, 2022. p. 26-39. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI: 10.22477/9786589167501.cap2.

TEBALDI, Pedro César. **Dicionário da TI**: 120 termos e siglas sobre tecnologia. Porto Alegre: OPServices, 2016. Disponível em: https://www.opservices.com.br/dicionario-da-ti/. Acesso em: 12 set. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). **Diário do Judiciário Eletrônico (DJe)**. Belo Horizonte: TJMG, [2024]. Disponível em: https://dje.tjmg.jus.br/apresentacao.do. Acesso em: 1 out. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS – EJEF. **Webinário sobre o MoReq-Jus**. [S.l.: s.n.], 2023 (aprox.). Disponível em: https://ejef.tjmg.jus.br/webinario-sobre-o-moreq-jus/. Acesso em: 1º ago. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). **Plataforma Acervo Minas Justiça (AMJ)**. Belo Horizonte: TJMG, 2022. Disponível em: https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/. Acesso em: 1 out. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. PROJUDI – Processo Eletrônico de Juizados Especiais. Minas Gerais: TJMG, [2024]. Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/projudi-processo-eletronico-de-juizados-especiais/. Acesso em: 1º out. 2024.

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

HYPÁTIA
MODELO DE PRESERVAÇÃO

Editora
Ibict

ISBN: 978-85-7013-206-2

